

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANA PAULA QUEIROZ SPEROTTO

**SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO E ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO
JUVENIL, NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE,
NO PERÍODO 1993-2014**

Porto Alegre

2017

ANA PAULA QUEIROZ SPEROTTO

**SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO E ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO
JUVENIL, NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE,
NO PERÍODO 1993-2014**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
-Graduação em Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como requisito
para obtenção do título de Mestre em
Educação.

Orientador: Professor Doutor Jorge Alberto
Rosa Ribeiro

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos
Sociais e Educação.

Porto Alegre

2017

ANA PAULA QUEIROZ SPEROTTO

**SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO E ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO
JUVENIL, NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE,
NO PERÍODO 1993-2014**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
-Graduação em Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul como requisito
para obtenção do título de Mestre em
Educação.

Banca examinadora:

Professor Doutor Jorge Alberto Rosa Ribeiro (orientador)
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Professor Doutor Moacir Fernando Viegas
(Universidade de Santa Cruz do Sul)

Professora Doutora Maria Clara Bueno Fischer
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Professora Doutora Naira Lisboa Franzoi
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao Professor Jorge Ribeiro, pelo convite e pela trajetória de trabalho na pesquisa **Avaliação da Implementação de Projetos Para o Ensino Médio: o caso do Instituto Unibanco em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul e o caso do Ensino Médio inovador/politécnico no RS** e pelo aceite de ser meu orientador no Mestrado, acreditando no meu potencial e entendendo as minhas escolhas e limitações na execução da pesquisa.

Agradeço aos colegas de trabalho da pesquisa **Avaliação da Implementação de Projetos Para o Ensino Médio: o caso do Instituto Unibanco em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul e o caso do Ensino Médio inovador/politécnico no RS**, que apoiaram e torceram pelo meu ingresso no Mestrado.

Ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, pela oportunidade concedida para a realização do Mestrado. Em especial, à Lúcia Garcia, pelo incentivo e apoio na realização desta dissertação.

Aos meus colegas e ex-colegas e sempre amigos da Pesquisa de Emprego e Desemprego, especialmente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, da Fundação de Economia e Estatística e da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, pelo incentivo e companheirismo nesta trajetória.

Agradeço à amiga Margarete Cantú, que, na fase de projeto, foi incansável e contribuiu muito para sua construção.

Agradeço à amiga Marly Assis, que ajudou nos momentos de angústia e dúvidas ao longo dos últimos três anos.

Agradeço imensamente à minha mãe, Sônia, e ao meu pai, Fernando, pelo apoio, pela compreensão, pelo incentivo, pelo amor e, em especial, pelos cuidados e amor que tiveram com o nosso pequeno Paulo André nos momentos em que foi necessário me ausentar para produzir e redigir esta dissertação.

Às minhas irmãs, Tamara e Fernanda, pelas palavras de apoio e consolo nos momentos difíceis dessa trajetória.

Sou extremamente grata pela leitura cuidadosa e pelas sugestões feitas pela minha irmã Fernanda, elas foram, sem dúvida alguma, fundamentais para a finalização desta dissertação.

Agradeço às minhas sobrinhas Mariana e Iolanda, que me alegram e me enchem de amor sempre.

Ao Fabrício, meu amado, por todo o apoio, compreensão, incentivo, amor e companheirismo em todos os momentos que já vivemos e ainda iremos viver juntos.

Não teria como finalizar sem expressar minha imensa felicidade e gratidão pela chegada do meu filho Paulo André. Filho amado, o ingresso no Mestrado foi a forma que a mamãe encontrou de ocupar o tempo até a tua chegada, e a tua chegada foi mais um incentivo para a finalização desta jornada. Amo-te demais!

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas, Graças a Deus, não sou o que era antes.”

(Marthin Luther King)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a evolução de indicadores de escolaridade pré-selecionados (frequência escolar, média de anos de estudo, níveis de escolaridade, concluída ou frequentada, e a variável **situação de estudo e trabalho**) dos jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, na Região Metropolitana de Porto Alegre, entre 1993 e 2014, através das políticas de ampliação de acesso, seja na universalização do Ensino Fundamental, seja na ampliação significativa do acesso ao Ensino Médio, seja na inserção no Ensino Superior, por meio de programas como o Programa Universidade Para Todos, o Fundo de Financiamento Estudantil e o Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). A fonte de informações utilizada é a Base de Microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA). Os resultados obtidos apontam significativa ampliação do acesso à escola, elevação da escolaridade e redução das desigualdades educacionais para os jovens com idade entre 15 e 29 anos. Entretanto o alcance das políticas de acesso ainda está muito aquém de acabar com os diferenciais de acesso e escolaridade de jovens mulheres e jovens homens e pouco contribuiu com a igualdade entre jovens negros e jovens não negros. Duas variáveis foram de fundamental importância para a realização desta pesquisa: **situação de estudo e trabalho** e **grupos de renda familiar per capita**. A variável **situação de estudo e trabalho** compreende as categorias **jovens que só estudam**, **jovens que estudam e trabalham**, **jovens que estudam e procuram trabalho**, **jovens que só trabalham**, **jovens que só procuram trabalho** e **jovens que não estudam e/ou não trabalham e/ou não procuram trabalho**. A variável **grupos de renda familiar per capita** foi dividida em quatro categorias: Grupo 1 - 25% das pessoas com menor renda familiar *per capita*; Grupo 2 - 25% das pessoas com renda familiar *per capita* imediatamente superior à do Grupo 1; Grupo 3 - 25% das pessoas com renda familiar *per capita* imediatamente superior à do Grupo 2; Grupo 4 - 25% das pessoas com maior renda familiar *per capita*. No aspecto renda familiar *per capita*, o impacto das políticas em todos os estratos de renda foi importante, em especial para as Categorias I (jovens que só estudam) e II (jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho). Deve-se considerar que ainda há um enorme desafio para um acesso pleno à educação, com a permanência dos jovens na escola, bem como com a conclusão dos estudos, especialmente para os jovens homens, os jovens negros e para os jovens pertencentes ao grupo de menor

rendimento familiar *per capita* (Grupo 1), onde são verificados avanços, mas persistem as desigualdades de acesso e permanência escolar.

Palavras-chave: Jovens. Escolaridade. Situação de estudo e trabalho. Políticas de acesso.
Renda familiar *per capita*.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the evolution of preselected school indicators (school attendance, average years of schooling, completed or attended school levels, and the variable **study and work context**) of young people in the 15- 29 age group, in the Porto Alegre metropolitan area, between 1993 and 2014, through the expansion policies access, either in the universalization of Primary Education, or in the significant expansion of access to Secondary Education, or in the insertion in higher education, by means of programs such as the University for All Program, the Student Financing Fund and the Restructuring and Expansion of Federal Universities, and the Quotas Law (Law no. 12.711 / 2012). The source of information used is the micro database of Employment and Unemployment Research of Porto Alegre Metropolitan Area (PED-RMPA). The results obtained indicate a significant increase in access to schools, higher schooling and reduction of educational inequalities among youths aged 15 -29. However, the extent of access policies still fall short of ending up with the differentials in access and schooling among young men and women and has contributed little to the equality of young black and non-black youths. Two variables were of fundamental importance for this research: **study and work context** and **per capita family income groups**. The variable **study and work context** includes the categories of **young people who only study, young people who study and work, young people who study and seek work, young people who only work, young people who are looking for work** and **young people who do not study and / or do not seek work**. The variable **per capita family income groups** was divided into four categories: Group 1 - 25% of people with lower per capita family income; Group 2 - 25% of people with per capita family income immediately higher than Group 1; Group 3 - 25% of people with per capita family income immediately higher than Group 2; Group 4 - 25% of people with higher per capita family income. In the per capita family income aspect, the impact of policies on all income strata was important, especially for Categories I (young people who only study) and II (young people who study and work and / or seek work). One must consider that there is still a huge challenge for full access to education, the permanence of young people in school and the completion of studies, especially for young men, young blacks and young people belonging to the group with a lower per capita family income (Group 1), where progress is made, but access inequalities and school permanence persist.

Keywords: young people, schooling, study and work context, access policies, per capita family income.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola no Brasil — 2004-13	34
Figura 2 — Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola no Brasil — 2004-13	34
Figura 3 — Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio no Brasil — 2004-13	35
Figura 4 — Esquema da forma de levantamento das informações utilizada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego	46
Figura 5 — Questão 9 do Questionário da Pesquisa de Emprego e Desemprego, relativa à frequência escolar	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Proporção de jovens com frequência escolar por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	60
Gráfico 2 — Proporção de jovens que frequentam o Ensino Fundamental por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993—2014	61
Gráfico 3 — Proporção de jovens que frequentam o Ensino Médio por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014 ...	62
Gráfico 4 — Proporção de jovens com o Ensino Médio completo por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014 ..	63
Gráfico 5 — Proporção de jovens que frequentam ou já concluíram o Ensino Superior por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	64
Gráfico 6 — Proporção de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos que são analfabetos na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2012	65
Gráfico 7 — Média de anos de estudo dos jovens por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	66
Gráfico 8 — Proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos que frequentam a escola por cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	68
Gráfico 9 — Proporção de jovens com idade entre 18 e 24 anos que frequentam a escola por cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	69
Gráfico 10 — Proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos que frequentam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio por cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	70
Gráfico 11 — Proporção de jovens entre 18 e 24 anos que concluíram o Ensino Médio por cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	72
Gráfico 12 — Proporção de jovens entre 18 e 29 anos que frequentam ou já concluíram o Ensino Superior por cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2004-2014	73
Gráfico 13 — Proporção de jovens que frequentam a escola por faixas etárias selecionadas, segundo a escolaridade e a cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2004-2014	74

Gráfico 14 — Média de anos de estudo dos jovens por faixas etárias selecionadas, segundo a cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	75
Gráfico 15 — Anos de estudo dos jovens por faixas etárias selecionadas, segundo o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	78
Gráfico 16 — Proporção de jovens que frequentam a escola por faixas etárias escolhidas, segundo a escolaridade frequentada e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	81
Gráfico 17 — Distribuição dos jovens com idade entre 15 e 17 anos segundo escolaridades concluídas selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	85
Gráfico 18 — Distribuição dos jovens com idade entre 15 e 17 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	87
Gráfico 19 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 a 24 anos segundo escolaridades concluídas selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	88
Gráfico 20 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	89
Gráfico 21 — Distribuição dos jovens com idade entre 25 a 29 anos segundo escolaridades concluídas selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	91
Gráfico 22 — Distribuição dos jovens com idade entre 25 a 29 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	92
Gráfico 23 — Distribuição dos jovens homens com idade entre 15 e 17 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	96
Gráfico 24 — Distribuição das jovens mulheres com idade entre 15 e 17 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	98
Gráfico 25 — Distribuição dos jovens homens com idade entre 18 a 24 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto	

Alegre — 1993-2014	99
Gráfico 26 — Distribuição das jovens mulheres com idade entre 18 a 24 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	101
Gráfico 27 — Proporção de jovens mulheres com idade entre 18 e 24 anos segundo situações de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	102
Gráfico 28 — Distribuição dos jovens homens com idade entre 25 e 29 anos segundo situações de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	103
Gráfico 29 — Distribuição das jovens mulheres com idade entre 25 e 29 anos segundo situações de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	104
Gráfico 30 — Proporção de jovens mulheres com idade entre 25 e 29 anos que não estudam e/ou não trabalham e/ou não procuram trabalho, segundo suas categorias, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	105
Gráfico 31 — Proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos que somente estudam segundo a cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	107
Gráfico 32 — Distribuição dos jovens negros com idade entre 18 a 24 anos segundo situações de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	108
Gráfico 33 — Distribuição dos jovens não negros com idade entre 18 a 24 anos segundo situações de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	109
Gráfico 34 — Distribuição dos jovens negros com idade entre 25 a 29 anos segundo categorias de situação de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	110
Gráfico 35 — Distribuição dos jovens não negros com idade entre 25 a 29 anos segundo situações de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	111
Gráfico 36 — Anos de estudo dos jovens, segundo grupos de renda familiar <i>per capita</i> , por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de	

Porto Alegre — 1993-2014	116
Gráfico 37 — Proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos em etapas de ensino frequentadas, segundo grupos de renda familiar <i>per capita</i> , na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	118
Gráfico 38 — Proporção de jovens com idade entre 18 e 24 anos em etapas de ensino frequentadas, segundo grupos de renda familiar <i>per capita</i> , na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1997-2014	121
Gráfico 39 — Proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos que somente estudam, segundo grupos de renda familiar <i>per capita</i> , na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	125
Gráfico 40 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 1 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	127
Gráfico 41 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 1 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	128
Gráfico 42 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 2 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	129
Gráfico 43 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 3 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	131
Gráfico 44 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 4 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	132
Gráfico 45 — Distribuição dos jovens com idade entre 25 a 29 anos pertencentes ao Grupo 1 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	135
Gráfico 46 — Proporção dos jovens com idade entre 25 a 29 anos pertencentes ao Grupo 1 que somente cuidam dos afazeres domésticos, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	136
Gráfico 47 — Distribuição dos jovens com idade entre 25 a 29 anos pertencentes ao Grupo 2 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região	

Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	137
Gráfico 48 — Proporção dos jovens com idade entre 25 a 29 anos pertencentes ao Grupo 3 que somente trabalham ou procuram trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	138
Gráfico 49 — Proporção dos jovens com idade entre 25 a 29 anos pertencentes ao Grupo 4 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Nomenclaturas utilizadas para designar os graus de ensino, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Brasil	51
Quadro 2 — Variáveis utilizadas nesta dissertação e suas origem, categorias originais e após agregação	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
Coned	Congresso Nacional da Educação
DIEESE	Departamento Intersetorial de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EM	Ensino Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FGTAS	Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPE	Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPC	Índice de Preço ao Consumidor
MEC	Ministério da Educação
MTb	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAT	Programa de Aperfeiçoamento Técnico
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PED-RMPA	Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre
PIA	População em Idade Ativa
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGEDU	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPVE	Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego
Prouni	Programa Universidade Para Todos
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Reuni	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFAM	renda familiar total
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
Seade	Sistema Estadual de Análise de Dados
Sigae	Sistema de Gestão das Ações de Emprego
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
Suprof	Superintendência de Educação Profissional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
1 REFERENCIAL TEÓRICO	30
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS	43
2.1 USO DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE COMO FONTE DE INFORMAÇÃO	43
2.2 ESCOLHA DA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 29 ANOS	48
2.3 VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA A CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES ..	49
3 FREQUÊNCIA ESCOLAR E ESCOLARIDADE DOS JOVENS COM IDADE ENTRE 15 E 29 ANOS NO PERÍODO 1993-2014	58
3.1 FREQUÊNCIA ESCOLAR E ESCOLARIDADE DOS JOVENS COM IDADE ENTRE 15 E 29 ANOS	59
3.2 FREQUÊNCIA ESCOLAR E ESCOLARIDADE DOS JOVENS COM IDADE ENTRE 15 E 29 ANOS: NEGROS E NÃO NEGROS	67
3.3 FREQUÊNCIA ESCOLAR E ESCOLARIDADE DOS JOVENS COM IDADE ENTRE 15 E 29 ANOS: MULHERES E HOMENS	78
4 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO E A ESCOLARIDADE DOS JOVENS ENTRE 15 E 29 ANOS NO PERÍODO 1993-2014	84
4.1 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO E ESCOLARIDADE DO SEGMENTO ETÁRIO DE 15 A 17 ANOS	84
4.2 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO E ESCOLARIDADE DO SEGMENTO ETÁRIO DE 18 A 24 ANOS	88
4.3 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO E ESCOLARIDADE DO SEGMENTO ETÁRIO DE 25 A 29 ANOS	90
5 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO DOS JOVENS ENTRE 15 E 29 ANOS: COR, SEXO E GRUPOS DE RENDA FAMILIAR <i>PER CAPITA</i>	94
5.1 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO: SEXO E COR	95
5.1.1 Jovens entre 15 e 17 anos: situação de estudo e trabalho e sexo	96
5.1.2 Jovens entre 18 e 24 anos: situação de estudo e trabalho e sexo	99
5.1.3 Jovens entre 25 e 29 anos: situação de estudo e trabalho e sexo	102
5.1.4 Jovens entre 15 e 17 anos: situação de estudo e trabalho e cor	106

5.1.5 Jovens entre 18 e 24 anos: situação de estudo e trabalho e cor	107
5. 1.6 Jovens entre 25 e 29 anos: situação de estudo e trabalho e cor	110
5.2 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO: GRUPOS DE RENDA FAMILIAR	
<i>PER CAPITA</i>	113
5.2.1 Diferenciais por grupos de renda familiar <i>per capita</i>: anos de estudo e	
frequência escolar	114
5.2.2 Situação de estudo e trabalho e grupos de renda familiar <i>per capita</i>	124
5.2.2.1 Jovens de 15 a 17 anos: situação de estudo e trabalho e grupos de renda	
familiar <i>per capita</i>	126
5.2.2.2 Jovens de 18 a 24 anos: situação de estudo e trabalho e grupos de renda	
familiar <i>per capita</i>	126
Jovens de 18 a 24 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 1	126
Jovens de 18 a 24 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 2	128
Jovens de 18 a 24 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 3	130
Jovens de 18 a 24 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 4	131
5.2.2.3 Jovens de 25 a 29 anos: situação de estudo e trabalho e grupos de renda	
familiar <i>per capita</i>	134
Jovens de 25 a 29 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 1	134
Jovens de 25 a 29 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 2	136
Jovens de 25 a 29 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 3	138
Jovens de 25 a 29 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 4	139
CONCLUSÃO	141
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICES.....	156
A — APÊNDICE A — Estimativa da população total e estimativa e proporção da	
população jovem com idade entre 15 e 29 anos na Região Metropolitana de	
Porto Alegre — 1993-2014	156
B — APÊNDICE B — Distribuição dos jovens com idade entre 15 e 17 anos segundo	
a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre —	
1993-2014	157
C — APÊNDICE C — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos	
segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto	
Alegre — 1993-2014	158

D — APÊNDICE D — Distribuição dos jovens com idade entre 25 e 29 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	159
E — APÊNDICE E — Distribuição dos jovens com idade entre 18 a 24 anos pertencentes ao Grupo 2 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014	160

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, intitulada **Situação de Estudo e Trabalho e Escolaridade da População Juvenil, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Período 1993-2014**, está inserida na linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o objetivo de analisar a evolução de indicadores de escolaridade pré-selecionados (frequência escolar, médias de anos de estudo, níveis de escolaridade — concluída ou frequentada) e a variável **situação de estudo e trabalho**, dos jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), entre 1993 e 2014.

Apresenta-se, de início, a minha trajetória profissional, visando justificar o objeto de estudo desta dissertação.

Minha vida profissional iniciou no segundo semestre do Curso de Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1995, momento no qual passei a fazer estágio na Fundação de Economia e Estatística (FEE), no Núcleo de Análise e Estatística da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

A PED tem sua metodologia desenvolvida pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), sendo sua execução realizada em conjunto com instituições locais. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, a pesquisa conta, desde seu início, com os seguintes parceiros: além da Fundação Seade e do DIEESE, a FEE e a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS). Localmente, com exceção da Fundação Seade, para cada uma das instituições parceiras, há um representante, denominado Coordenador da Pesquisa. Toda a sua execução ainda hoje é realizada na FEE.

Na compreensão dessa parceria, passei a conhecer o DIEESE, instituição criada pelo movimento sindical brasileiro, fundada em 1955, para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores, com atuação nas áreas de assessoria, pesquisa e educação, tendo como eixos temáticos que orientam toda a sua produção o emprego, a renda, a negociação coletiva, o desenvolvimento e as políticas públicas. Assim, surgiu o interesse de, em algum momento da minha trajetória profissional, realizar, ao menos, um estágio nessa instituição. Tal intento relacionava-se à oportunidade de trabalhar numa pesquisa que possuía um caráter permanente e que possibilitava, portanto, a construção de um banco de dados que permitisse o processamento das variáveis descritivas do mercado de

trabalho para as demais instituições e estudiosos, de acordo com a abordagem teórica e metodológica mais adequada a seus objetivos. Ressalto que, na RMPA, a PED ocorre desde abril de 1992 até os dias atuais, sem nenhuma interrupção.

Em 1998, começou a se desenhar a possibilidade de eu ingressar no DIEESE como Auxiliar Técnica. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) passou a requerer informações sobre o mercado de trabalho da Cidade de Porto Alegre, e o DIEESE tinha interesse em consolidar essa parceria, fortalecendo, dessa maneira, a PED na região.

Em janeiro de 2000, iniciei minha atividade dentro do DIEESE, como Auxiliar Técnica e, logo após a conclusão do curso, em 2003, fui promovida à Técnica em Estatística, dando sequência ao trabalho desenvolvido na PED.

Em 2004, tomei contato com o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS e, como aluna do Programa de Educação Continuada, cursei a disciplina Incerteza e Crise: trabalho, mercados de trabalho, educação, inserção e formação profissional, ministrada pelo Professor Doutor Jorge Alberto Rosa Ribeiro.

Em 2005, cursei mais duas disciplinas, uma com o Professor Doutor Jorge Alberto Rosa Ribeiro — Investigação em Educação e Trabalho: análise e método — e a outra com a Professora Doutora Naira Lisboa Franzoi — Socialização Profissional e Redes de Pertencimento. Ambas foram importantes para aprofundar meus conhecimentos em Educação, assim como em minha área de atuação. Nelas, fiz trabalhos relacionados aos jovens no mercado de trabalho.

Em 2006, meu objetivo era fazer a seleção do Mestrado no PPGEDU, mas foi necessário adiá-lo. Naquele ano, o DIEESE, através de um convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), teve que realizar duas pesquisas no interior do Brasil, utilizando a metodologia da PED. As regiões escolhidas foram o Aglomerado Urbano Sul, no Rio Grande do Sul, e Caruaru e entorno, em Pernambuco. Em ambas, participei da definição dos municípios a serem pesquisados e da concepção e da construção dos planos amostrais. Também fui convidada para coordenar a pesquisa do Aglomerado Urbano Sul. Esse trabalho foi um marco na minha trajetória. Tive experiência laboral em todas as etapas da PED, desde a construção do plano amostral até a aplicação do questionário junto com alguns entrevistadores.

Finda essa tarefa, retornei à minha função de estatística, desejando, em algum momento, poder retomar meus estudos para realizar a seleção do mestrado. Porém, nessa

época, o DIEESE não possuía uma política de liberação de seus técnicos para qualquer tipo de aperfeiçoamento, o que frustrou meus planos.

Em 2009, fiz um trabalho junto com o colega Eduardo Miguel Schneider, do DIEESE, o qual tinha por objetivo desenvolver e testar uma metodologia para realizar projeções ocupacionais (a partir de dados amostrais e em pequenos domínios).

A metodologia utilizada foi a de Clogg e Shockey, tendo sido aplicada em duas regiões onde a PED é realizada: São Paulo e Recife. Esse estudo resultou em dois relatórios que foram entregues ao Ministério do Trabalho e Emprego através de convênio firmado com o DIEESE.

Esse mesmo colega já estava fazendo o Mestrado em Economia do Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e, num primeiro momento, resolveu utilizar essa mesma metodologia na RMPA. Porém, ao longo do seu mestrado, foi-lhe apresentada a metodologia de Nielsen, a qual ele usou em sua dissertação (SCHNEIDER, 2010). Trabalhei com meu colega durante toda a construção e a aplicação dessa metodologia. Cabe destacar que, após a conclusão do mestrado de Eduardo Schneider, tal metodologia foi aplicada em todas as regiões onde existe a PED e gerou uma publicação denominada **Qualificação e Mercado de Trabalho: apontamentos para política pública em regiões metropolitanas** (DIEESE, 2011).

Em 2010, trabalhei na base de microdados do Sistema de Gestão das Ações de Emprego (Sigae), junto com Cidriana Parenza, em sua tese de doutorado (PARENZA, 2012), que foi orientada pelo Professor Doutor Jorge Alberto Rosa Ribeiro.

Esses dois trabalhos fizeram-me amadurecer para ingressar no mestrado no momento em que o DIEESE passou a ter o Programa de Aperfeiçoamento Técnico (PAT), liberando seus funcionários para cursarem mestrados ou doutorados com temas de interesse da instituição.

Em meados de 2011, fui convidada para ser Coordenadora da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) pelo DIEESE. Desse modo, distanciei-me da função de estatística e passei a ter novamente uma representação institucional e a responsabilidade de coordenar e supervisionar a Pesquisa.

No início de 2013, foi-me colocado um novo desafio. Fui convidada a participar do projeto de pesquisa coordenado pelo Professor Doutor Jorge Alberto Rosa Ribeiro denominado **Avaliação da Implementação de Projetos Para o Ensino Médio: o caso do**

Instituto Unibanco em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul e o caso do Ensino Médio inovador/politécnico no RS.

Esse trabalho possibilitou cursar novamente as disciplinas do Programa de Educação Continuada e aproximar-me do mestrado. Na disciplina O Ensino Médio e Profissional no Brasil: incertezas e embates sociais na sua construção, cursada no segundo semestre de 2013, consegui aprofundar a questão do Ensino Médio (EM) e despertar para uma temática de estudo.

Ao finalizar essa disciplina, elaborei um pequeno artigo com o objetivo de analisar a mudança do perfil da População em Idade Ativa (PIA) e dos ocupados no que se refere ao nível de escolaridade dos indivíduos, comparando os anos de 2000 e 2012. Para tanto, utilizei como fonte de dados a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. Os resultados apontaram uma melhoria da escolaridade, sendo esta muito mais intensa para os ocupados.

Nesse mesmo semestre, foram abertas as inscrições para o Programa de Aperfeiçoamento Técnico do DIEESE. Minha chefia imediata já tinha conhecimento do meu interesse em tomar parte no processo seletivo do Mestrado do PPGEDU e de que a linha de pesquisa na qual gostaria de integrar correspondia aos interesses da instituição. Cabe destacar-se que o DIEESE, hoje, tem a Escola DIEESE de Ciências do Trabalho, que, além do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho, tem o curso de pós-graduação *lato sensu*, denominado Economia e Trabalho, e cursos de extensão. Além disso, a questão da educação e do mercado de trabalho continua sendo tema de grande relevância para os gestores e para a sociedade.

Assim que ingressei no mestrado, foi demandado pelo grupo de técnicos do DIEESE que trabalham no Projeto de Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia um conjunto de informações sobre a população jovem na faixa etária entre 15 e 29 anos, com e sem frequência escolar, por atributos pessoais, e sua inserção no mercado de trabalho utilizando os dados da PED para as regiões metropolitanas, no ano de 2013, a fim de compor um capítulo de um dos relatórios do Projeto, descrevendo e apontando as principais diferenças da população em questão entre as regiões metropolitanas.

Tal projeto foi desenvolvido pelo DIEESE através do Convênio nº 524/2008, estabelecido com o Governo do Estado da Bahia por intermédio da Secretaria da Educação do Estado da Bahia/Superintendência de Educação Profissional (Suprof), e tem por objetivo

contribuir para a renovação e a expansão da Educação Profissional daquele estado por meio de estudos, subsídios, desenvolvimento de metodologias, formação, capacitação e assessoria aos gestores públicos e aos demais atores sociais.

O interesse nessas informações decorre dos avanços, nos últimos anos, na Educação Básica, sendo reconhecida como direito subjetivo, o que implica a universalização do acesso ao ensino, verificando-se um aumento no nível de escolaridade em todos os segmentos etários, sendo mais evidente na população jovem.

Além do que já foi dito acima, também se pode citar que uma das justificativas para a melhora no nível de escolaridade é a resposta a pressões de demanda e oferta no mercado de trabalho (BASTOS, 2005).

Considerando essas experiências profissionais apontadas e a realização dos trabalhos finais das disciplinas mencionadas anteriormente, acabei definindo como tema de pesquisa Os Avanços da Escolaridade e a Situação de Estudo e Trabalho dos Jovens entre 15 e 29 anos na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Diante do exposto, e como já mencionado no início desta **Introdução**, o objetivo desta dissertação é analisar a evolução de indicadores de escolaridade (frequência escolar, médias de anos de estudo, níveis de escolaridade (concluída ou frequentada)) e a variável **situação de estudo e trabalho** dos jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, na Região Metropolitana de Porto Alegre, entre 1993 e 2014, para quatro categorias, quais sejam: I - jovens que só estudam; II - jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho; III - jovens que só trabalham e/ou buscam trabalho; e IV - jovens que não estudam e/ou não trabalham e/ou não procuram trabalho.

Especialmente para as Categorias I e II, espera-se observar um aumento da participação dos jovens e, por conseguinte, uma melhora nos índices de escolaridade vis-à-vis às políticas de ampliação de acesso, seja na universalização do Ensino Fundamental, seja na ampliação significativa do acesso ao Ensino Médio, seja na inserção no Ensino Superior, através de programas como Programa Universidade Para Todos (Prouni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012).

Analogamente, para as Categorias III e IV, supõe-se que houve uma redução na participação em razão das ações de ampliação da oferta.

A fim de qualificar melhor o alcance das políticas de acesso, também será investigada a questão dos jovens frente à situação de estudo e trabalho de acordo com três aspectos: sexo,

cor e renda familiar *per capita*. O propósito da consideração do sexo é verificar se houve diferenciais de acesso e escolaridade para jovens mulheres e jovens homens. No caso da cor, o objetivo é observar o comportamento da desigualdade entre jovens negros e jovens não negros. Por fim, no aspecto renda familiar *per capita*, a intenção é averiguar o impacto das políticas para todos os estratos de renda, em especial para as Categorias I (jovens que só estudam) e II (jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho).

Para analisar a evolução de indicadores de escolaridade (frequência escolar, média de anos de estudo, níveis de escolaridade (concluída ou frequentada) e a variável **situação de estudo e trabalho** dos jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, na Região Metropolitana de Porto Alegre, entre 1993 e 2014), utiliza-se como fonte de informações a Base de Microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre, metodologia desenvolvida pelo DIEESE e pela Fundação Seade e executada em parceria com a FEE e a FGTAS, de forma ininterrupta, desde abril de 1992.

A escolha dessa fonte justifica-se por tratar-se de uma pesquisa domiciliar, não limitada ao mercado de trabalho formal, que fornece também informações sobre as ocupações exercidas de forma autônoma e sem carteira de trabalho assinada, além de captar características de atributos pessoais (sexo, idade, cor, posição no domicílio) e escolaridade de todos os moradores acima de 10 anos.

Além disso, como já descrito nesta **Introdução**, é a pesquisa onde exerço meu trabalho atualmente e onde tenho pleno domínio e conhecimento das possibilidades que a Base de Dados apresenta.

Referentemente ao público-alvo da pesquisa, que são os jovens na faixa etária entre 15 e 29 anos, a definição da faixa etária está baseada na Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). Porém, considerando que esse segmento etário é muito heterogêneo, essa amostra será subdividida em três grandes amostras segmentadas por faixa etária: de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos.

A adoção da faixa etária de 15 a 17 anos justifica-se por ser a idade legal de ingresso no Ensino Médio (BRASIL, 2013b).

No caso dos jovens inseridos na faixa de 18 a 24 anos, considera-se a possibilidade de os mesmos já terem concluído a Educação Básica, que corresponde à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio (BRASIL, 2013a).

Por sua vez, o grupo etário de 25 a 29 anos foi separado do segmento de 18 a 24 anos por entender-se que esses indivíduos já teriam expectativa de inserção de forma mais

qualificada no mundo do trabalho após o término da educação formal, podendo, inclusive, estar frequentando o Ensino Superior ou um curso de pós-graduação (DIEESE, 2012).

Sendo assim, este trabalho está dividido em cinco capítulos, além desta **Introdução** e da **Conclusão**, que se apresentam da forma descrita a seguir.

O Capítulo 1 tem o propósito de expor estudos e pesquisas que analisam os índices educacionais no Brasil dos últimos 25, bem como legislações e políticas que possam ter contribuído para a elevação da escolaridade dos jovens com idade entre 15 e 29 anos, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 1993-2014. Além disso, exhibe resultados de trabalhos com a temática da situação de estudo e trabalho, escolaridade e grupos de renda familiar para os mais diversos segmentos juvenis.

No Capítulo 2, apresentam-se os aspectos metodológicos da realização desta dissertação, trazendo a justificativa do uso da base de microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre, explica-se e justifica-se o recorte etário de 15 a 29 anos para a população jovem e, para finalizar, mostra-se o conjunto de indicadores elaborados para analisar as mudanças na situação de estudo e trabalho dos jovens da Região Metropolitana de Porto Alegre no período entre 1993 e 2014.

O Capítulo 3, denominado **Frequência Escolar e Escolaridade dos Jovens Entre 15 e 29 Anos no Período 1993-2014**, tem por objetivo identificar as mudanças ocorridas no que se refere à frequência escolar e aos níveis de escolaridade dos jovens com idade entre 15 e 29 anos, no período de 1993-2014, na RMPA. Para tanto, são apresentados os indicadores de frequência escolar e os níveis de escolaridade, concluídos ou não — Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior —, a proporção de analfabetos e as médias de anos de estudo para as faixas etárias de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Além disso, também são expostos os mesmos indicadores levando em consideração a cor e o sexo para os mesmos recortes etários definidos, sendo o capítulo dividido em três partes. Na primeira, apresentam-se os indicadores de frequência escolar e escolaridades dos jovens com idade entre 15 e 17 anos, 18 a 24 anos e 25 e 29 anos. Na segunda e na terceira parte, são exibidos os mesmos indicadores, utilizando os mesmos segmentos etários, mas com recortes de cor e sexo respectivamente.

O Capítulo 4, intitulado **Situação de Estudo e Trabalho e a Escolaridade dos Jovens Entre 15 e 29 Anos no Período 1993-2014**, analisa a variável **situação de estudo e trabalho** juntamente com a variável **escolaridade**, com o objetivo de verificar se os avanços na escolaridade tiveram algum impacto na composição da variável **situação de estudo e**

trabalho para os jovens com idade entre 15 e 29 anos, no período 1993-2014, na RMPA, levando em consideração cada um dos segmentos etários, ou seja, os jovens de 15 a 17 anos de idade, os jovens de 18 a 24 anos e os jovens de 25 a 29 anos.

O Capítulo 5 mostra os resultados, para os jovens entre 15 e 29 anos, da situação de estudo e trabalho de acordo com três aspectos: sexo, cor e renda familiar *per capita*. Para o sexo, são apontados os diferenciais de acesso e escolaridade para jovens mulheres e jovens homens. No caso da cor, é analisado o comportamento da desigualdade entre jovens negros e jovens não negros. Por fim, no aspecto renda familiar *per capita*, a intenção é mensurar o impacto das políticas para todos os extratos de renda, em especial para as Categorias I (jovens que só estudam) e II (jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho). Para uma melhor compreensão dos resultados, esse capítulo foi dividido em duas partes. Na primeira, estão expostos os resultados dos cruzamentos das variáveis **situação de estudo e trabalho** e **sexo** e das variáveis **situação de estudo e trabalho** e **cor**. A segunda parte versa sobre os resultados do cruzamento das variáveis **situação de estudo e trabalho** e **grupos de renda familiar**.

Esta dissertação, através dos resultados apresentados para os indicadores de escolaridade e de situação de estudo e trabalho, pretende contribuir para possíveis discussões sobre a temática da juventude e, além disso, subsidiá-las com estatísticas que possibilitem, com o seu uso, a construção de políticas públicas voltadas para os diversos segmentos juvenis.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem o propósito de apresentar estudos e pesquisas que analisam os índices educacionais do Brasil nos últimos 25 anos, bem como legislações e políticas que possam ter contribuído para a elevação da escolaridade dos jovens com idade entre 15 e 29 anos, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 1993-2014. Além disso, expõe resultados de trabalhos com a temática da situação de estudo e trabalho, escolaridade e grupos de renda familiar para os mais diversos segmentos juvenis. Com relação à questão etária dos jovens, foi possível fazer um levantamento das escolhas etárias e das justificativas dos trabalhos lidos para a construção desta dissertação. A partir dos anos 90 do século XX, o Brasil apresentou uma melhora dos índices educacionais quantitativos, reduzindo a taxa de analfabetismo e aumentando o nível de escolaridade da população.

Essa melhora dos índices educacionais deu-se pela ampliação do acesso à escola, em todos os seus níveis, no que diz respeito seja à universalização do Ensino Fundamental, seja à ampliação significativa do acesso ao Ensino Médio, seja à inserção no Ensino Superior, através de programas como Prouni e Fies (GUIMARÃES; MARTELETO; ALVES DE BRITO, 2016). Os autores Costa e Oliveira (2014) apontam que, no período entre 1995 e 1999, de acordo com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a escolaridade da população entre 15 e 17 anos e entre 18 a 24 anos atingiu o auge do crescimento, com uma taxa que chegou a 4,0% ao ano. Esses autores também destacam que esse período coincide com a expansão da oferta de matrículas do Ensino Médio no País, mediante a criação de vagas noturnas e a incorporação de muitos alunos com idade superior à adequada, em condições de infraestrutura inferiores às do turno diurno.

O **Boletim Juventude Informa** (IPEA; SNJ, 2014) também indica melhoria substancial no acesso, na permanência, na retomada dos estudos e, conseqüentemente, na elevação da escolaridade para os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos no período de 1992 a 2012. Entretanto ainda se têm os desafios de um acesso pleno à escola, da permanência dos jovens na escola, bem como da conclusão dos estudos. Destaca que o abandono, a defasagem e a reprovação continuam impactando a trajetória escolar dos jovens.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 20 de dezembro de 1996, Lei nº 9.394, estabeleceu que o Governo Federal, com a participação de estados, municípios e sociedade, ficaria encarregado de elaborar e acompanhar o Plano Nacional de

Educação (PNE) no prazo de um ano e encaminhá-lo ao Congresso Nacional, indicando diretrizes e metas com vigência de 10 anos (DOURADO, 2010).

Entre 1996 e 1997, foi realizada uma série de discussões que ocorreram no I e no II Congresso Nacional da Educação (Coned), com a participação de entidades educativas e sindicais, educadores, alunos, profissionais da educação e a sociedade civil, onde foi aprovado o Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. Essa proposta foi apresentada na Câmara de Deputados, em fevereiro de 1998, porém não foi encaminhada e nem aprovada. Entre 1998 e 2000, o governo de Fernando Henrique Cardoso alterou e adequou o Plano de acordo com os seus interesses.

Foi somente em 9 de janeiro de 2001 que o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172) foi aprovado, trazendo como meta a universalização do acesso à Educação Básica.

Salienta-se que o artigo 214 da Constituição Federal já sinaliza a criação do PNE e indica a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar [...]. (BRASIL, 1988b).

Ainda no artigo 208 da Constituição Federal, definem-se os deveres do Estado com a educação, e, sobre a universalização, seus incisos I e II estabelecem ser dever do Estado garantir:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009);

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; [...] (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996). (BRASIL, 1988a).

O Ensino Superior também apresentou aumento do número de alunos, principalmente a partir dos anos 2000, quando houve uma expansão da oferta e do acesso a essa etapa de ensino através de políticas adotadas pelos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Presidente Dilma Rousseff.

As principais políticas que atingiram o Ensino Superior foram:

- Fundo de Financiamento Estudantil - programa do Ministério da Educação (MEC) voltado ao financiamento de cursos de graduação na Educação Superior para

estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei nº 10.260/2001;

- Programa Universidade Para Todos - visa conceder bolsas de estudo integrais ou parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições de Ensino Superior privadas. Foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005, oferecendo, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. É dirigido para estudantes egressos do Ensino Médio da rede pública ou da rede privada na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* de até três salários mínimos. A seleção dos candidatos ocorre através das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM);
- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na Educação Superior. O programa foi instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Conforme consta no *site*,

Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números da expansão, iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012.

As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país. (BRASIL, 2015b);

- Sistema de Seleção Unificada (Sisu) - é um sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, onde as instituições públicas de Ensino Superior oferecem vagas para candidatos participantes do ENEM.

Sobre o ENEM, conforme consta no portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP):

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade.

A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. Foram implementadas mudanças no Exame que contribuem para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

Respeitando a autonomia das universidades, a utilização dos resultados do Enem para acesso ao ensino superior pode ocorrer como fase única de seleção ou combinado com seus processos seletivos próprios (INEP, 2011).

O ENEM também é utilizado para o acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, tais como o Programa Universidade Para Todos.

Ainda mais, através da Portaria do MEC nº 10, de 23 de maio de 2012 (BRASIL, 2012a), o indivíduo pode realizar o Exame para obter a certificação de conclusão do Ensino Médio ou declaração de proficiência. A Portaria INEP nº 179, de 28 de abril de 2014 (INEP, 2014), dispõe sobre o processo de certificação, as competências das instituições certificadoras, que são as Secretarias de Estado de Educação e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e os requisitos de conclusão do Ensino Médio e declaração parcial de proficiência com a utilização dos resultados de desempenho obtidos no ENEM.

Ainda tem-se a Lei nº 12.711/2012, denominada Lei de Cotas, regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno, nas universidades federais (59) e nas instituições federais de educação, ciência e tecnologia, para os alunos oriundos integralmente do Ensino Médio público em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. As reservas das cotas (50% do total de vagas da instituição) devem ser subdivididas assim:

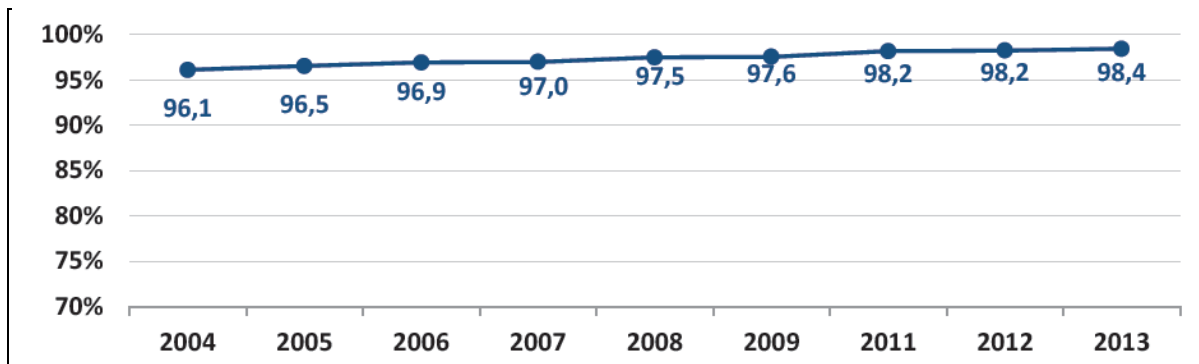
[...] metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2017).

Mesmo sabendo-se que a Lei nº 12.711/2012 foi sendo aplicada gradualmente, poderá já ter havido algum impacto dela nos anos de 2013 e 2014 para os jovens de baixa renda e/ou negros ou pardos que acessaram o Ensino Superior através dessa política.

As Figuras 1 e 2, retiradas da publicação **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base** (BRASIL, 2015b), apresentam o percentual da população nas faixas etárias de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos que frequentava a escola, entre os anos de 2004 e 2013, no Brasil, utilizando como fonte de dados a PNAD, indicando a ampliação do acesso à escola.

Para a população de 6 a 14 anos, a ampliação do acesso à escola quase a universalizou, atingindo, em 2013, 98,4% da referida população (Figura 1).

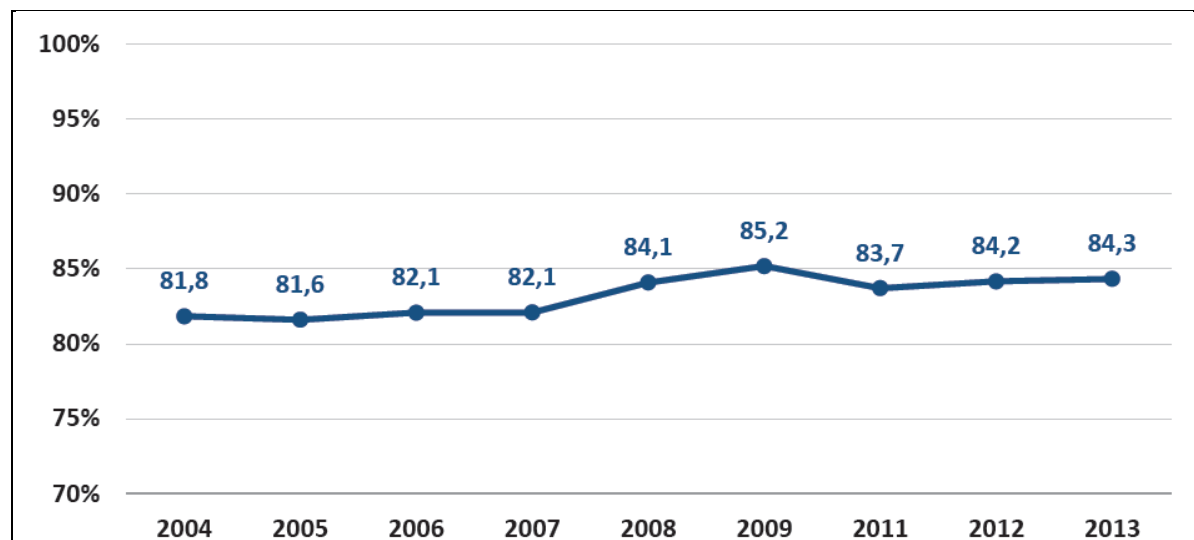
Figura 1 — Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola no Brasil — 2004-13



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/>>. Acesso em: 21 out. 2015. p. 39.

Para população de 15 a 17 anos, como mostra a Figura 2, o percentual que frequentava a escola em 2004 era de 81,8%. Houve uma expansão ao longo do período, atingindo, em 2013, 84,3%, o que indica certa estabilização do indicador. Apesar de esse percentual estar acima de 80,0%, ainda se mostra distante dos patamares necessários para a universalização.

Figura 2 — Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola no Brasil — 2004-13

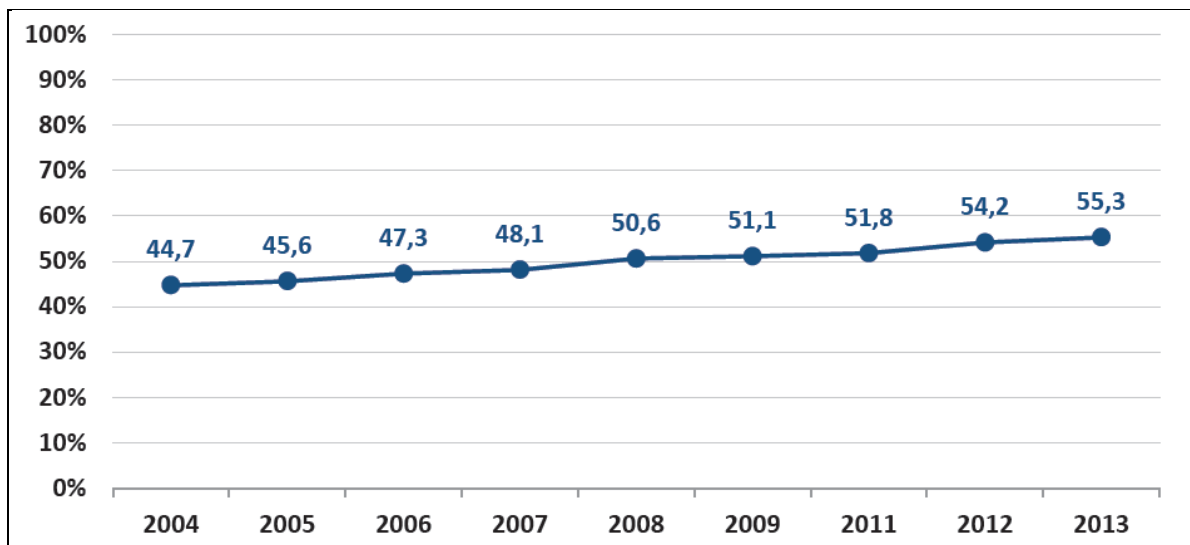


FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/>>. Acesso em: 21 out. 2015. p. 55.

A publicação apresenta o indicador **percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio**, entre 2004 a 2013, no Brasil, utilizando as informações da

PNAD (Figura 3). Esse indicador é também denominado Taxa de Escolarização Líquida no Ensino Médio. Ele informa se as pessoas na faixa etária recomendada para cursar o Ensino Médio, de fato, o frequentam, servindo para monitorar um dos objetivos da Meta 3 do PNE: aumentar em 85%, até 2024, o total de jovens cursando o Ensino Médio, que é o nível adequado para a respectiva faixa etária (BRASIL, 2015a).

Figura 3 — Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o Ensino Médio no Brasil — 2004-13



FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/>>. Acesso em: 21 out. 2015. p. 55.

A Figura 3 indica que, entre os anos de 2004 e 2013, o percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava o Ensino Médio aumentou 10,6 p.p., passando de 44,7% em 2004 para 55,3% em 2013. Apesar desse crescimento, no ano de 2013, esse indicador localizava-se 29,7 p.p. abaixo do esperado para o ano de 2024, que é atingir 85,0% da população entre 15 e 17 anos matriculados no EM.

Os autores Costa e Oliveira (2014), em seu artigo **Perfil Educacional dos Jovens: atraso e fluxo escolar**, indicam que a escolaridade do jovem aumentou significativamente entre 1995 e 2012, em especial no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Entretanto, apesar da melhoria observada, a escolaridade atingida ainda é considerada inferior ao desejável. De acordo com os dados da PNAD para o ano de 2012, os jovens com idade entre 15 e 17 anos apresentaram uma média de 7,82 anos de estudo, indicando a não conclusão do Ensino Fundamental, ou seja, um jovem com até 15 anos e sem atraso escolar já deveria ter o Ensino Fundamental concluído. Os jovens entre 18 e 24 anos e entre 25 e 29 anos de idade possuem,

em média, 9,74 anos e 9,95 anos de estudo respectivamente, quando se espera que, com 18 anos ou mais, tenham completado o Ensino Médio ou 11 anos de estudos ou mais (COSTA; OLIVEIRA, 2014).

Vários estudos que tratam do tema juventude e mercado de trabalho (DIEESE, 2001, 2008, 2012; BASTOS, 2005, 2007; BASTOS; MATOS, 2008; CORROCHANO et al., 2008) utilizam a variável denominada **situação de estudo e trabalho**, que é construída levando em consideração a condição de atividade do indivíduo (ocupado, desempregado ou inativo) e sua frequência escolar.¹

A combinação entre estudo e trabalho, para a maioria dos jovens brasileiros, é uma realidade, tarefa que não é fácil, uma vez que as longas jornadas de trabalho tendem a limitar sua dedicação à escola, podendo tornar-se um obstáculo para a conclusão dos estudos, acarretando impactos na sua formação profissional e na possibilidade de melhor inserção no mercado de trabalho (DIEESE, 2001).

Espera-se que, à medida que o jovem fique mais velho, ele vá, de forma gradual, passando de uma condição em que somente estuda para outra em que inicie a atividade laboral. Essa é uma realidade nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da América Latina (BASTOS; MATOS, 2008).

Bastos e Matos (2008, p. 856) chamam atenção para o fato de que:

Deve-se ter presente que esse é um momento em que o *status* da população juvenil se diversifica, pois o jovem pode: (a) de fato, passar a combinar o estudo e o trabalho; (b) ser compelido a somente trabalhar, afastando-se dos estudos; (c) ficar apenas estudando por um período mais prolongado; (d) ou, numa situação-limite, até mesmo não exercer ambas as atividades.

Na RMPA, a melhora do nível de escolaridade apontada por Bastos (2007) para o período 1993-2005 ocorreu concomitantemente a outras mudanças importantes, que dizem respeito à situação de estudo e trabalho dos jovens entre 16 e 24 anos. Podem-se verificar o aumento das proporções de jovens que somente estudavam (passando de 14,6% em 1993 para 20,3% em 2005) e dos que estudavam, trabalhavam e/ou procuravam trabalho (avançando de 17,5% em 1993 para 24,7% em 2005) e, como contraponto, a redução da parcela daqueles que somente trabalhavam e/ou procuravam trabalho (diminuindo de 52,4% em 1993 para 44,5% em 2005).

Aqui, é preciso um esclarecimento sobre a faixa etária com a qual esse autor trabalha para o segmento jovem. Bastos (2007, p. 155), ao definir jovens, justifica:

¹ No Capítulo 2, são detalhados os aspectos de cunho estatístico e/ou metodológico para a construção da variável **situação de estudo e trabalho**.

Nos estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho, delimita-se a população jovem como correspondendo à faixa etária de 15 a 24 anos (Nações Unidas, 2003; OIT, 2006). Neste trabalho, optou-se por utilizar a faixa etária de 16 a 24 anos, pois, no Brasil, a idade mínima de ingresso legal no mercado de trabalho é a de 16 anos, conforme emenda de 1998 à Constituição Federal.

Tomás (2007), em sua dissertação de mestrado **O Ingresso dos Jovens no Mercado de Trabalho: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras nas últimas décadas**, apresenta um capítulo intitulado **Juventude e Ingresso no Mercado de Trabalho**, onde o primeiro tópico se refere ao conceito de juventude.

Quanto às definições etárias para os jovens, Tomás (2007, p. 5) diz que:

As definições etárias são, em sua maioria, delimitadas por organismos internacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU) define como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos, desde 1985. Já para a Organização Mundial de Saúde (OMS) a adolescência compreende de 10 a 20 anos incompletos. A Comissão Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPQ) desagregou os jovens de 15 a 24 anos em dois grupos: de 15 a 19 anos, que seriam os jovens propriamente ditos, e de 20 a 24 anos considerados “jovens adultos”.

Na publicação **Jovens e Trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para políticas públicas** (CORROCHANO et al., 2008), foram considerados como jovens os indivíduos entre 14 e 29 anos. Uma das justificativas para a escolha desse recorte é o fato de a maioria dos estudos que tratam da situação dos jovens no mercado de trabalho considerar a faixa de 16 a 24 anos, sendo necessário ampliar os limites, até porque se tem pouco conhecimento sobre os jovens com idade de 14 e 15 anos. Denota-se que, conforme consta no artigo 403 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) (BRASIL, 2000), é proibido qualquer trabalho para os menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Porém, desde 2005, são considerados jovens, no Brasil, aqueles indivíduos com idade entre 15 e 29 anos, conforme a Lei nº 11.129/2005. Abaixo, tratar-se-á melhor essa lei. Sendo assim, Corrochano *et al.* (2008, p. 10) indicam, sobre a definição do seguimento etário, que “Para um olhar mais aprofundado em torno das diferenças no interior do próprio tempo da juventude, a análise considerou as seguintes faixas etárias: 14 a 15 anos, 16 a 17 anos, 18 a 21 anos, 22 a 24 anos e 25 a 29 anos”.

No livro **Trajetórias da Juventude nos Mercados de Trabalho Metropolitanos**, publicado pelo DIEESE, foi considerada a faixa etária entre 16 e 24 anos para o estudo da população jovem.

Esta delimitação etária está em consonância com a definição de população jovem estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas — ONU, de 1985. Da perspectiva analítica do mercado de trabalho, o limite inferior para operacionalização do conceito de população jovem obedece à idade mínima legal de

inserção na atividade econômica que, de acordo com a legislação brasileira, é de 16 anos. (DIEESE, 2008, p. 8).

Constata-se que a definição etária da população jovem é um tema de repercussões e normatizações internacionais e nacionais. A definição da juventude por idade encontra elementos objetivos no aspecto da maturidade biológica, e sua delimitação reveste-se de importância para as políticas públicas, em especial quando se pensa em contagem de população, definição de políticas e recursos orçamentários. Entretanto compreender os jovens apenas pelo fator idade simplifica uma realidade complexa que envolve elementos relacionados ao simbólico, ao cultural e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam as sociedades (CARRANO, 2010).

Na publicação **Formação de Professores do Ensino Médio** (CARRANO, et al., 2013), pode-se afirmar que a juventude é uma categoria socialmente produzida e, também, uma construção histórica. É, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação, tendo, de um lado, um caráter universal, dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, e, de outro, diferentes construções históricas e sociais relacionadas a essa fase da vida.

A categoria juventude ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais particulares. A juventude, além das marcas da diversidade cultural e das desiguais condições de acesso aos bens econômicos, educacionais e culturais, é uma categoria dinâmica, especialmente no contexto das transformações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história.

No Brasil, ainda que se reconheça a necessidade de progredir com políticas destinadas à juventude, há uma legislação avançada e protetiva de adolescentes e jovens. Nela, estão o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal (Lei nº 8.069/1990) que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes em todo o Brasil, e o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), que determina os direitos dos jovens, os quais devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, independentemente de quem esteja à frente da gestão dos poderes públicos. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 65, chamada PEC da Juventude, aprovada em 13 de Julho de 2010, inseriu o termo “jovem” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando-lhes os mesmos direitos já garantidos constitucionalmente a crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres.

Art. 1º O Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal passa a denominar-se "Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso".

Art. 2º O art. 227 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

.....
§3º

.....
III - garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

.....
§ 8 A lei estabelecerá:

I - o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

.....
(Emenda Constitucional nº 65). (BRASIL, 2013a).

Estudar a juventude torna-se relevante, conforme mostra Carrano (2010, p. 156) em seu artigo **O Ensino Médio na Transição da Juventude Para a Vida Adulta**:

A “questão juvenil” vem ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações mundiais, e isso se expressa tanto em preocupações mais gerais relacionadas com a inserção dos jovens na vida adulta quanto em âmbitos específicos que relacionam os jovens com as famílias, a educação, o mundo do trabalho, a sexualidade, as novas tecnologias, as drogas e a violência, dentre outros aspectos.

É necessário considerar-se que os jovens são diferentes entre si, dependendo de seu pertencimento a famílias com maior ou menor rendimento, sexo e cor, mas, além disso, são sujeitos que vivem em um determinado contexto social, econômico e político (VENTURI; TORINI, 2014).

Sabe-se que o rendimento familiar pode contribuir para a permanência, ou não, dos jovens na escola e para seu ingresso no mercado de trabalho (CORROCHANO et al., 2008).

Conforme resultados apresentados na publicação **Jovens e Trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas** (CORROCHANO et al., 2008), considerando os jovens que somente trabalham, existem profundas desigualdades entre os pertencentes a famílias com maior renda familiar e os pertencentes a famílias com menor renda familiar. Os de maior renda só ingressam na atividade aos 18 anos. Em contrapartida, os de menor renda estão na condição de somente trabalhar a partir dos 14 anos.

Para os jovens que trabalham e estudam, na comparação entre os de famílias com maior e os de famílias com menor rendimento, constata-se que as diferenças são significativas, conforme o que ocorre com os jovens que somente trabalham. Os de famílias com maior renda iniciam sua atividade laboral entre 16 e 17 anos, já com o Ensino Médio concluído; enquanto a maioria dos de família de menor renda já está trabalhando na faixa

etária de 14 e 15 anos, ao mesmo tempo em que frequenta o Ensino Fundamental. Na faixa de 18 a 21 anos, quase todos os jovens pertencentes a famílias de maior renda já concluíram o Ensino Médio e cursam o Ensino Superior. Em sentido contrário, para o mesmo segmento etário, os de menor renda concentram-se no Ensino Médio.

Para os jovens que somente estudam, verificam-se também profundas desigualdades entre os que vivem em famílias mais pobres e os de famílias mais ricas. Enquanto a maioria dos mais ricos frequenta o Ensino Médio (41,8%), a dos mais pobres ainda está no Ensino Fundamental (60,2%).

Nesse estudo, a variável **grupos de renda familiar** foi construída conforme a nota de rodapé 21 (CORROCHANO et al., 2008, p. 23):

A distribuição de renda familiar de qualquer país tem forte assimetria positiva, ou seja, a maioria das pessoas tem renda individual substancialmente menor do que a média (há muito mais pobres do que ricos). [...] Um indicador da acentuada desigualdade no Brasil é a proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres (11,6% da renda total declarada na PNAD) e pelos 20% mais ricos (grupo que se apropria de aproximadamente 60% da renda total declarada).

O **Boletim Juventude Informa** (IPEA; SNI, 2014) apresenta indicadores educacionais para os ricos e os pobres, analisando os segmentos etários de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, utilizando dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios do período de 1995 a 2012. Como resultado, indica, considerando o indicador média de anos de estudo, que o hiato entre ricos e pobres se reduziu para todas as faixas etárias, ocorrendo de forma mais expressiva entre os jovens de 15 a 17 anos, seguidos pelos de 18 a 24 anos e, em menor medida, pelos jovens de 25 a 29 anos. Destaca-se que a definição de ricos e pobres encontra-se na nota de rodapé 3 (IPEA; SNI, 2014, p. 24): “Foi adotada como definição para ricos o quinto superior da distribuição de renda *per capita* e para pobres, o quinto inferior”. Este último estudo foi o que de mais atual se encontrou durante o processo de construção desta dissertação.

A partir do que foi exposto em estudos que tratam da temática **juventude, escolaridade e trabalho**, a contribuição desta dissertação é analisar a evolução de indicadores de escolaridade pré-selecionados (frequência escolar, média de anos de estudo, níveis de escolaridade, concluída ou frequentada, e a variável **situação de estudo e trabalho**) de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, na RMPA, entre 1993 e 2014, considerando quatro categorias, quais sejam: I - jovens que só estudam; II - jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho; III - jovens que só trabalham e/ou buscam trabalho; e IV - jovens que não estudam, não trabalham e tampouco procuram trabalho.

Especialmente para as categorias I (jovens que só estudam) e II (jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho), a expectativa é a de que se observe elevação da participação dos jovens e, conseqüentemente, melhora nos índices de escolaridade vis-à-vis às políticas de ampliação de acesso, com a universalização do Ensino Fundamental, a ampliação significativa do ingresso ao Ensino Médio e a inserção no Ensino Superior através de programas como Prouni, Fies, Reuni e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). Com referência às categorias III e IV, analogamente, supõe-se que houve redução de sua participação, devido às ações de ampliação da oferta.

Objetivando qualificar melhor o alcance das políticas de acesso, também será investigada a questão dos jovens quanto à situação de estudo e trabalho, levando em consideração três aspectos: sexo, cor e renda familiar *per capita*. Ao considerar o sexo, pretende-se verificar se houve diferenciais de acesso e escolaridade para jovens mulheres e jovens homens. No caso da cor, objetiva-se observar o comportamento da desigualdade entre jovens negros e jovens não negros. E, por fim, no aspecto renda familiar *per capita*, a intenção é analisar o impacto das políticas para todos os estratos de renda, especialmente para as categorias I (jovens que só estudam) e II (jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho).

Em resumo, seguem abaixo listados o objetivo geral e os objetivos específicos.

Objetivo Geral

Analisar a evolução de indicadores de escolaridade pré-selecionados (frequência escolar, média de anos de estudo, níveis de escolaridade, concluída ou frequentada, e a variável **situação de estudo e trabalho**) de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, na RMPA, entre 1993 e 2014, considerando quatro categorias, quais sejam: I - jovens que só estudam; II - jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho; III - jovens que só trabalham e/ou buscam trabalho; e IV - jovens que não estudam, não trabalham e tampouco procuram trabalho.

Objetivos Específicos

a) Verificar os dados referente à frequência escolar e os níveis de escolaridade dos jovens com idade entre 15 e 29 anos, no período 1993-14, na RMPA, para identificar as mudanças ocorridas nas distribuições dessas variáveis ao longo do tempo, de acordo com as mais expressivas políticas de universalização da Educação Básica e de acesso ao Ensino Superior.

- b) Construir a variável “Situação de estudo e trabalho” (Só estuda, Estuda e trabalha, Estuda e procura trabalho, Só trabalha, Não estuda e procura trabalho e Não trabalha, estuda ou procura trabalho) através da combinação das variáveis “Condição de atividade” (ocupados, desempregados e inativos) e “Frequência escolar”, para os jovens com idade entre 15 e 29 anos, no período 1993-14, na RMPA.
- c) Analisar a variável “Situação de estudo e trabalho” juntamente com a variável “Escolaridade”, com o objetivo de apresentar as mudanças na composição da variável “Situação de estudo e trabalho”, para os jovens com idade entre 15 e 29 anos, no período 1993-14, na RMPA.
- d) Verificar a “Situação de estudo e trabalho”, segundo sexo, cor e grupos de renda familiar, para os jovens com idade entre 15 e 29 anos, no período 1993-14, na RMPA, com o objetivo de analisar as mudanças na composição da variável “Situação de estudo e trabalho”.

No próximo capítulo são apresentados os aspectos metodológicos que permitirão responder as questões descritas acima.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A partir do que foi discutido no capítulo anterior, este capítulo tem três propósitos principais: (a) justificar o uso da Base de Microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre e detalhar aspectos de cunho metodológico, mais precisamente, aqueles de natureza estatística; (b) explicar e justificar o recorte etário de 15 a 29 anos para a população jovem; e, para finalizar, (c) apresentar o conjunto de indicadores elaborados para analisar as mudanças na situação de estudo e trabalho dos jovens da Região Metropolitana de Porto Alegre no período entre 1993 e 2014.

O capítulo encontra-se dividido em três partes. Na primeira, é apresentada a justificativa do uso da Base de Microdados da PED-RMPA como fonte de informação para analisar a situação de estudo e trabalho da população jovem de 15 a 29 anos, bem como de seu plano amostral. Na segunda parte, são expostas a justificativa e a definição do uso da faixa etária de 15 a 29 anos e suas desagregações (15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos) para a população jovem. Na terceira parte, expõe-se a metodologia elaborada para as variáveis que foram utilizadas para a construção dos indicadores que foram analisados e que são apresentados nos próximos capítulos desta dissertação.

2.1 USO DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

A Pesquisa de Emprego e Desemprego é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente, com o objetivo de trazer informações de um mercado de trabalho pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão de obra e dinamizado por uma estrutura produtiva heterogênea. Seu levantamento vem sendo realizado mensalmente, desde 1984, na Região Metropolitana de São Paulo, em convênio entre a Fundação Seade e o DIEESE. O reconhecimento da importância da PED como instrumento de análise da realidade socioeconômica fortaleceu-se com implantações da Pesquisa em outras regiões do País, a partir de 1987. Atualmente, a PED é realizada no Distrito Federal e nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, de Porto Alegre e de Salvador.²

² As pesquisas nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, de Recife e de Fortaleza sofreram uma interrupção, mas, atualmente, encontram-se em processo de retomada no caso de Minas Gerais e em negociação em Pernambuco e no Ceará.

A metodologia da PED baseia-se nos conceitos adotados pela Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego (PPVE), de responsabilidade do DIEESE, realizada na Região Metropolitana de São Paulo, entre 1981 e 1983. Em especial, foi absorvido o inovador conceito de desemprego adotado naquele levantamento (DIEESE, 1984).

Saliente-se que o avanço metodológico da PPVE com relação à classificação da condição de atividade do indivíduo no mercado de trabalho se contrapunha aos indicadores disponíveis naquele momento, os quais, em pleno processo de recessão econômica, não refletiam a extensão dos efeitos sociais do desemprego, pois, ao considerarem desempregada apenas a parcela da População Economicamente Ativa (PEA) na situação de desemprego aberto, não captavam outras formas de desemprego presentes num mercado de trabalho heterogêneo como o brasileiro.

Conforme consta em DIEESE (2009, p.23):

Seu propósito básico foi ampliar o conjunto de informações disponíveis a respeito do mercado de trabalho, preservando a possibilidade de obter os indicadores tradicionais e, portanto, a comparabilidade com aqueles produzidos por outros países, mas principalmente gerando medidas que permitissem:

- Construir um método de classificação da População em Idade Ativa — PIA que captasse a fluidez dos três segmentos da condição de atividade — ocupados, desempregados e inativos —, e a inter-relação entre eles. Nesse sentido, tornou-se possível, por exemplo, avaliar a dimensão e temporalidade dos movimentos de contratação da população economicamente ativa e quantificar o segmento da PIA que, apesar da disponibilidade para o trabalho, não manifesta procura efetiva;
- Criar tipologia em que a maior heterogeneidade dos diversos segmentos fosse explicitada, diferenciando-a das situações consideradas típicas. Assim, o subconjunto de desempregados não deve se restringir aos indivíduos que preenchem os três requisitos da norma internacional para classificação de desemprego; os ocupados não são classificados somente segundo a posse de carteira de trabalho assinada etc.

Dessa forma, a principal contribuição da PED foi a identificação de um universo muito mais complexo do que o captado pelas pesquisas que mensuravam o nível de emprego e desemprego. E seu questionário foi construído a fim de captar uma gama de situações de desemprego: desemprego aberto com procura de trabalho aferida nos últimos 30 dias; desemprego oculto pelo desalento; e desemprego oculto pelo trabalho precário.

No caso da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, além de utilizar a metodologia desenvolvida pelo DIEESE e pela Fundação Seade, é executada em parceria com Fundação de Economia e Estatística e a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, de forma ininterrupta, desde abril de 1992.

Sendo assim, a escolha dessa fonte justifica-se por tratar-se de uma pesquisa domiciliar, não limitada ao mercado de trabalho formal, que fornece, também, informações sobre as ocupações exercidas de forma autônoma e sem carteira de trabalho assinada, além de

captar características de atributos pessoais (sexo, idade, cor, posição no domicílio) e escolaridade de todos os moradores acima de 10 anos.

Os dados da PED-RMPA, assim como nas outras regiões, são obtidos através de entrevistas em unidades domiciliares selecionadas, a partir de uma amostra probabilística em dois estágios. No primeiro estágio, são sorteados os setores censitários³, e, em seguida, são arrolados todos os domicílios pertencentes aquele setor censitário. Essa etapa é fundamental para a ocorrência da segunda etapa, que é a seleção das unidades domiciliares para pesquisa.

As pesquisas domiciliares apresentam custos elevados, e, por essa razão, para atender à precisão desejada dos indicadores, para garantir um tamanho mínimo de amostra que a afiance, a Pesquisa não é feita num único mês, mas em três meses. O tamanho necessário da amostra para garantir a precisão necessária é de 7.500 domicílios, entretanto o levantamento mensal é de 2.500 unidades domiciliares, que são obtidas a partir de 167 setores censitários, com 16 domicílios pesquisados, em média, em cada setor.

Assim sendo, a quantidade total de setores censitários sorteados (501) é dividida em três partes distintas, que são denominadas Painéis A, B e C, tendo, em cada um deles, 167 setores censitários. Conforme consta no livro **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED): conceitos, metodologia e operacionalização** (DIEESE, 2009, p. 20):

Para os três primeiros meses da pesquisa, são levantadas as informações dos painéis A, B e C, respectivamente (Figura 2). Para os meses 4, 7 e 10 são utilizados os setores censitários do Painel A, mas com sorteio de novas unidades domiciliares. As unidades domiciliares dos meses 5, 8 e 11 são obtidas do painel B, e as dos meses 6, 9 e 12, do painel C.

Esse tipo de levantamento, a cada mês, permite amostras independentes, ao mesmo tempo em que se aproveitam melhor os custos despendidos no processo de listagem dos setores e da realização da coleta das informações nos domicílios amostrados.

Apesar da periodicidade mensal dos levantamentos, para garantir a precisão desejada, o cálculo dos indicadores é realizado com os dados acumulados no trimestre. Dessa forma, os indicadores são processados com as informações de trimestres móveis, que incluem sempre os três painéis, permitindo o acompanhamento da conjuntura trimestral e uma análise da tendência dos principais indicadores todos os meses.

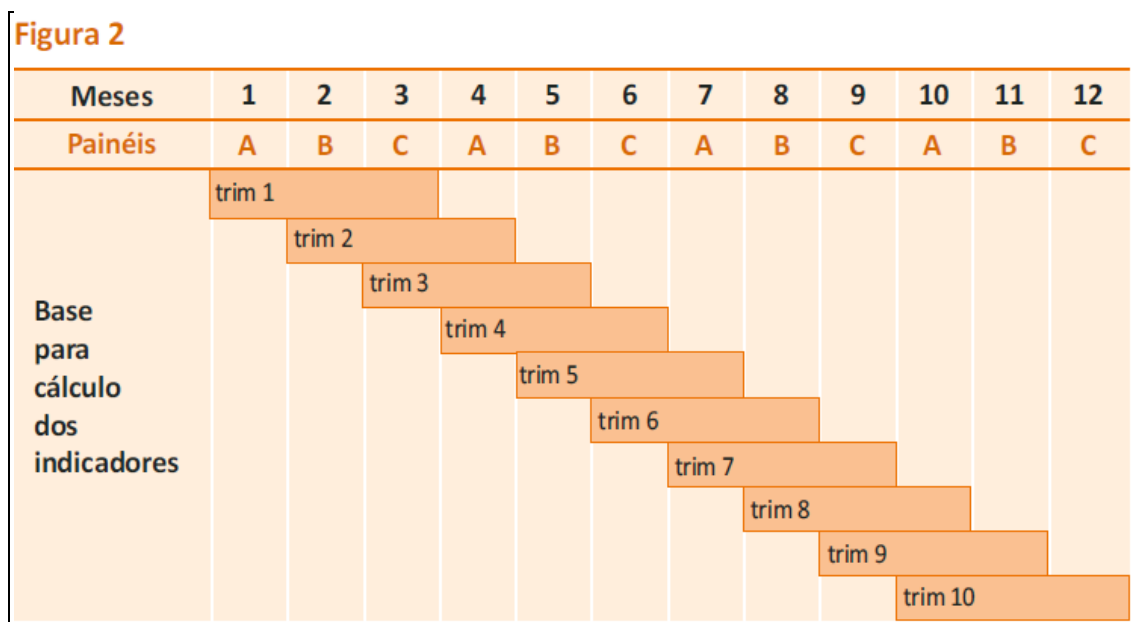
Esse tipo de levantamento garante que as amostras mensais sejam independentes entre si, pois o domicílio que pertence a um determinado setor censitário do Painel A e que foi sorteado para ir a campo no mês de janeiro não terá mais chance de sorteio nos próximos

³ Setor censitário é uma unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2017).

meses. Ou seja, no mês de abril, os domicílios sorteados dos setores censitários do Painel A não serão os mesmos domicílios que foram sorteados no mês de março. Isso possibilita que as informações de vários meses possam ser acumuladas para produzir indicadores mais precisos em análises estruturais, em especial quando o que se deseja estudar é pouco comum, o que constitui uma vantagem a mais desse planejamento amostral. Cabe destacar que as possibilidades de acúmulo de amostra são para trimestre, semestre e ano. No caso de ano, ainda é possível acumular mais de um ano, possibilitando, por exemplo, ter estudos com amostras acumuladas de dois anos (biênio) ou três anos (triênio).

A Figura 4, retirada do livro **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED): conceitos, metodologia e operacionalização** (DIEESE, 2009, p. 41), retrata o levantamento das informações dos Painéis A, B e C para os 12 meses do ano.

Figura 4 — Esquema da forma de levantamento das informações utilizada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego



FONTE: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED): conceitos, metodologia e operacionalização**. São Paulo: DIEESE, 2009, p. 41.

É importante esclarecer que a definição dos painéis de setores censitários e a sua renovação se dão na medida em que todos os domicílios de um determinado setor censitário são pesquisados, acarretando numa substituição gradual dos setores censitários onde todos os domicílios já foram entrevistados.

A listagem dos setores censitários que farão parte da pesquisa é de fundamental importância. O método básico consiste na descrição orientada dos domicílios e na elaboração

de mapas detalhados dos setores censitários. Dependendo do setor censitário, em especial aqueles que possuem mais de um domicílio num mesmo terreno ou localizados em vilas e/ou favelas, até croquis são desenhados pelos listadores, para permitir a localização do domicílio sorteado e que será pesquisado. O arrolamento de todos os domicílios do setor censitário selecionado garante que qualquer domicílio tenha chance de ser sorteado, de pertencer à amostra.

No momento em que se finaliza o arrolamento de todos os domicílios dentro dos setores censitários previamente selecionados, é realizado o sorteio, de forma aleatória, dos domicílios que deverão ser pesquisados.

Para finalizar, o instrumento de coleta da PED-RMPA é aplicado a todos os moradores do domicílio sorteado. Com aqueles com 10 anos e mais, a entrevista é realizada pessoalmente, exceto com aquelas pessoas que, por razões diversas, após duas tentativas, não estavam no domicílio no momento da entrevista. Nessa situação, o entrevistador poderá realizar a entrevista de forma indireta, ou seja, a coleta das informações sobre aqueles que não estão presentes é realizada com algum outro membro da família, considerando que esta pessoa tenha condições de fornecer as informações do morador ausente. No caso dos menores de 10 anos, as informações de atributos — sexo, idade, cor —, de escolaridade e de migração (local onde nasceu) são fornecidas pelo responsável do domicílio ou da família.

Todo indicador produzido a partir de pesquisas amostrais está sujeito ao erro amostral, definido, em termos absolutos, como a diferença entre o valor do indicador na população de interesse e a estimativa desse obtida a partir de uma amostra. Em termos relativos, o erro amostral é definido como a razão entre o erro amostral absoluto e o valor do indicador na população (coeficiente de variação).

O DIEESE (2009, p. 41) indica a precisão desejada para os indicadores:

No planejamento da amostra, estabeleceu-se a precisão desejada para alguns indicadores, principalmente para a taxa de desemprego total, garantindo, assim, a confiabilidade dos resultados. Estende-se a mesma confiabilidade para todos os demais indicadores divulgados, quer em estudos conjunturais ou estruturais. Para tanto, apresentam-se apenas os indicadores que possuem um coeficiente de variação de no máximo 7,5%.

É importante dizer que, devido à complexidade do desenho amostral, não é simples nem trivial calcular o coeficiente de variação de um indicador. A documentação da Base de Dados da **PED-RMPA** (DIEESE, 2017) traz a informação de estudos realizados com os dados da Pesquisa que corroboram que indicadores de taxas e distribuições calculadas a partir de um numerador de, no mínimo, 100 casos apresentam os coeficientes de variação dentro dos limites estabelecidos, ou seja, coeficiente de variação de, no máximo, 7,5%. No caso dos indicadores de rendimento, por exemplo, no do indicador de **rendimento médio mensal dos**

ocupados no trabalho principal, os mesmos estudos realizados para os indicadores de taxas e distribuição sugeriram um mínimo de 400 observações.

2.2 ESCOLHA DA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 29 ANOS

A escolha da faixa etária de 15 a 29 anos deu-se por verificar-se que uma parte dos estudos que orientaram a realização desta dissertação considerava como jovens as pessoas com idade entre 16 e 24 anos (BASTOS, 2005, 2007; BASTOS; MATOS, 2008; DIEESE, 2001, 2008, 2012). Entretanto publicações mais recentes utilizam, em seus estudos, o segmento etário de 15 a 29 anos (DIEESE, 2015b; COSTA; OLIVEIRA, 2014; IPEA; SNJ, 2014), o que está de acordo com a Lei nº 11.129, de 30.06.2005, que criou a Secretaria Nacional da Juventude, e também com a Proposta de Emenda Constitucional nº 65, chamada PEC da Juventude, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 2010, na qual é considerado jovem, no Brasil, todo o cidadão com idade entre 15 e 29 anos.

Porém, considerando que esse segmento etário é muito heterogêneo, essa amostra foi subdividida em três grandes amostras segmentadas por faixa etária: de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Em DIEESE (2015b), foi realizado um estudo para a população de 15 a 29 anos e para os mesmos segmentos etários aqui escolhidos, sendo suas justificativas as expressas abaixo:

Assim, a escolha da faixa etária de 15 a 17 anos se justificaria por essa ser considerada a idade de ingresso no ensino médio, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. No caso da faixa etária de 18 a 24 anos, a definição considerou que, a partir dos 18 anos, o indivíduo já teria concluído a educação básica, que corresponde à educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

Já o grupo etário de 25 a 29 anos foi separado do segmento de 18 a 24 anos, por se entender que essas pessoas já atingiram a aptidão para inserção de forma mais qualificada no mundo do trabalho após o término da educação formal (DIEESE, 2015b, p. 10).

A adoção da faixa etária de 15 a 17 anos justifica-se por ser a idade legal de ingresso no Ensino Médio (BRASIL, 2013b). No caso dos jovens inseridos na faixa de 18 a 24 anos, considera-se a possibilidade de os mesmos já terem concluído a Educação Básica, que corresponde à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio (BRASIL, 2013b).

Por sua vez, o grupo etário de 25 a 29 anos foi separado do segmento de 18 a 24 anos por entender-se que esses indivíduos já teriam expectativa de inserção de forma mais

qualificada no mundo do trabalho, após o término da educação formal, podendo, inclusive, estar frequentando o Ensino Superior ou uma pós-graduação (DIEESE, 2015b).

2.3 VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA A CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES

Na Base de Microdados da PED-RMPA, que hoje é disponibilizada no *site* do DIEESE,⁴ encontram-se todas as variáveis que fazem parte do questionário aplicado para os moradores dos domicílios sorteados. Além dessas variáveis, existem os principais indicadores utilizados pela PED-RMPA, que foram criados a partir das variáveis pertencentes à Base de Microdados.

Os microdados consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam, aos usuários com conhecimento de linguagens de programação ou *softwares* de cálculo, construir outras variáveis utilizando as já existentes e criar suas próprias tabelas (IBGE, 2015).

Nesse sentido, para os indicadores que foram utilizados nesta dissertação, houve necessidade de fazer algum tipo de agregação entre as categorias existentes de algumas variáveis. Entretanto há duas variáveis que tiveram necessidade serem construídas através da combinação de outras variáveis já existentes. As variáveis em questão são **situação de estudo e trabalho** e **grupos de renda familiar per capita**.

Primeiramente, são expostas as variáveis do primeiro grupo, variáveis da Base e as respectivas categorizações. Posteriormente, é esmiuçada a construção das variáveis **situação de estudo e trabalho** e **grupos de renda familiar per capita**.

Cabe frisar que, para a construção das variáveis, bem como dos indicadores e dos cruzamentos realizados posteriormente, foi utilizado o *software* estatístico SPSS Versão 19.0.

A primeira variável é **idade**, a qual é captada, em anos completos, na “Questão 2. Idade” do questionário e compreende o intervalo de 0 a 99 anos, sendo possível a construção de qualquer intervalo etário desejado.

A variável **sexo** é captada na “Questão 1. Sexo”, tendo como opções as alternativas “Homens” e “Mulheres”.

A variável **cor**, “Questão 5. Cor”, é captada pela PED através da observação visual do entrevistador. No caso de a pesquisa ser respondida de forma indireta, ou seja, por outro

⁴ As Bases de Microdados da PED-RMPA estão disponíveis em <<https://www.dieese.org.br/analised/microdadosPOA.html>>.

morador, o entrevistador deve perguntar qual a cor do indivíduo ausente. A PED capta quatro cores: branca, preta, parda e amarela. Para esta dissertação, optou-se por utilizar a mesma agregação que é usada nos diversos estudos que o DIEESE realiza em parceria com as instituições locais (DIEESE, 2001, 2012).⁵ Sendo assim, foram considerados negros os indivíduos de cor “negro” e “pardo”; e os não negros, os indivíduos de cor “branco” e “amarelo”.

No caso da variável **frequência escolar**, foi necessário agregar categorias. Para a criação dessa variável, utilizou-se a Questão 9 do Questionário da PED, onde é perguntada para o morador qual sua frequência escolar (Figura 5) (DIEESE, 2009, p. 66):

Figura 5 — Questão 9 do Questionário da Pesquisa de Emprego e Desemprego, relativa à frequência escolar

9. Frequenta escola	
<input type="checkbox"/>	1. sim e sabe ler e escrever
<input type="checkbox"/>	2. sim, mas não sabe ler nem escrever
<input type="checkbox"/>	3. não, mas sabe ler e escrever
<input type="checkbox"/>	4. não e não sabe ler nem escrever

FONTE: DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED):** conceitos, metodologia e operacionalização. São Paulo: DIEESE, 2009. p. 66.

Sendo assim, para se conseguir chegar à variável **frequência escolar**, foi necessário apenas agregar, para aqueles que frequentavam a escola, os códigos 1 - Sim, e sabe ler e escrever e 2 - Sim, mas não sabe ler nem escrever, e classificá-los como frequentando a escola e, para os que não frequentavam a escola, juntaram-se os códigos 3 - Não, mas sabe ler e escrever e 4 - Não, e não sabe ler nem escrever.

A variável **escolaridade** já existe na Base e é obtida através de uma combinação de questões do Questionário da PED. São elas: “9. Frequenta escola”; “10. Último ano/série e grau de ensino que concluiu com aprovação”; e “11. Grau concluído”. Suas categorias são: analfabetos, alfabetizados sem escolarização, Ensino Fundamental incompleto, Ensino Fundamental completo, Ensino Médio incompleto, Ensino Médio completo, Ensino Superior incompleto, Ensino Superior completo.

A nomenclatura utilizada nas questões 10 e 11 do Questionário da PED refere-se ao sistema de ensino anterior à Lei nº 9.394/1996, que trata da Lei de Diretrizes e Bases da

⁵ O DIEESE disponibiliza, no site <<https://www.dieese.org.br/analiseped/negros.html>>, os boletins dos negros para todas as regiões.

Educação Nacional. O Quadro 1 apresenta a nomenclatura antes e depois da Lei nº 9.394/1996.

Quadro 1 — Nomenclaturas utilizadas para designar os graus de ensino, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Brasil

ATÉ 1995	APÓS 1996
Analfabeto	Analfabeto
Primeiro Grau incompleto	Ensino Fundamental incompleto
Primeiro Grau completo	Ensino Fundamental completo
Segundo Grau incompleto	Ensino Médio incompleto
Segundo Grau completo	Ensino Médio completo
Terceiro Grau incompleto	Ensino Superior incompleto
Terceiro Grau completo	Ensino Superior completo

FONTE: Elaboração própria.

A variável **anos de estudo** é obtida através de uma combinação de questões do Questionário da PED. São elas: “9. Frequenta escola”; “10. Último ano/série e grau de ensino que concluiu com aprovação”; e “11. Grau concluído”.

Ainda cabe um esclarecimento sobre a construção da variável **anos de estudo**. De acordo com Artigo 32 da Lei nº 9.394/ 1996, o Ensino Fundamental possui duração de nove anos. Entretanto, na Questão 10 do Questionário da PED-RMPA, que capta o último ano e/ou série e grau concluído com aprovação, para o Ensino Fundamental ainda é registrado até oito anos. Por essa razão, um jovem que concluiu o Ensino Fundamental terá o equivalente a oito anos de estudo, mesmo que tenha cursado nove anos de estudo.

As variáveis **situação de estudo e trabalho** e **grupos de renda familiar per capita** já foram utilizadas em diversos estudos e publicações do DIEESE e de parceiros da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (BASTOS, 2005, 2007; BASTOS; MATOS, 2008; DIEESE, 2001, 2011, 2015b).

A variável **situação de estudo e trabalho** foi construída através da combinação das variáveis **condição de atividade** e **frequência escolar**. No caso do indicador **condição de atividade**, o mesmo já se encontra na Base de Microdados da PED, e suas categorias são:

- ocupados - são aqueles indivíduos que, nos sete dias anteriores ao da entrevista,
 - possuíam trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; e
 - exerceram trabalhos irregulares/ocasionais ou trabalharam sem remuneração em ajuda ou negócio de parentes ou aqueles remunerados em espécie/benefício, desde que não tenham procurado mudar de trabalho nos últimos 30 dias (DIEESE, 2009, p. 36);

- desempregados - compreendem três tipos de desemprego, ou seja,
 - Aberto – pessoas sem trabalho nos sete últimos dias e com procura de trabalho efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista;
 - Oculto pelo trabalho precário – pessoas que realizaram, nos últimos 30 dias, algum trabalho casual de auto-ocupação (atividades remuneradas eventuais e instáveis) ou trabalho não remunerado de ajuda de negócios de parentes e que procuraram substituir este trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, por meio de providências concretas para obter um emprego assalariado ou um trabalho regular de auto-ocupação. Incluem-se também pessoas que, não tendo procurado trabalho neste período, o fizeram, sem êxito, até 12 meses atrás, por pelo menos 15 dias;
 - Oculto pelo desalento - pessoas sem trabalho e com disponibilidade e necessidade de trabalhar no momento da pesquisa, porém sem procura efetiva de trabalho por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que apresentaram procura de trabalho, por pelo menos 15 dias, nos últimos 12 meses (DIEESE, 2009, p. 35);

- inativos - abarcam a pessoa que não foi classificada nem como ocupada, nem como desempregada, não tendo necessidade e nem disponibilidade atual para trabalhar, podendo encontrar-se nas situações de
 - Inativo sem trabalho – pessoas que não têm procura efetiva de trabalho, nem necessidade de trabalhar e que não realizaram nenhum trabalho nos últimos sete dias;
 - Inativo com trabalho excepcional – pessoas que eventualmente trabalharam nos últimos 30 dias só porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais e que não procuraram trabalho nesse período. (DIEESE, 2009, p. 36).

Tendo as variáveis de **condição de atividade** e de **frequência escolar**, o próximo passo foi criar a programação para gerar a variável **situação de estudo e trabalho**.

- A variável em questão é composta por seis categorias, conforme apresentado abaixo:
- só estuda - indivíduos que, no momento da entrevista, se encontravam na condição de inativos e frequentando a escola;
 - estuda e trabalha - indivíduos que, no momento da entrevista, se encontravam na condição de ocupados e frequentando a escola;
 - estuda e procura trabalho - indivíduos que, no momento da entrevista, se encontravam na condição de desempregados e frequentando a escola;

- só trabalha - indivíduos que, no momento da entrevista, se encontravam na condição de ocupados e não frequentavam a escola;
- não estuda e procura trabalho - indivíduos que, no momento da entrevista, se encontravam na condição de desempregados e não frequentavam a escola;
- não trabalha/ não estuda/ não procura trabalho - indivíduos que, no momento da entrevista, não estavam nem trabalhando, nem estudando, nem procurando trabalho. Na PED, aquele jovem que se encontrava na situação de inativo que cuida dos afazeres domésticos faz parte dessa categoria.

Para a construção da variável **grupo de renda familiar per capita**, foi utilizada a variável **renda familiar total** (RFAM), que consta na Base de Microdados e cujo cálculo considera apenas os membros da família que são chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. A construção da RFAM leva em consideração os rendimentos do trabalho principal, do trabalho adicional, de pensões e/ou aposentadorias e Seguro-Desemprego de todos os indivíduos. Esses rendimentos são captados pela PED e constam na Base de Dados da RMPA para todos os anos da pesquisa, ou seja, de 1993 até 2016 (DIEESE, 2016).

Primeiramente, foi necessário atualizar a RFAM para valores em real (R\$) de janeiro de 2016. Cabe explicar que a escolha do referido mês justifica-se por o mesmo coincidir com o início da construção das variáveis e indicadores para esta dissertação. O índice de inflação utilizado foi o Índice de Preço ao Consumidor (IPC) calculado pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) e é o mesmo utilizado pela PED-RMPA⁶.

Para se obterem os grupos de renda familiar *per capita*, a variável RFAM foi ordenada em ordem crescente, e, posteriormente, a amostra de indivíduos da pesquisa foi dividida em quatro partes iguais, conforme apresentado abaixo:

- Grupo 1 - 25% das pessoas com menor renda familiar *per capita*;
- Grupo 2 - 25% das pessoas com renda familiar *per capita* imediatamente superior à do Grupo 1;
- Grupo 3 - 25% das pessoas com renda familiar *per capita* imediatamente superior à do Grupo 2;
- Grupo 4 - 25% das pessoas com maior renda familiar *per capita*.

É importante informar que a variável **grupo de renda familiar per capita**, assim como acontece com a variável **situação de estudo e trabalho**, já foi utilizada em diversas publicações do DIEESE (DIEESE, 2001, 2008, 2011, 2012, 2015b).

⁶ A Tabela 9, que se refere ao rendimento médio real dos ocupados, assalariados e autônomos, no período de 1993 até 2016, na RMPA apresenta a nota “(3) Inflator utilizado - IPC-IEPE” (DIEESE, 2017b).

Além disso, a variável **grupo de renda familiar per capita** que foi escolhida para esta dissertação abrange todos os estratos de renda, diferentemente do que ocorre com os grupos de renda familiar utilizados na publicação **Jovens e Trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas** (CORROCHANO et al., 2008), onde, na nota de rodapé 21, informa-se:

A distribuição de renda familiar de qualquer país tem forte assimetria positiva, ou seja, a maioria das pessoas tem renda individual substancialmente menor do que a média (há muito mais pobres do que ricos). [...] Um indicador da acentuada desigualdade no Brasil é a proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres (11,6% da renda total declarada na PNAD) e pelos 20% mais ricos (grupo que se apropria de aproximadamente 60% da renda total declarada) (CORROCHANO et al., 2008, p. 23).

Do mesmo modo, a definição de ricos e pobres utilizada no **Boletim Juventude Informa** (IPEA; SNJ, 2014) determina como ricos o quinto superior da distribuição de renda *per capita*, e como pobres, o quinto inferior da distribuição de renda *per capita*.

O Quadro 2 apresenta um resumo das variáveis utilizadas, bem como suas categorias e as agregações necessárias para a construção dos indicadores que são apresentados no próximo capítulo.

Quadro 2 — Variáveis utilizadas nesta dissertação e suas origens, categorias originais e após agregação

VARIÁVEL	CATEGORIA ORIGINAL	CATEGORIA PÓS-AGREGAÇÃO
Sexo (Origem: Questão 1 da PED)	1. Homem 2. Mulher	-
Idade (Origem: Questão 2 da PED)	0 a 99	15 a 17 anos 18 a 24 anos 25 a 29 anos
Cor (Origem: Questão 5 da PED)	1. Branca 2. Preta 3. Parda 4. Amarela	1. Não negro (branca + amarela) 2. Negro (preta + parda)
Frequência escolar (Origem: Questão 9 da PED)	1. Sim e sabe ler e escrever 2. Sim, mas não sabe ler e escrever 3. Não, mas sabe ler e escrever 4. Não e não sabe ler e nem escrever	1. Frequenta (sim e sabe ler e escrever + sim, mas não sabe ler e escrever) 2. Não frequenta (não, mas sabe ler e escrever + não e não sabe ler e nem escrever)

(continua)

Quadro 2 — Variáveis utilizadas nesta dissertação e suas origem, categorias originais e após agregação

VARIÁVEL	CATEGORIA ORIGINAL	CATEGORIA PÓS-AGREGAÇÃO
<p>Escolaridade (Origem: é o Grau de Instrução e é denominada INST)</p>	<p>1. Analfabetos 2. Alfabetizados sem escolarização 3. Ensino Fundamental incompleto 4. Ensino Fundamental completo 5. Ensino Médio incompleto 6. Ensino Médio completo 7. Ensino Superior incompleto 8. Ensino Superior completo</p>	<p>1. Analfabetos 2. Ensino Fundamental incompleto (inclui os alfabetizados sem escolarização) 3. Ensino Fundamental completo 4. Ensino Médio incompleto 5. Ensino Médio completo 6. Ensino Superior incompleto 7. Ensino Superior completo</p>
<p>Anos de estudo</p>	<p>A variável anos de estudo é obtida através de uma combinação de questões do Questionário da PED. São elas: “9. Frequenta escola”; “10. Último ano/série e grau de ensino que concluiu com aprovação”; e “11. Grau concluído”.</p>	-
<p>Condição de atividade (Origem: é a variável de condição de atividade e é denominada SIT)</p>	<p>1 - Desempregado oculto pelo trabalho precário 2 - Desempregado aberto 3 - Desempregado oculto pelo desalento 4 - Ocupado 5 - Inativo com trabalho excepcional 6 - Inativo puro 7 - Menor de 10 anos</p>	-

(continua)

Quadro 2 — Variáveis utilizadas nesta dissertação e suas origem, categorias originais e após agregação

VARIÁVEL	CATEGORIA ORIGINAL	CATEGORIA PÓS-AGREGAÇÃO
Situação de estudo e trabalho	Construída a partir da combinação das variáveis condição de atividade e frequência escolar	1. Só estuda 2. Estuda e trabalha 3. Estuda e procura trabalho 4. Só trabalha 5. Não estuda e procura trabalho 6. Não trabalha, não estuda ou (e/ou?) não procura trabalho (Na PED, o jovem que se encontrava na situação de inativo que cuida dos afazeres domésticos faz parte dessa categoria).
Grupo de renda familiar <i>per capita</i>	Construída a partir da variável renda familiar total (RFAM)	Grupo 1 - 25% das pessoas com menor renda familiar <i>per capita</i> Grupo 2 - 25% das pessoas com renda familiar <i>per capita</i> imediatamente superior à do Grupo 1 Grupo 3 - 25% das pessoas com renda familiar <i>per capita</i> imediatamente superior à do Grupo 2 Grupo 4 - 25% das pessoas com maior renda familiar <i>per capita</i>

FONTE: Elaboração própria.

As variáveis aqui apresentadas possibilitaram a construção de indicadores para analisar a situação de estudo e trabalho da população jovem inserida na faixa etária entre 15 e 29 anos, na Região Metropolitana de Porto Alegre, à luz dos avanços nos níveis de

escolaridade e atributos socioeconômicos, sexo, cor e grupos de renda familiar, no período 1993-2014. Os resultados obtidos são apresentados nos próximos capítulos.

3 FREQUÊNCIA ESCOLAR E ESCOLARIDADE DOS JOVENS COM IDADE ENTRE 15 E 29 ANOS NO PERÍODO 1993-2014

Os jovens constituem uma parcela significativa da população na Região Metropolitana de Porto Alegre, dando importante contribuição para o desenvolvimento social e econômico do País.

Em 2014, de acordo com os dados da PED-RMPA, a população com mais de 15 anos na RMPA foi estimada em 3.253 mil pessoas, das quais, 22,4% (881 mil) eram jovens com idade entre 15 e 29 anos (Apêndice A).

Cabe destacar-se que, no período 1993-2014, a população jovem cresceu 0,4% ao ano, taxa inferior à média do crescimento da população de 15 anos e mais, que aumentou 1,8% no mesmo período. Esse declínio da proporção de jovens na população acima de 15 anos, implícito nessa menor taxa de crescimento, reflete o processo de desaceleração do ritmo de crescimento dessa parcela da população, pois são gerações nascidas, conforme consta em DIEESE (2008, p. 13), “[...] sob o efeito de uma fecundidade declinante, intensificada a partir da década de 1970”. Em 1993, eram 812 mil pessoas entre 15 e 29 anos na RMPA, contra 881 mil em 2014.

Feita essa breve explanação referente ao peso da população jovem na RMPA, este capítulo tem por objetivo identificar as mudanças ocorridas no que se refere à frequência escolar e aos níveis de escolaridade dos jovens com idade entre 15 e 29 anos no período de 1993 a 2014, na RMPA. Para tanto, são apresentados os indicadores de frequência escolar e os níveis de escolaridade, concluídos ou não — Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior —, a proporção de analfabetos e a média de anos de estudo das faixas etárias de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Além disso, também são mostrados os mesmos indicadores, levando em consideração a cor e o sexo para os mesmos recortes etários definidos.

Este capítulo está dividido em três partes. Na primeira, são exibidos os indicadores de frequência escolar e escolaridades dos jovens com idade entre 15 e 17 anos, 18 a 24 anos e 25 e 29 anos. Na segunda e na terceira parte, serão apresentados os mesmos indicadores, utilizando os mesmos segmentos etários, mas com recortes de cor e sexo respectivamente.

3.1 FREQUÊNCIA ESCOLAR E ESCOLARIDADE DOS JOVENS COM IDADE ENTRE 15 E 29 ANOS

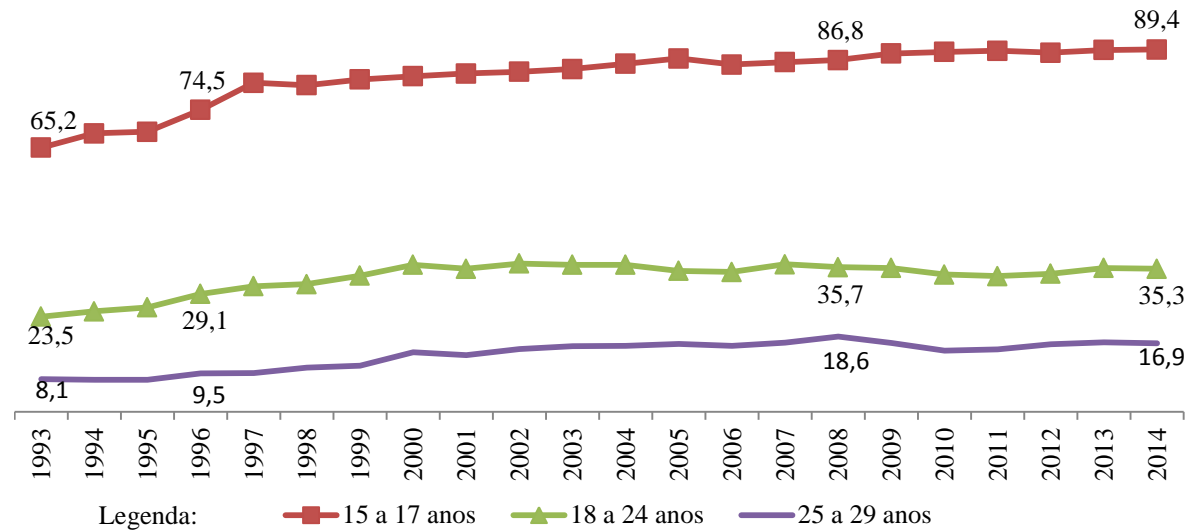
Com o objetivo de identificar as mudanças ocorridas no que se refere à frequência escolar e aos níveis de escolaridade dos jovens com idade entre 15 e 29 anos no período 1993-2014, na Região Metropolitana de Porto Alegre, nesta sessão, são expostos os indicadores de frequência escolar e os níveis de escolaridade, concluídos ou não — Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior —, a proporção de analfabetos e a média de anos de estudo das faixas etárias de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos.

Entre 1993 e 2014, o indicador da proporção de jovens da Região Metropolitana de Porto Alegre com idade entre 15 e 17 anos frequentando a escola elevou-se de 65,2% para 89,4%. Esse crescimento foi acentuado até 1997. Após esse ano, o percentual permaneceu crescendo, porém num ritmo mais lento, alcançando, em 2014, a maior proporção, com 89,4%. Apesar dessa melhora do indicador de frequência, é importante destacar que, em 2014, cerca de 10% dos jovens entre 15 e 17 anos não estavam mais na escola, podendo ser um indicativo de abandono escolar (Gráfico 1).

No segmento de 18 a 24 anos, o crescimento da proporção dos que frequentavam a escola foi menor, passando de 23,5% em 1993 para 35,3% em 2014. Uma provável explicação positiva para essa menor expansão é o fato de que uma parcela dos jovens, muito provavelmente, já concluiu o Ensino Médio. Espera-se que o adolescente que siga regularmente na escola finalize o Ensino Médio com menos de 20 anos (IPEA; SNJ, 2014; COSTA; OLIVEIRA, 2014).

A proporção da faixa etária de jovens com idade entre 25 e 29 anos que cursam a escola também se elevou, de 8,1% em 1993 para 16,9% em 2014, indicando que o acesso à escola para essa faixa etária duplicou ao longo desses 21 anos de análise.

Gráfico 1 — Proporção de jovens com frequência escolar por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

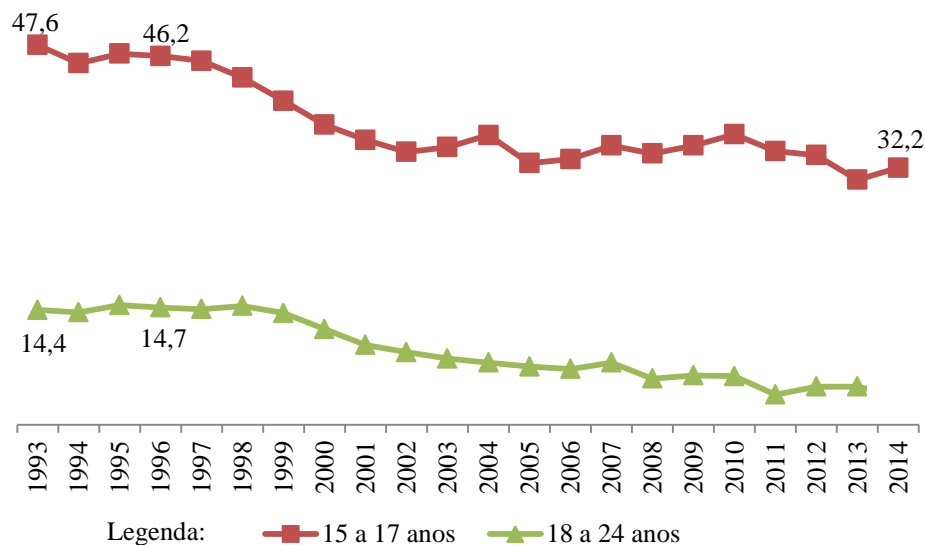
NOTA: Dados em percentual.

Para Costa e Oliveira (2014), esse aumento na proporção de jovens com frequência escolar reflete a elevação da escolaridade dos segmentos etários em questão. Segundo os autores, considerando os jovens com idade entre 15 e 17 anos, sua progressão de escolaridade deu-se no Ensino Médio; enquanto, entre os jovens de 18 a 29 anos, a progressão ocorreu no Ensino Superior, ou seja, etapas de ensino adequadas para as idades consideradas. Portanto, os dados apresentados pelos autores indicam que, ao longo do período analisado, o maior acesso à escola aconteceu por meio da ampliação da oferta de Ensino Médio e em virtude da expansão de ingresso no Ensino Superior, que, conseqüentemente, refletiram-se na melhoria significativa do fluxo escolar (COSTA; OLIVEIRA, 2014).

Ainda cabe destacar-se que, embora as informações apresentadas indiquem melhora no indicador de frequência, há uma parcela significativa dos jovens cursando ou que parou de estudar no Ensino Fundamental (DIEESE, 2015). Com o objetivo de compreender melhor a frequência dos jovens na escola, é válido analisar essa frequência conforme os níveis de escolaridade.

No que se refere ao Ensino Fundamental,⁷ é possível observar uma tendência de redução na frequência dos jovens de 15 a 17 anos, ao longo do período. Quando se compara o primeiro ano da série, 1993, com o ano de 2014, constata-se que a redução foi de 15,4 p.p. (Gráfico 2).

Gráfico 2 — Proporção de jovens que frequentam o Ensino Fundamental por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosP OA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: 1. Dados em percentual.

2. Não há informação relativa à faixa etária de 18 a 24 anos no ano de 2014, porque a amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A redução da frequência no Ensino Fundamental dos jovens de 15 a 17 anos de idade pode sugerir a conclusão e/ou o abandono do referido nível de ensino. Entretanto a proporção de 32,2% dos jovens na faixa etária em questão frequentando o Ensino Fundamental pode indicar, conforme é apresentado na publicação **Boletim Juventude Informa** (IPEA; SNJ, 2014, p. 4), “[...] valorização dos estudos, mesmo estando em situação de defasagem escolar”.

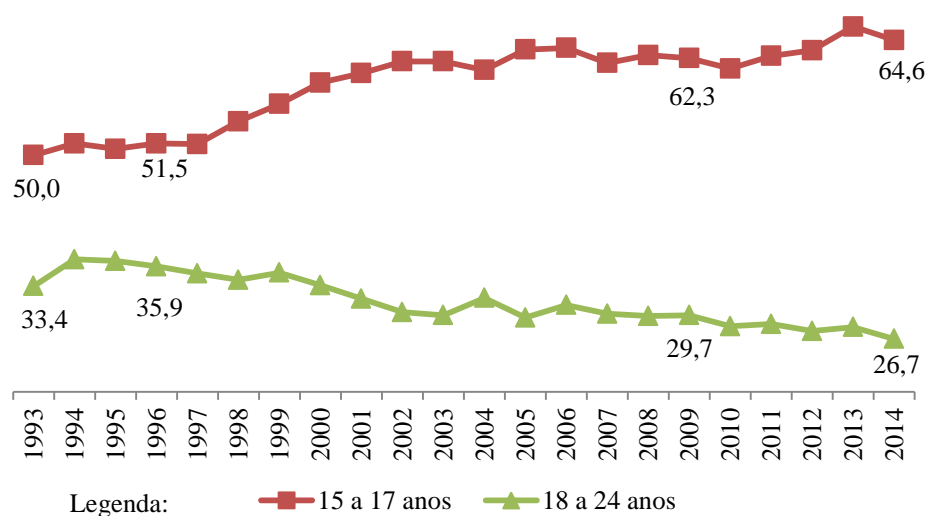
Para os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, é possível observar, no Gráfico 2, que a proporção deles frequentando o Ensino Fundamental apresentou leve aumento até 1998,

⁷ Não é possível apresentar os dados dos jovens com frequência escolar no Ensino Fundamental referentes à faixa etária de 25 a 29 anos, por não haver amostra para a categoria em questão. Para ter maiores esclarecimentos, ver o Capítulo 2.

mostrando tendência de redução. Em consequência da falta do dado do ano de 2014, por não se ter amostra suficiente para a categoria em questão, não é possível a comparação com o ano de 1993. Pode-se inferir que ocorreram a retomada dos estudos por essa pequena parcela de jovens e a consequente conclusão, ao menos, desse nível de ensino. Comparando-se o ano de 1998, quando se verifica a maior proporção de jovens estudando, com o ano de 2013, que representa o menor patamar, em termos de pontos percentuais, houve uma redução de 10,1 p.p.

No Gráfico 3, é possível constatar o aumento da frequência dos jovens no Ensino Médio.⁸ Para aqueles com idade adequada a esse nível de ensino, ou seja, jovens de 15 a 17 anos de idade, houve um acréscimo de 14,6 p.p., quando se compara 1993 com 2014. Já para os jovens de 18 a 24 anos, a frequência no Ensino Médio apresentou declínio, atingindo, em 2014, 26,7%.

Gráfico 3 — Proporção de jovens que frequentam o Ensino Médio por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



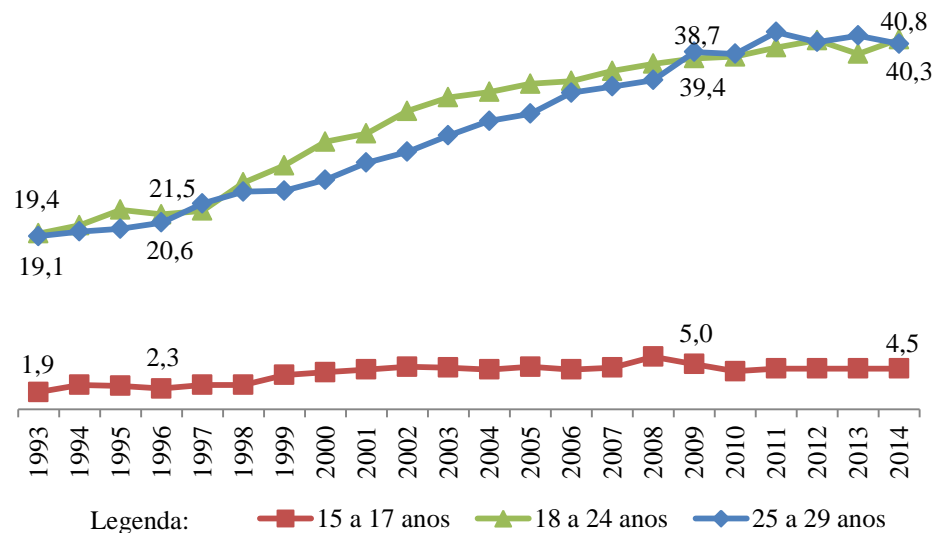
FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosP OA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

⁸ Não é possível apresentar os dados dos jovens com frequência escolar no Ensino Médio referentes à faixa etária de 25 a 29 anos, porque a amostra não comporta desagregação para a categoria em questão. Para ter maiores esclarecimentos, ver o Capítulo 2.

Apesar do aumento da frequência no Ensino Médio ter ocorrido, prioritariamente, entre os jovens de 15 a 17 anos, a conclusão desse ciclo teve crescimento intenso para os jovens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, de, aproximadamente, 21,0% para ambos os segmentos. Em contrapartida, o aumento dos jovens de 15 a 17 anos de idade que concluíram o Ensino Médio foi menos intenso, chegando, em 2014, à proporção de 4,5%. É necessário considerar que, nessa faixa etária, os jovens ainda estão cursando o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, de modo que é esperada uma proporção de conclusão inferior em relação às outras faixas etárias (Gráfico 4).

Gráfico 4 — Proporção de jovens com o Ensino Médio completo por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosP OA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

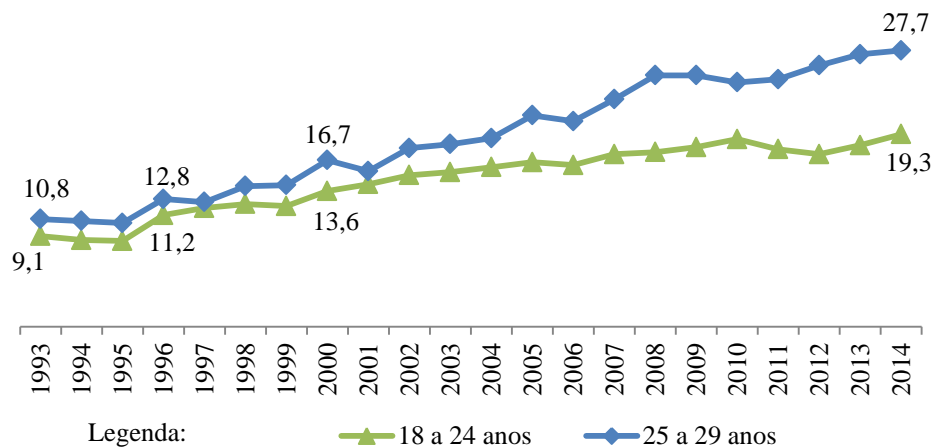
NOTA: Dados em percentual.

Foi expressivo o aumento do acesso ao Ensino Superior, bem como da sua conclusão, para os segmentos etários de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos.⁹ Em 1993, 9,1% dos jovens de 18 a 24 anos frequentavam ou já tinham concluído o Ensino Superior; em 2014, essa proporção subiu para 19,3%. Entre os jovens de 25 a 29 anos de idade, houve aumento de 10,8% em 1993 para 27,7% em 2014. Considerando que, em 1993, 10,8% dos jovens estavam

⁹ Não são apresentados os dados dos jovens de 15 a 17 anos no Ensino Superior, devido a pouca presença desse segmento etário nesse grau de ensino. Para obter maiores esclarecimentos, ver o Capítulo 2.

graduados ou graduando-se e, em 2014, 27,7% estavam estudando ou tinham completado o Ensino Superior, esse percentual praticamente triplicou entre 1993 e 2014 (Gráfico 5).

Gráfico 5 — Proporção de jovens que frequentam ou já concluíram o Ensino Superior por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

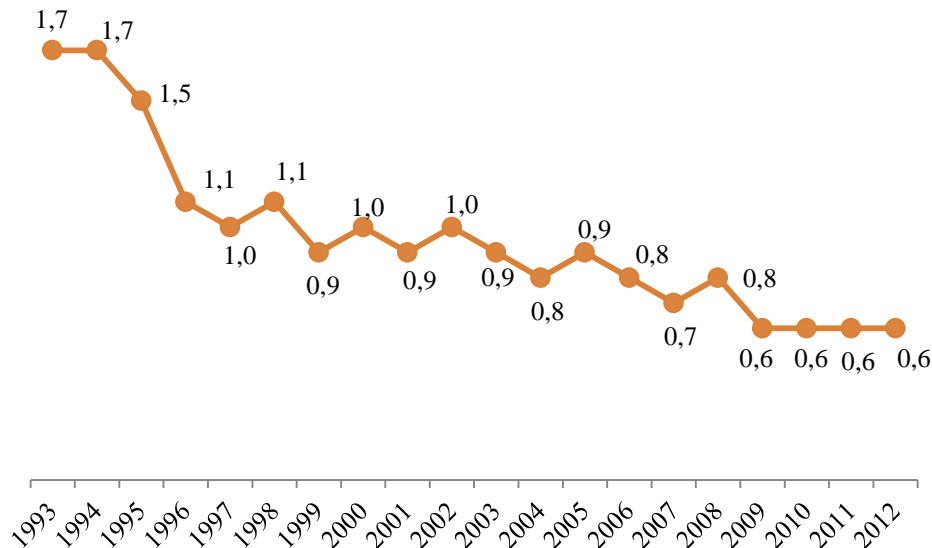
NOTA: Dados em percentual.

No caso específico do problema do analfabetismo, o maior acesso à escola é uma das formas mais efetiva de combatê-lo. De acordo com dados da PNAD apresentados no **Boletim Juventude Informa**, em 2012, no grupo de jovens com idade entre 15 e 17 anos, a taxa de analfabetismo atingiu um patamar de 0,8%. Já nos grupos daqueles com idades entre 18 e 24 anos e entre 25 e 29 anos, a proporção foi um pouco superior, 1,4% e 2,2% respectivamente. A hipótese aqui levantada é a de que, entre os jovens de 18 a 29 anos, a maior proporção de analfabetos pode estar relacionada com o abandono dos estudos.

Através dos resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMPA, é possível apresentar a proporção de analfabetos apenas para o total dos jovens, ou seja, para todo o grupo de 15 a 29 anos e para o período de 1993 até 2012. Para os anos de 2013 e 2014, a amostra não permite desagregação para a categoria em questão. Apesar dessas limitações estatísticas, a proporção de jovens analfabetos variou de 1,7% em 1993 para 0,6% em 2012,

indicando, em termos relativos, uma redução positiva de mais da metade de pessoas jovens na condição de analfabetas (Gráfico 6).

Gráfico 6 — Proporção de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos que são analfabetos na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2012



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

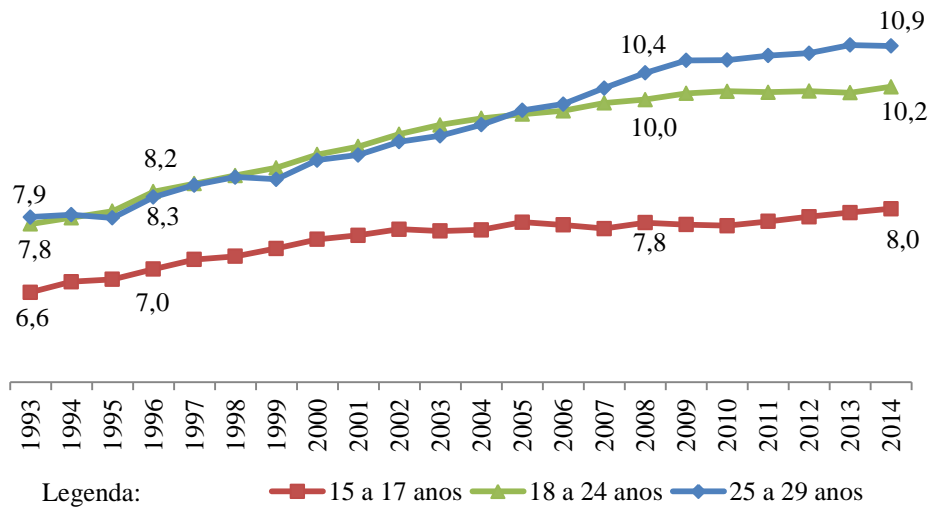
NOTA: Dados em percentual.

Os indicadores apresentados até o momento apontam importante crescimento do acesso à escola e contínua elevação da escolaridade dos jovens, mas ainda refletem uma realidade não satisfatória, pois um jovem com 15 anos de idade já deveria ter concluído o Ensino Fundamental, o que significa possuir oito anos de estudo,¹⁰ ou seja, um jovem com idade entre 15 e 17 anos deveria ter entre oito e 11 anos de estudo. No caso dos jovens com mais de 18 anos de idade, deveriam já possuir, no mínimo, o Ensino Médio completo, que corresponde a 11 anos de estudo (COSTA; OLIVEIRA, 2014).

No Gráfico 7 é possível observar a evolução dos anos de estudo na RMPA e verificar que os resultados estão muito aquém do desejado, pois o ideal é constatar entre 8 e 11 anos de estudo para os jovens com idade entre 15 e 17 anos e 11 anos de estudo ou mais para aqueles com mais de 18 anos.

¹⁰ Atualmente, o Ensino Fundamental possui nove anos. Entretanto, a captação do último ano/série e grau concluído para o ensino fundamental, no questionário da PED, ainda é registrado até 8 anos de estudo. Ver Capítulo 2.

Gráfico 7 — Média de anos de estudo dos jovens por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em anos.

Até aqui, é possível concluir que não apenas ocorreu a ampliação do acesso, mas também a permanência nos estudos para o conjunto de jovens residentes na Região Metropolitana de Porto Alegre.

A melhoria no acesso e na permanência dos jovens na escola resultou na redução do analfabetismo e no aumento dos anos de estudos adquiridos pelos jovens. É notório que a maior presença dos jovens na escola ocorreu via expansão tanto no Ensino Médio como no Ensino Superior.

Entretanto, conforme é apontado por Costa e Oliveira (2014) e IPEA e SNJ (2014), a evolução na escolaridade dos jovens é inferior ao desejável. Jovens com idade entre 15 e 17 anos apresentaram, em 2014, oito anos de estudo, quantidade de anos equivalente ao Ensino Fundamental completo. No caso tanto dos jovens com 18 a 24 anos como dos com 25 a 29 anos, a média de anos de estudo não atingiu 11 anos, que seria o equivalente ao Ensino Médio completo.

3.2 FREQUÊNCIA ESCOLAR E ESCOLARIDADE DOS JOVENS COM IDADE ENTRE 15 E 29 ANOS: NEGROS E NÃO NEGROS

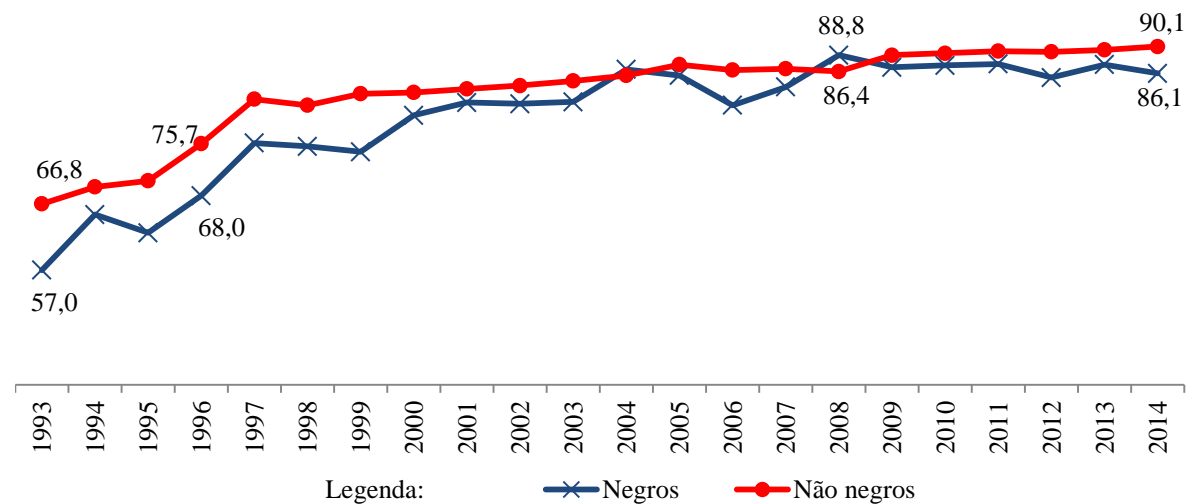
A proporção de negros no mercado de trabalho era de 13,4% na Região Metropolitana de Porto Alegre, no ano de 2014, conforme consta no **Anexo Estatístico** do boletim **A Inserção dos Negros no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2014** (DIEESE, 2015a).

Por essa razão, não foi possível a desagregação de alguns indicadores de escolaridade para a população jovem negra com idade entre 15 e 29 anos, bem como para as faixas etárias definidas neste trabalho. Sendo assim, algumas comparações entre a juventude negra e não negra não serão possíveis de serem realizadas, não permitindo um aprofundamento nas análises de negros e não negros.

A frequência escolar, conforme já indicado, apresentou crescimento para todos os segmentos etários. Contudo ela se deu mais fortemente para os não negros do que para os negros.

O Gráfico 8 indica que a proporção de jovens negros que frequentam a escola com idade entre 15 e 17 anos atingiu, em 2014, 86,1%, contra 90,1% de jovens não negros na mesma faixa etária. Como se pode perceber, há maior presença de jovens não negros na escola do que de jovens negros. Em pontos percentuais, quando se compara o ano de 1993 com o ano de 2014, os negros aumentaram-na 29,1 p.p.; e os não negros, 23,3 p.p.. Na maior parte do período em análise, os jovens negros frequentaram menos a escola do que os jovens não negros, sendo 2004 e 2008 os anos de exceção.

Gráfico 8 — Proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos que frequentam a escola por cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014

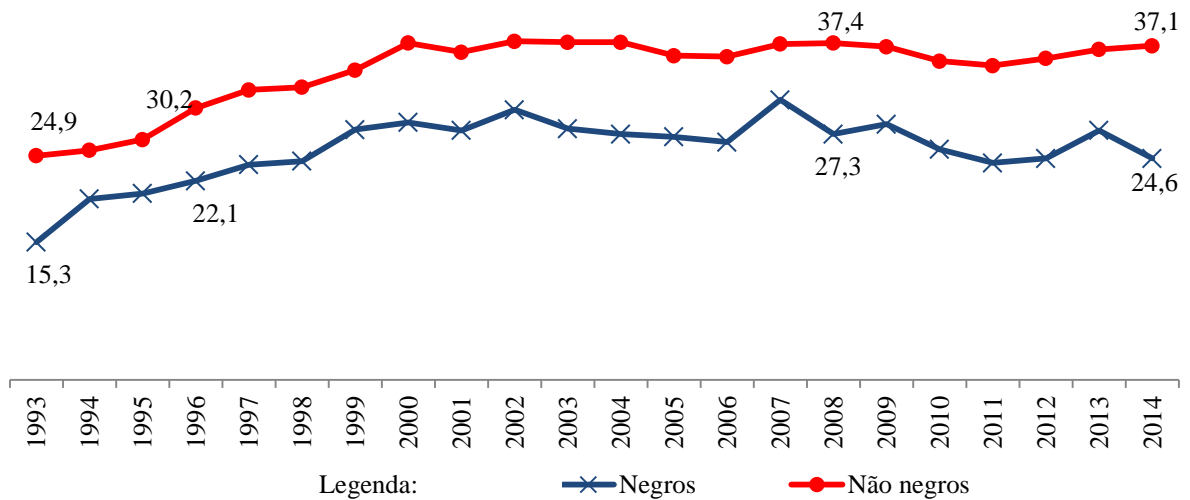


FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 de janeiro de 2016.

NOTA: Dados em percentual.

Para o segmento etário de 18 a 24 anos, a frequência escolar também aumentou, porém com menor intensidade. Tanto para os jovens negros quanto para os não negros, houve elevação para aqueles que frequentavam a escola. Entretanto, quando comparados os dados de 2014 com os de 1993, para os negros, o incremento, de 9,3 p.p., foi menor, pois, para os não negros, o aumento foi de 12,2 p.p. Outro aspecto negativo é a tendência de declínio na frequência escolar para os negros a partir de 2007, havendo retomada em 2013, porém voltando a decrescer em 2014. Essa tendência de redução também é verificada para os jovens não negros, mas com menor intensidade, podendo indicar que os jovens negros apresentam maior dificuldade em permanecerem estudando do que os não negros (Gráfico 9). Cabe destacar-se que o crescimento menos intenso da frequência escolar para os jovens de 18 a 24 anos, tanto negros como não negros, não significa que não houve crescimento significativo do acesso desses jovens ao Ensino Básico, pois parte deles poderá não constar como frequentando a escola, porque já concluiu o Ensino Médio.

Gráfico 9 — Proporção de jovens com idade entre 18 e 24 anos que frequentam a escola por cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014

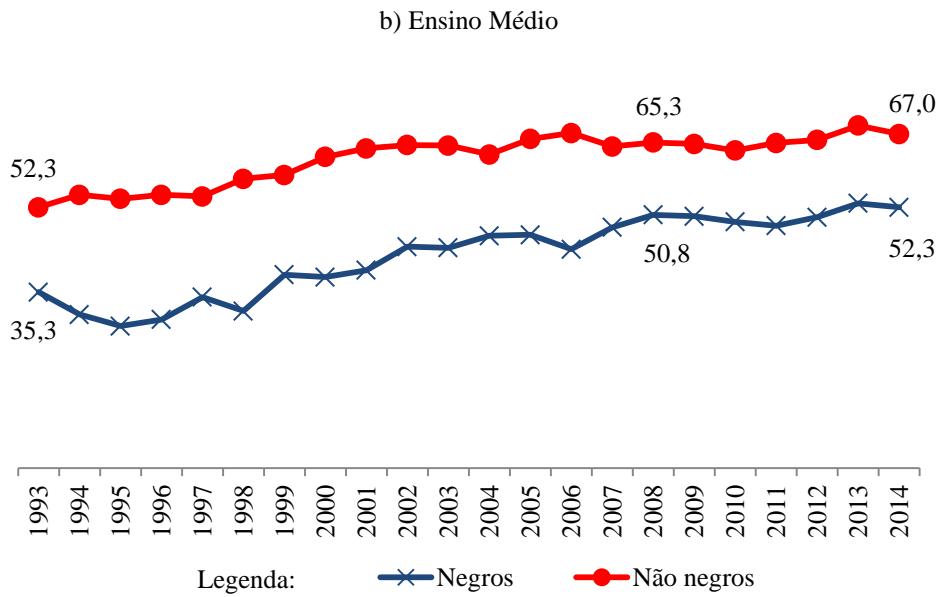
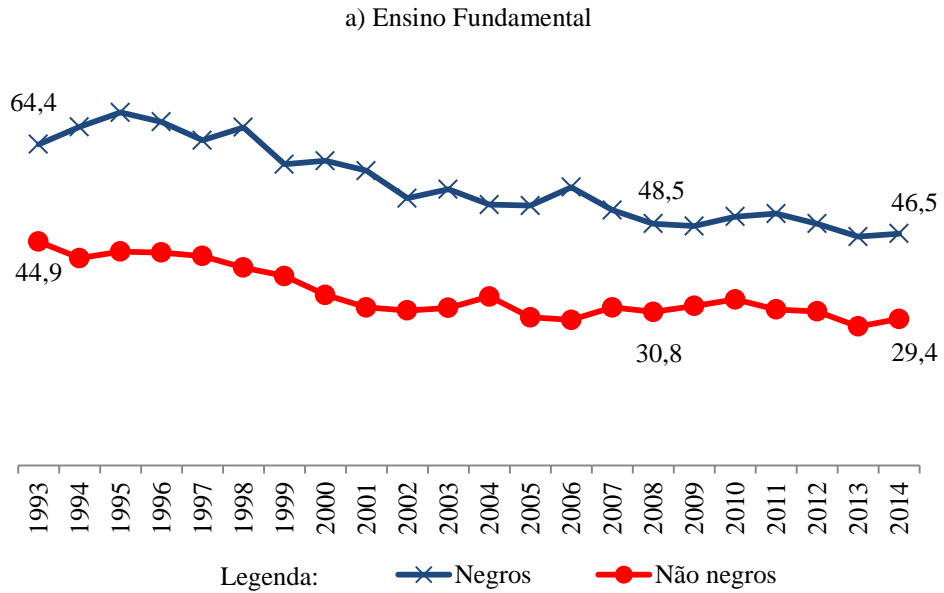


FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analised/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

Os dados de frequência escolar de negros e não negros relativos aos jovens de 15 a 17 anos de idade apontam uma distinção entre os dois grupos. Para ambos, verificam-se redução da frequência no Ensino Fundamental e aumento da frequência no Ensino Médio. Porém há predominância de negros no Ensino Fundamental, e, em contrapartida, a presença de não negros no Ensino Médio é expressiva, conforme mostra o Gráfico 10.

Gráfico 10 — Proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos que frequentam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio por cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosP OA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

Constata-se que a proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos frequentando o Ensino Fundamental se reduziu tanto para os negros quanto para os não negros. Entretanto a redução para os jovens negros não possibilitou uma aproximação da frequência escolar dos não negros, ou seja, a proporção de jovens negros frequentando o Ensino Fundamental atingiu, em 2014, 46,5%, contra 29,4% de jovens não negros.

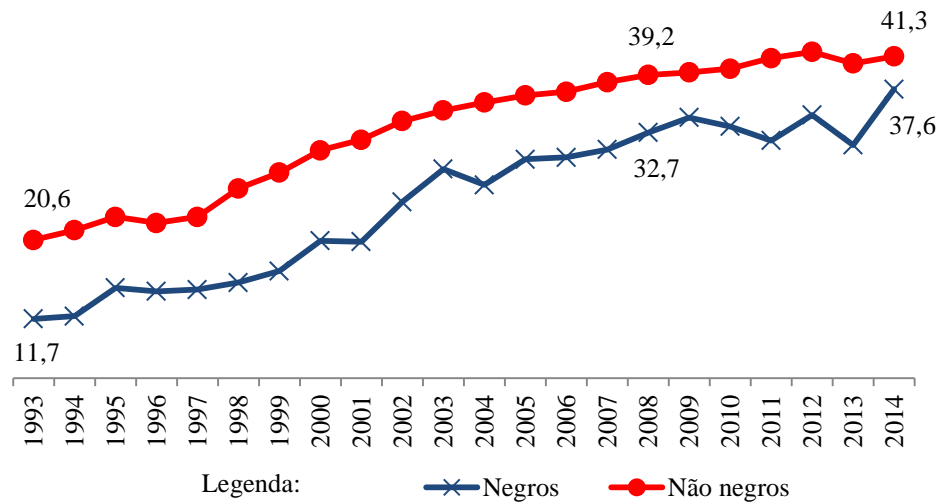
No caso da frequência ao Ensino Médio, pode-se verificar que ambos os segmentos aumentaram sua participação. Entretanto a proporção de jovens negros nessa modalidade de ensino é de 52,3%, contra 67,0% de jovens não negros, configurando um hiato de, aproximadamente, 15,0 p.p. em 2014, o qual se reduziu muito pouco em comparação ao do ano de 1993, que era de 17,0 p.p..

De acordo com os resultados apresentados, é possível concluir que ainda existe uma defasagem escolar para os jovens negros e não negros com idade entre 15 e 17 anos. Considerando que a idade ideal de frequência no Ensino Médio é de 15 a 17 anos (Brasil, 2013a, p. 39), pode-se afirmar que é considerada elevada a frequência escolar no Ensino Fundamental da faixa etária em questão. O DIEESE (2015b) corrobora a afirmação de elevada participação de jovens de 15 a 17 anos frequentando o Ensino Fundamental, no ano de 2013, nas áreas metropolitanas até então investigadas¹¹.

A conclusão do Ensino Médio dos jovens com idade entre 18 e 24 anos, segundo suas características de cor, ocorreu tanto para negros quanto para não negros. Em 1993, a conclusão do Ensino Médio, para os negros, era de 11,7% e, para os não negros, de 20,6%, sendo o diferencial entre eles de 8,9 p.p.. Em 2014, houve uma redução na diferença relativa à conclusão do Ensino Médio entre jovens negros e não negros, que ficou em 3,7 p.p. (Gráfico 11).

¹¹ São elas: Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

Gráfico 11 — Proporção de jovens entre 18 e 24 anos que concluíram o Ensino Médio por cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdadosP OA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

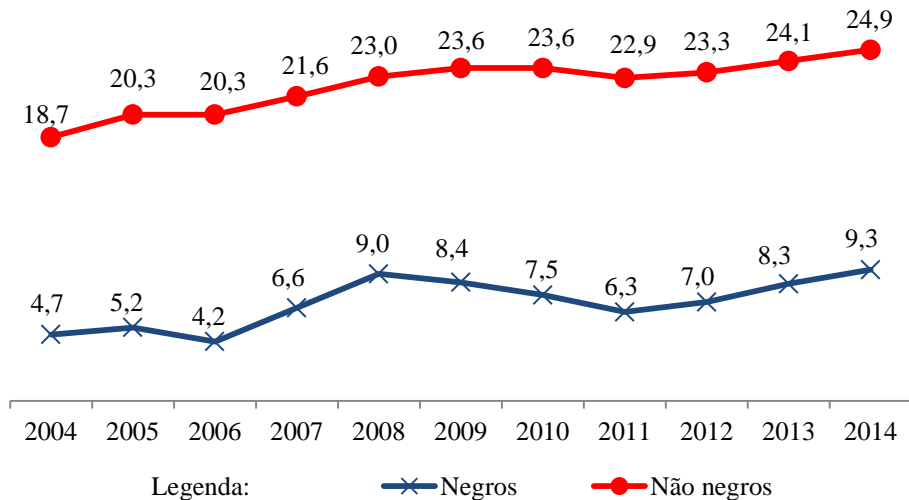
Não foi possível analisar a proporção de jovens que frequentam ou já concluíram o Ensino Superior para os segmentos etários de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos separadamente, considerando o atributo cor, por não conter amostra suficiente para desagregação para os negros.¹² Sendo assim, optou-se por agregar as duas faixas etárias, resultando na faixa de 18 a 29 anos, segundo a cor, para o período de 2004 até 2014.

Se forem observadas as mudanças, ao longo desses 11 anos, relativas aos jovens de 18 a 29 anos de idade que frequentam ou completaram o Ensino Superior, segundo sua diferença de cor, ver-se-á que o diferencial se elevou de 14 p.p. para 15,6 p.p.. A proporção de jovens não negros nessa situação, em 2014, era de 24,9%, enquanto os jovens negros totalizaram apenas 9,3% (Gráfico 12).

Esse diferencial entre os jovens negros e não negros com idade entre 18 e 29 anos indica que, apesar ter havido uma expansão da oferta e do acesso ao Ensino Superior através de políticas adotadas, como o Fies, o Prouni e políticas de cotas, a mesma não foi suficiente para que os jovens negros atingissem patamares próximos aos dos jovens não negros.

¹² Para ter maiores esclarecimentos, ver o Capítulo 2.

Gráfico 12 — Proporção de jovens entre 18 e 29 anos que frequentam ou já concluíram o Ensino Superior por cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2004-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

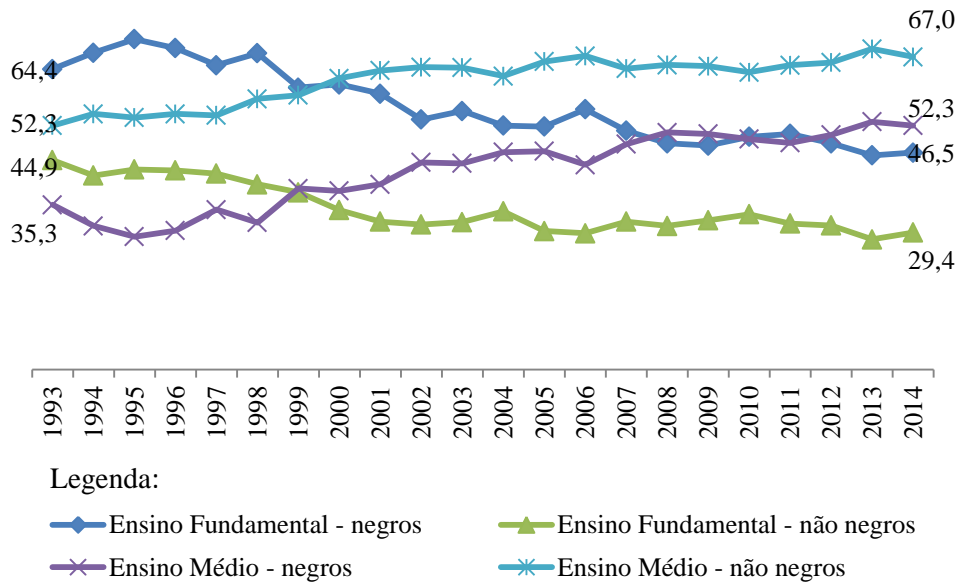
NOTA: Dados em percentual.

O Gráfico 13 resume a evolução dos diferenciais segundo cor presentes na adequação entre idade e série dos jovens que frequentam a escola. Enquanto 67,0% dos não negros cursaram o Ensino Médio com a idade adequada, isto é, com 15 a 17 anos, apenas 52,3% dos negros estavam na mesma situação. Entre os jovens de 18 a 29 anos,¹³ 53,7% dos não negros e 35,5% dos negros estavam no Ensino Superior. Cabe destacar que o aumento da proporção de jovens cursando a fase correta e a redução daqueles em etapas atrasadas ocorreram conjuntamente com a redução do hiato segundo a cor. Pode-se perceber redução dos diferenciais, ao se considerar a proporção de jovens com idade adequada para o Ensino Superior que frequentavam tal etapa de ensino.

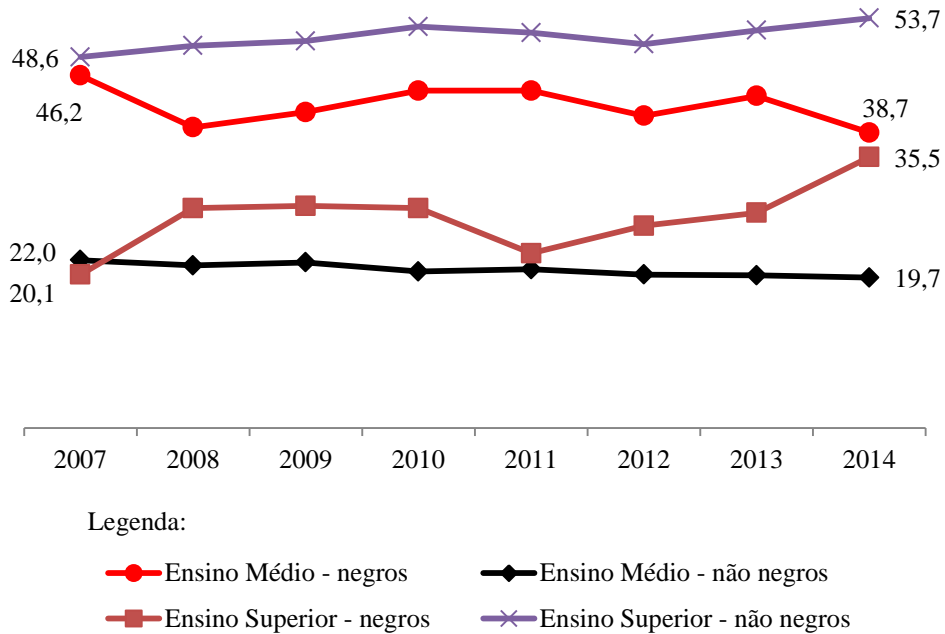
¹³ Devido a problemas de amostra, não foi possível determinar a escolaridade de negros para os segmentos etários de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Além disso, para os anos de 1993 a 2006, não houve amostra para os jovens negros entre 18 e 29 anos.

Gráfico 13 — Proporção de jovens que frequentam a escola por faixas etárias selecionadas, segundo a escolaridade e a cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2004-2014

a) 15 a 17 anos de idade



b) 18 a 29 anos de idade



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosP OA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

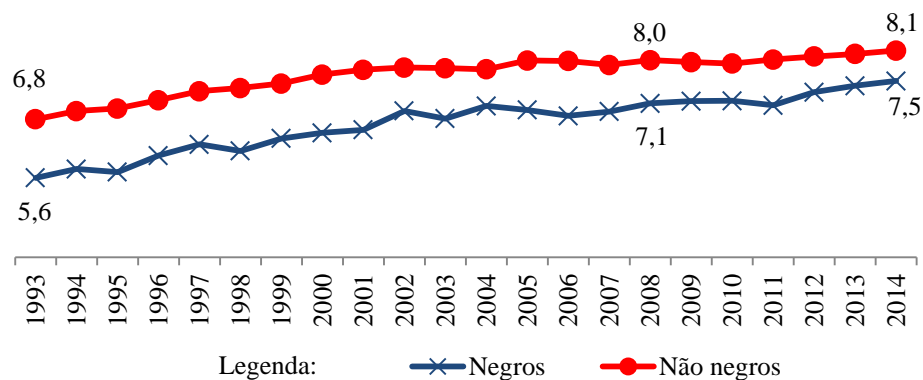
NOTA: Dados em percentual.

Ao se considerar o indicador de escolaridade **média de anos de estudo** concluídos, constata-se contração do hiato educacional entre negros e não negros ao longo do período. Essa redução foi maior entre os jovens de 15 e 17 anos de idade e de 18 a 24 anos de idade. Já para os jovens com idade entre 25 e 29 anos, não houve diminuição do hiato ao longo do período. Cabe dizer que a redução do hiato educacional entre os jovens negros e não negros, para os segmentos etários entre 15 e 17 anos e 18 a 24 anos, ainda que tenha sido importante, apresenta manutenção da desigualdade para os negros. A diferença entre os jovens negros e não negros variou entre 0,6 e 1,5 ano de estudo, conforme pode ser visto no Gráfico 14.

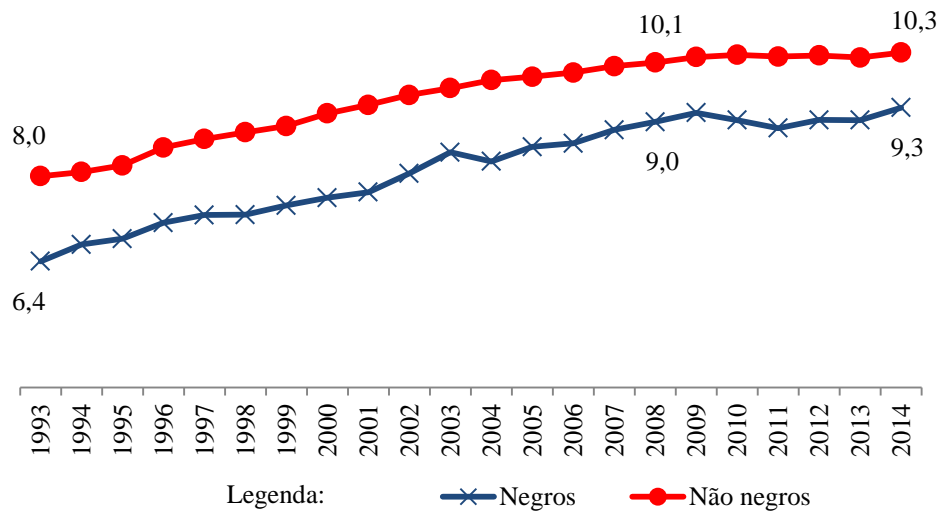
Além disso, tanto para os negros quanto para os não negros, é possível afirmar que, independentemente da faixa etária, o indicador **média de anos de estudo** está muito aquém do que poderia ser considerado ideal, ou seja, que os jovens entre 15 e 17 anos tenham entre oito e 11 anos de estudo e que os jovens acima dos 18 anos tenham mais de 11 anos de estudo.

Gráfico 14 — Média de anos de estudo dos jovens por faixas etárias selecionadas, segundo a cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014

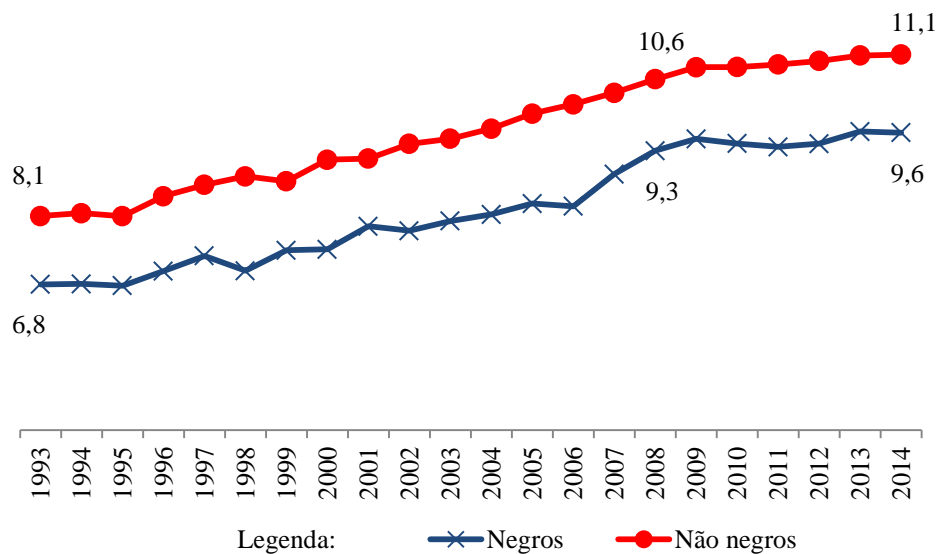
a) 15 a 17 anos de idade



b) 18 a 24 anos de idade



c) 25 a 29 anos de idade



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosP OA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em anos.

No quesito cor, é possível concluir que, com relação ao indicador de frequência escolar, ocorreram aumentos na proporção de jovens negros e não negros frequentando a escola. Porém, para os negros, esse aumento foi menor do que o dos não negros. De um modo

geral, para os segmentos etários de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos, os negros estiveram em menor medida frequentando a escola do que os não negros no período em análise.

A escolaridade dos jovens entre 15 e 17 anos, negros e não negros, apresentou redução na frequência ao Ensino Fundamental e aumento na frequência ao Ensino Médio. Porém mantiveram-se a predominância de negros no Ensino Fundamental e a de não negros no Ensino Médio. Com isso, é possível concluir que persiste uma defasagem escolar tanto para negros quanto para não negros na faixa etária de 15 a 17 anos, sendo considerada elevada a frequência escolar no Ensino Fundamental.

No caso dos jovens de 18 a 24 anos, a conclusão do Ensino Médio ocorreu para negros e não negros, indicando uma redução no diferencial entre eles.

No caso dos jovens negros com idade entre 18 a 29 anos, a frequência ou a conclusão do Ensino Superior, apesar de apresentar aumento, é, proporcionalmente, três vezes menor do que a verificada para os não negros, podendo indicar que as políticas adotadas para o Ensino Superior não foram suficientes para aumentar a participação dos negros nesse grau de ensino.

O indicador média de anos de estudo exibiu elevação e, ao mesmo tempo, redução do hiato educacional entre negros e não negros. A redução do hiato foi intensa entre os jovens de 15 a 17 anos e os de 18 a 24 anos e entre aqueles com 25 a 29 anos de idade não houve contração ao longo do período analisado.

Para concluir esta sessão, no quesito cor, de acordo com os dados apresentados para os jovens de 15 a 29 anos, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período de 1993 a 2014, pode-se inferir que, apesar dos avanços verificados na escolaridade, persiste a desigualdade entre negros e não negros.

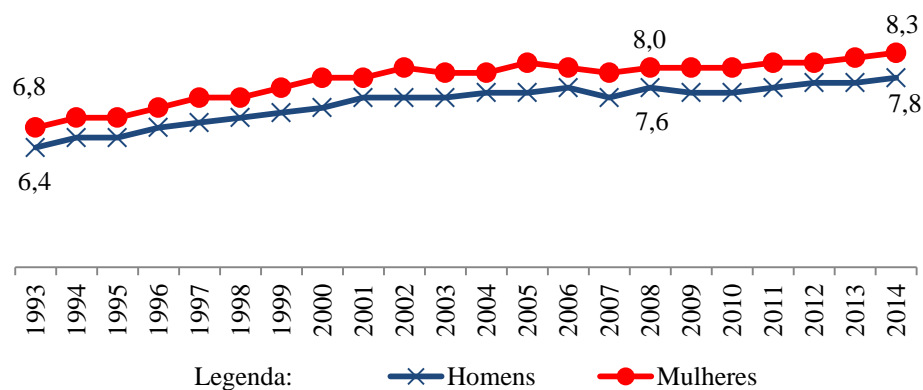
3.3 FREQUÊNCIA ESCOLAR E ESCOLARIDADE DOS JOVENS COM IDADE ENTRE 15 E 29 ANOS: MULHERES E HOMENS

Os indicadores relacionados à educação, ao contrário do que acontece no mercado de trabalho, revelam-se mais favoráveis às mulheres (DIEESE, 2015b). Quando se compara o indicador anos de estudo de jovens homens e mulheres, nota-se que as mulheres apresentam mais anos de estudo do que os homens em todos os segmentos etários em questão. Assim como apontado pelo **Boletim Juventude Informa** (IPEA; SNJ, 2014), o diferencial por sexo apresenta-se menos relevante que as desigualdades observadas por cor, por apresentar grandeza inferior.

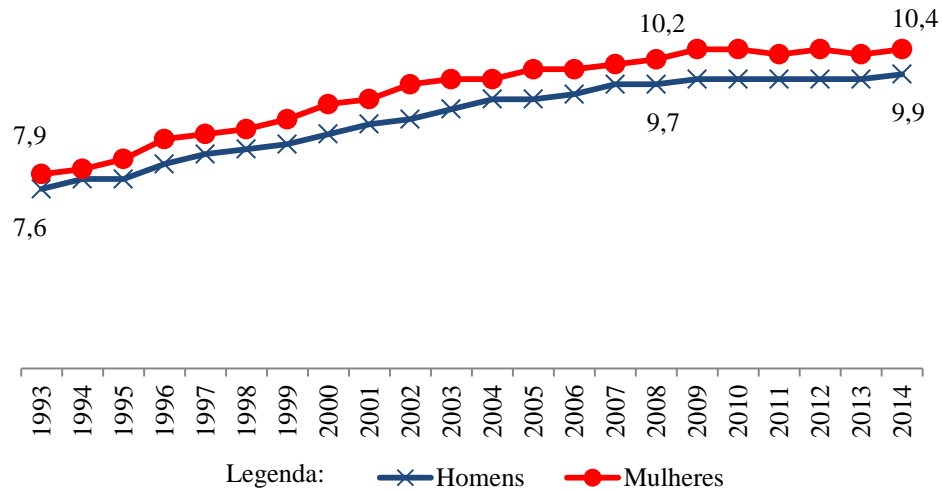
Na RMPA, todavia, mesmo sendo pequeno, o diferencial por sexo em anos de estudo manteve-se persistente ao longo do período de 1993 a 2014, como pode ser visto no Gráfico 15, que apresenta a média de anos de estudos das mulheres e dos homens. Para os segmentos etários de 15 a 17 anos de idade e de 18 a 24 anos de idade, as mulheres, em média, possuíam 0,5 ano a mais de estudo. Esse indicador correspondeu a 0,3 ano para aquelas entre 25 e 29 anos de idade. Pode-se afirmar que a elevação da quantidade de anos de estudo adquiridos, tanto para os homens quanto para as mulheres, indica que a expansão da educação atingiu esses dois grupos de forma similar.

Gráfico 15 — Média dos anos de estudo dos jovens por faixas etárias selecionadas, segundo o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014

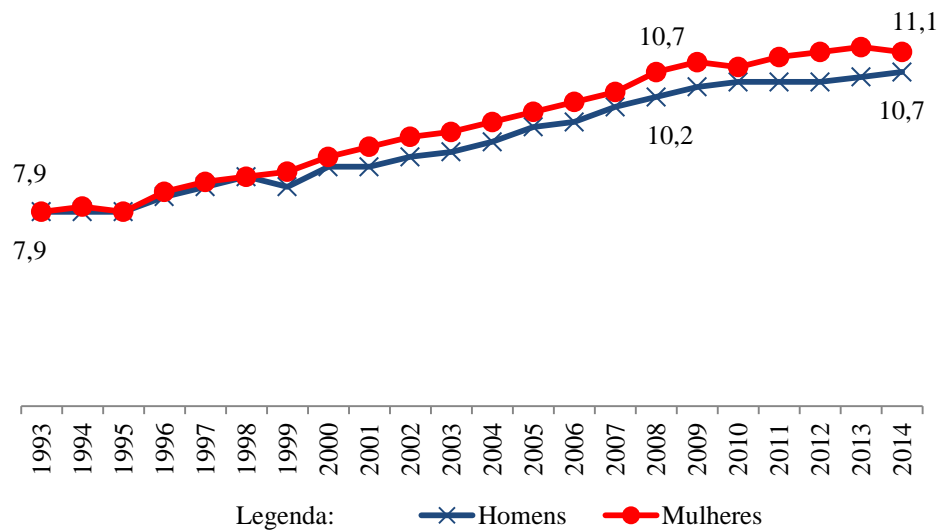
a) 15 a 17 anos de idade



b) 18 a 24 anos de idade



c) 25 a 29 anos de idade



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdadosP OA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

Ao se considerar a proporção de jovens que frequentam ou não a etapa correta de ensino de acordo com a sua faixa etária, verifica-se que a desigualdade entre homens e mulheres também aparece. Mais uma vez, o diferencial por sexo é menos intenso do que o observado por cor, entretanto apresenta-se de forma persistente ao longo do período compreendido entre 1993 e 2014.

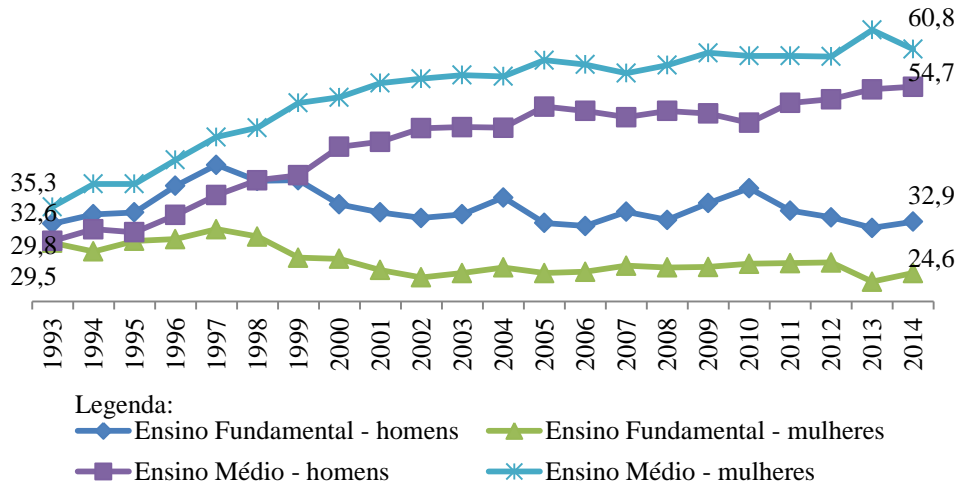
No ano de 2014, 60,8% das jovens entre 15 e 17 anos de idade frequentavam o Ensino Médio, enquanto, aproximadamente, 55,0% dos jovens nessa faixa etária se encontravam na mesma situação. Ainda na mesma faixa etária, mas diferentemente do que ocorreu entre aqueles que frequentavam o Ensino Médio, onde a proporção de mulheres foi maior do que a dos homens, as mulheres achavam-se em menor proporção em etapa defasada do Ensino Fundamental: a proporção corresponde a 24,6% e 32,9% para mulheres e homens respectivamente (Gráfico 16).

No grupo etário de 18 a 24 anos (Gráfico 16), havia proporção maior de mulheres no Ensino Superior do que de homens, sendo essa proporção de 27,6% para elas e de 20,1% para eles. Cabe destacar-se que a proporção de jovens do grupo etário em questão, tanto para as mulheres quanto para os homens, se elevou ao longo do período analisado, ainda que, em alguns anos, principalmente para as mulheres, tenha havido momentos de retração. Ainda assim, elas aumentaram quase 15 p.p., quando comparados os anos de 1993 e de 2014, enquanto eles obtiveram acréscimo de apenas 8,8 p.p. no mesmo período de comparação.

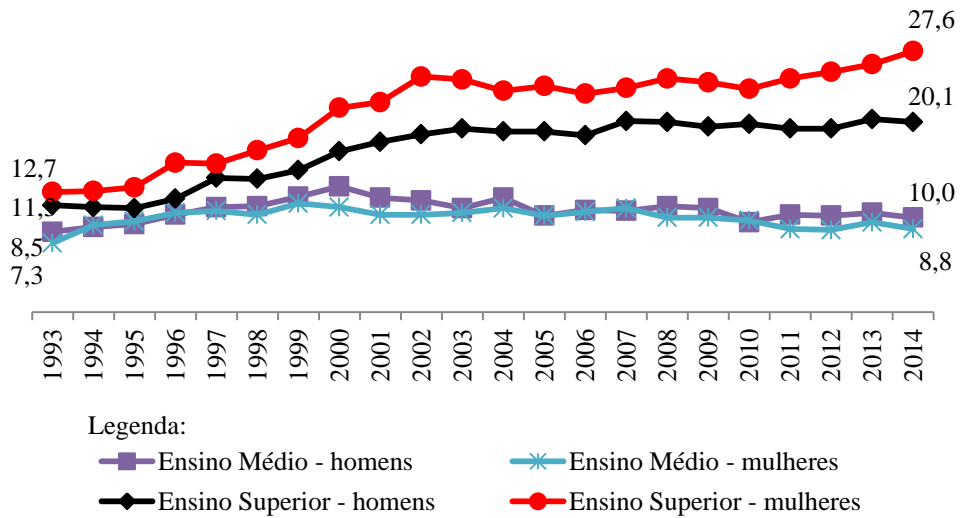
A presença de mulheres entre 25 e 29 anos cursando o Ensino Superior no ano de 2014 foi, aproximadamente, a mesma dos homens, sendo possível afirmar que o diferencial entre eles é menor do que o verificado para os outros segmentos etários. Entre elas, 13,8% estavam no Ensino Superior; e, entre eles, 13,4%.

Gráfico 16 — Proporção de jovens que frequentam a escola por faixas etárias escolhidas, segundo a escolaridade frequentada e o sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014

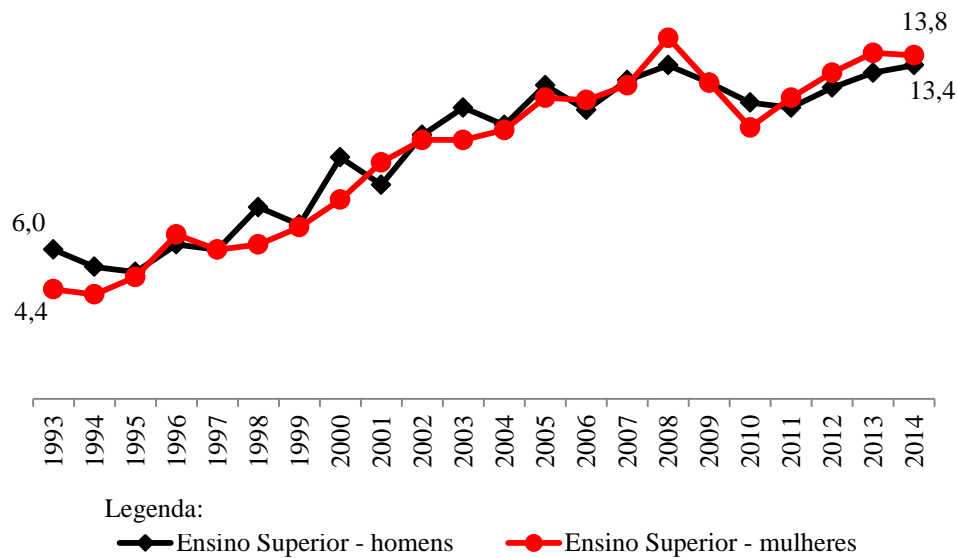
a) 15 a 17 anos de idade



b) 18 a 24 anos de idade



c) 25 a 29 anos de idade



FORNE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdadosP OA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: 1. Dados em percentual.

2. Não foi possível apresentar informações dos jovens entre 25 e 29 anos que frequentam o Ensino Médio para homens e mulheres. A amostra não comporta desagregação para a categoria em questão.

De acordo com o exposto, os indicadores relacionados à educação revelam-se mais favoráveis às mulheres. Comparando-se as médias dos anos de estudo de jovens homens e mulheres, houve incremento ao longo dos anos, persistindo o diferencial entre eles, ou seja, os indicadores femininos foram superiores aos masculinos para os três grupos etários em análise. Ainda pode-se afirmar que a elevação da quantidade de anos de estudo adquiridos indica que a expansão da educação atingiu homens e mulheres de forma similar, isso independentemente da faixa etária.

No quesito etapa defasada, houve menor proporção de mulheres em etapa defasada. Também houve uma proporção maior de mulheres no Ensino Superior.

Considerando os jovens com idade entre 15 e 17 anos, as mulheres encontravam-se em menor proporção no Ensino Fundamental do que os homens. No grupo etário de 18 a 24 anos, as mulheres estavam em maior proporção do que os homens no Ensino Superior, apesar de a proporção de ambos ter aumentado no período em análise. Já para os jovens com 25 a 29 anos de idade que frequentam o Ensino Superior, o diferencial entre homens e mulheres foi o menor verificado entre todos os outros segmentos.

No Capítulo 4, são apresentadas as informações de escolaridade concluída e situação de estudo e trabalho dos jovens incluídos nos segmentos etários de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, com o objetivo de verificar se os avanços na escolaridade impactaram a situação de estudo e trabalho dos jovens.

4 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO E A ESCOLARIDADE DOS JOVENS ENTRE 15 E 29 ANOS NO PERÍODO 1993-2014

No Capítulo 3, demonstrou-se que a frequência escolar e a escolaridade (frequentada ou concluída) dos jovens com idade entre 15 e 29 anos, no período 1993-2014, na RMPA apresentaram avanços positivos. A melhoria do acesso e a da permanência dos jovens na escola resultaram na redução do analfabetismo e no aumento dos anos de estudo adquiridos pelos jovens. Ainda assim, para todos os segmentos etários, a evolução na escolaridade é inferior à desejável. Para os jovens entre 15 e 17 anos, a quantidade de anos de estudo atingida foi de oito anos, quantidade de anos equivalente ao Ensino Fundamental. Já para os jovens de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, os anos de estudo não atingiram os 11 anos, que seria o equivalente ao Ensino Médio completo. No quesito cor, apesar dos avanços na escolaridade, persiste a desigualdade entre os jovens negros e não negros; e, entre homens e mulheres, foi possível verificar que, para todos os segmentos etários, os indicadores relacionados à educação se revelaram mais favoráveis às mulheres, ou seja, persiste o diferencial entre homens e mulheres.

Essa melhora nos indicadores de escolaridade pode ter-se refletido em mudanças na composição da variável **situação de estudo e trabalho** para os jovens, de acordo com as faixas etárias definidas para este trabalho: 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos.

Nesse sentido, no presente capítulo, será analisada a variável **situação de estudo e trabalho** juntamente com a variável **escolaridade**, com o objetivo de verificar se os avanços na escolaridade tiveram algum impacto na composição da variável **situação de estudo e trabalho** para os jovens com idade entre 15 e 29 anos, no período 1993-2014, na RMPA.

Para uma melhor reflexão sobre as informações, as análises serão feitas levando em consideração cada um dos segmentos etários, ou seja, os jovens de 15 a 17 anos, os jovens de 18 a 24 anos e os jovens de 25 a 29 anos de idade.

4.1 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO E ESCOLARIDADE DO SEGMENTO ETÁRIO DE 15 A 17 ANOS

Entre 1993 e 2014, a proporção de jovens da Região Metropolitana de Porto Alegre com idade entre 15 e 17 anos de idade frequentando a escola elevou-se de 65,2% para 89,4%. Esse crescimento foi acentuado até 1997 e mais lento no restante do período, indicando um

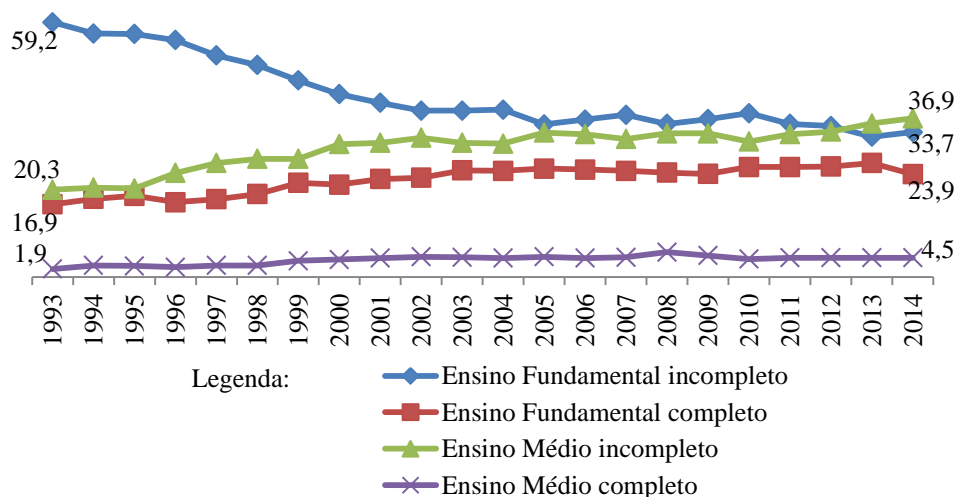
quadro de elevado acesso à escola e, por outro lado, um contingente de, aproximadamente, 10,0% de jovens na faixa etária em questão que abandonaram a escola precocemente (Gráfico 1).

É importante destacar que, quanto àqueles que frequentavam o Ensino Fundamental, ocorreu uma redução, sugerindo a conclusão desse nível e/ou seu abandono, porém a presença de 32,2% (Gráfico 2) deles frequentando o Ensino Fundamental evidencia valorização dos estudos, mesmo estando em situação de defasagem escolar.

Ainda foi possível verificar o aumento da frequência dos jovens no Ensino Médio para aqueles com idade adequada ao nível de ensino analisado, correspondente aos jovens de 15 a 17 anos de idade.

Conforme pode ser visto no Gráfico 17, os jovens que estudaram até o Ensino Fundamental incompleto, em 1993, representavam 59,2% contra 33,7% em 2014. Essa redução pode estar associada, em parte, à conclusão do Ensino Fundamental, que, em 2014, atingiu 23,9% dos jovens, e, em parte, ao ingresso no Ensino Médio, ainda que não o tenham concluído: a proporção dos que tinham o Ensino Médio incompleto ultrapassou a daqueles que tinham até o Ensino Fundamental incompleto.

Gráfico 17 — Distribuição dos jovens com idade entre 15 e 17 anos segundo escolaridades concluídas seleccionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FORNE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: 1. Dados em percentual.

2. O Ensino Fundamental incompleto inclui os alfabetizados sem escolarização.

Ainda cabe o destaque para aqueles que concluíram o Ensino Médio. Apesar da baixa proporção, é possível perceber que, ao longo do período, houve um aumento, passando de 1,9% em 1993 para 4,5% em 2014.

Sendo assim, apesar de ainda termos jovens com idade entre 15 e 17 anos que atingiram até o Ensino Fundamental completo, é importante destacar que ocorreu redução significativa da presença deles ao longo dos anos. Comparando-se os dados de 1993 com os de 2014, a diminuição foi de 18,5 p.p..

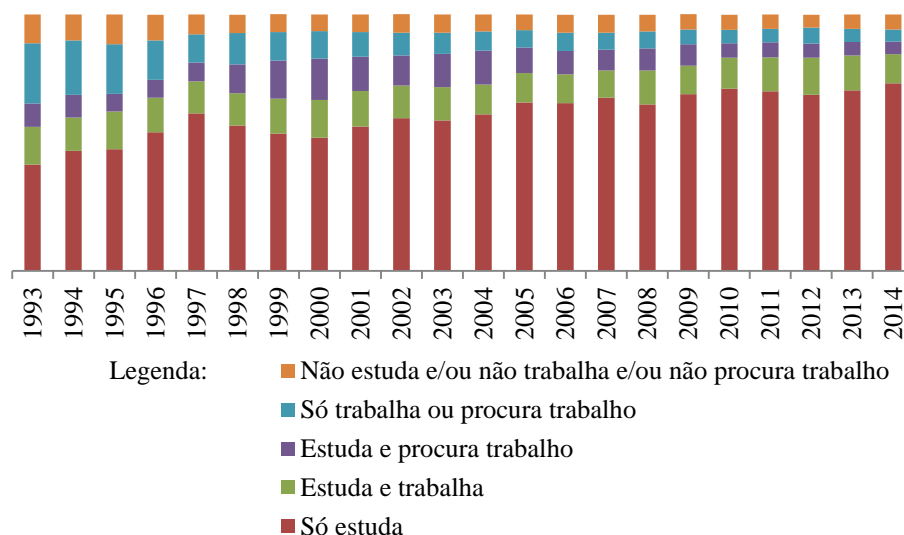
Em sentido contrário, ocorreu um aumento de 19,2 p.p. dos jovens que atingiram o Ensino Médio incompleto e o Ensino Médio completo entre 1993 e 2014.

Esses resultados demonstram que as políticas de acesso à escola, que se expressam pela universalização do Ensino Fundamental e pela ampliação significativa do acesso ao Ensino Médio, além do fato de parte do período apresentar uma conjuntura econômica de crescimento, foram importantes para a melhora da escolaridade dos jovens com idade entre 15 e 17 anos da RMPA.

Nesse contexto, uma questão pertinente a ser respondida é: de que forma essa melhora na escolaridade dos jovens afetou as mudanças na composição da variável **situação de estudo e trabalho**?

No Gráfico 18, é possível verificar que ocorreram: aumento da parcela daqueles que (a) somente estudam; e reduções dos que (b) só trabalham ou procuram trabalho, (c) estudam e procura trabalho e (d) não estudam, não trabalham, não procuram trabalho. Para os que estudam e trabalham, não houve mudanças significativas.

Gráfico 18 — Distribuição dos jovens com idade entre 15 e 17 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

No ano de 1993, a proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos que somente estudavam era de 41,5%, chegando, em 2014, a 73,2%, demonstrando um acréscimo de 31,7 p.p. (Apêndice B).

Entre aqueles que só trabalhavam ou procuravam trabalho, no ano de 1993, sua proporção era de 23,4%, atingindo, em 2014, 4,7%, representando uma redução de, aproximadamente, 19,0 p.p..

A proporção de jovens que estavam fora da escola ou sem trabalho ou sem procurar trabalho ainda é considerada significativa, apesar da redução. No ano de 2014, 5,9% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam nessa condição.

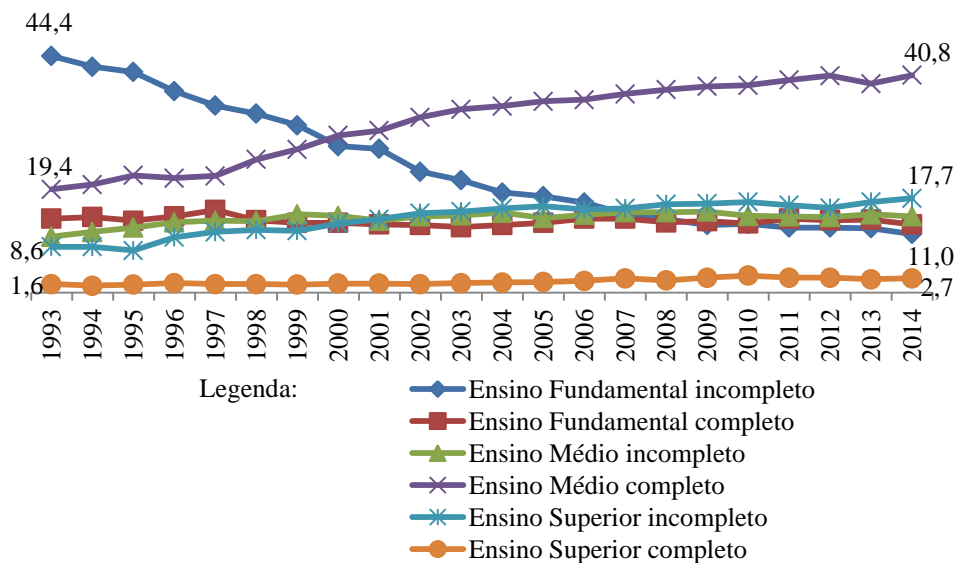
Comparando-se os resultados da distribuição da variável **escolaridade** com os resultados da distribuição da variável **situação de estudo e trabalho** dos jovens com idade entre 15 e 17 anos, no período de 1993 a 2014, na RMPA, é possível afirmar que ocorreu uma mudança na composição da situação de estudo e trabalho da população em questão, acarretando um aumento significativo daqueles que somente estudam e, em sentido contrário, uma redução significativa dos que somente trabalham ou procuram trabalho.

4.2 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO E ESCOLARIDADE DO SEGMENTO ETÁRIO DE 18 A 24 ANOS

Para o segmento de 18 a 24 anos, o crescimento da proporção dos que frequentam a escola foi menor, de 23,5% para 35,3% (Gráfico 1), não significando, entretanto, que não houve crescimento significativo do acesso desses jovens à Educação Básica, pois se pode considerar que parte deles não frequenta a escola porque já concluiu o Ensino Médio¹⁴.

No Gráfico 19, é possível verificar que houve uma mudança significativa no nível de escolaridade concluída para os jovens entre 18 e 24 anos de idade. O destaque fica para aqueles com Ensino Fundamental incompleto e Ensino Médio completo.

Gráfico 19 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 a 24 anos segundo escolaridades concluídas selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTES DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdadosP/OA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: 1. Dados em percentual.

2. O Ensino Fundamental incompleto inclui os alfabetizados sem escolarização.

Pode-se verificar que, a partir do ano 2000, ocorreu uma inflexão nos níveis de escolaridade mencionados. A partir de 1993, a proporção de jovens com até o Ensino Fundamental incompleto decresceu e atingiu, em 2014, 11,0% dos jovens. Em sentido

¹⁴ Para ter maiores informações, ver o Capítulo 3.

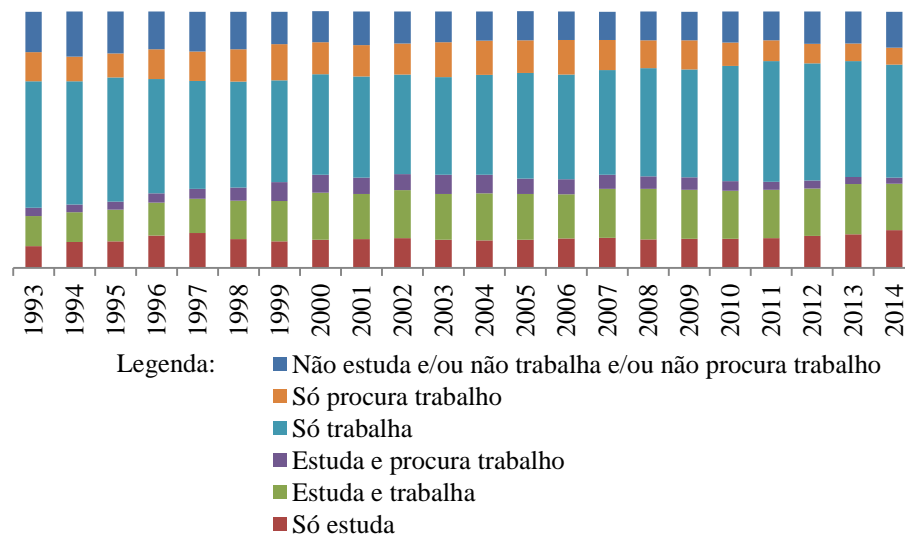
contrário, aumentou a proporção de jovens com Ensino Médio completo, chegando, em 2014, a alcançar 40,8% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos.

Cabe destacar-se que houve crescimento do número de jovens que ingressaram no Ensino Superior, ainda que não o tenham concluído. Em 1993, a proporção era de 8,6% contra 17,7% em 2014, um incremento de 9,1 p.p.. É possível afirmar que esse incremento de jovens ingressando no Ensino Superior pode ser reflexo das políticas de expansão e acesso, como Prouni e Fies.

Diante do exposto: de que forma essa melhora na escolaridade dos jovens com idade entre 18 e 24 anos afetou as mudanças na composição da variável **situação de estudo e trabalho**?

No Gráfico 20, é possível ver que as mudanças na composição da variável **situação de estudo e trabalho**, apesar da melhora na escolaridade dos jovens com idade entre 18 e 24 anos, não foram tão significativas quanto o que ocorreu com os jovens de 15 a 17 anos.

Gráfico 20 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdadosP OA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

Permaneceu a predominância de jovens que somente trabalham, e elevou-se a proporção dos jovens que estudam e trabalham. Em 2014, a proporção de jovens que somente

trabalham atingiu 44,0%. Já para aqueles que estudam e trabalham, a proporção passou de 11,8% em 1993 para 18,0% em 2014.

Cabe destacar-se que a proporção de jovens que estudam e procuram trabalho, apesar de apresentar acréscimos ao longo do período, chegou, em 2014, a patamar inferior ao do início da série, ou seja, 2,4% dos jovens encontravam-se nessa condição (Gráfico 20).

É considerada elevada a proporção de jovens que não estudam, não trabalha e não procuram trabalho. No ano de 1993, 15,8% deles estavam na condição em questão, atingindo, em 2014, um percentual de 14,0% (Gráfico 20 e Apêndice C).

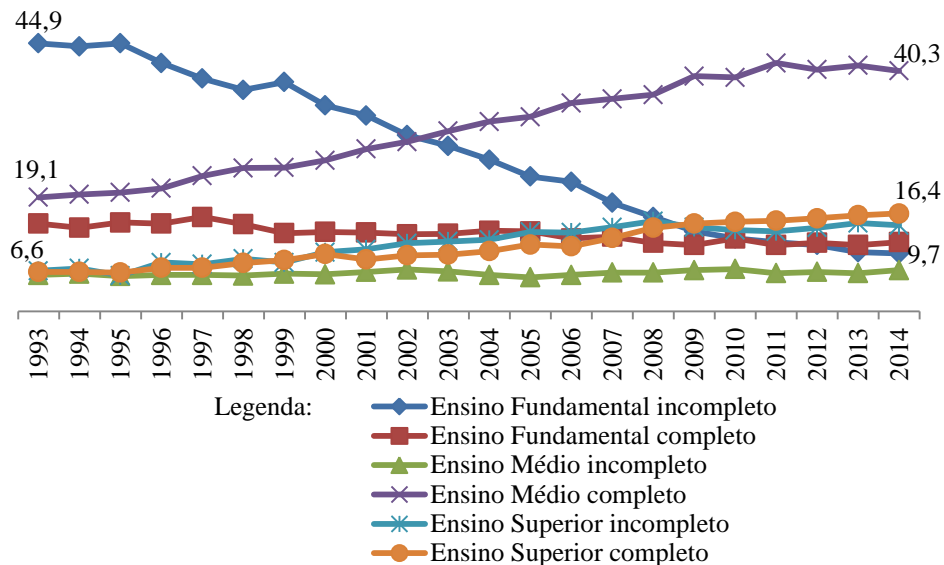
Comparando-se os resultados da distribuição da variável **escolaridade** com os resultados da distribuição da variável **situação de estudo e trabalho** dos jovens com idade entre 18 e 24 anos, no período de 1993 a 2014, na Região Metropolitana de Porto Alegre, é possível afirmar que as mudanças na composição da situação de estudo e trabalho da população em questão foram mais modestas, mas não menos importantes. Destacam-se o aumento da proporção de jovens que estudam e trabalham e, ainda, a elevada proporção de jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho.

4.3 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO E ESCOLARIDADE DO SEGMENTO ETÁRIO DE 25 A 29 ANOS

A frequência escolar dos jovens com idade entre 25 e 29 anos apresentou a proporção de 8,1% em 1993 e de 16,9%, em 2014 (Gráfico 1). Apesar de ser considerado um crescimento não muito elevado, quando observada a escolaridade concluída, pode-se afirmar que, apesar do aumento mais intenso de concluintes no Ensino Médio, a parcela daqueles que concluíram o Ensino Superior foi muito significativa, conforme pode ser visto no Gráfico 21.

Assim como ocorreu com os jovens de 18 a 24 anos, para os jovens de 25 a 29 anos, a partir do ano de 2003, ocorreu uma inflexão nos níveis de escolaridade referentes ao Ensino Fundamental incompleto e ao Ensino Médio completo. A proporção de indivíduos com até o Ensino Fundamental incompleto decresceu de 44,9% em 1993 para 9,7% dos jovens em 2014. Em sentido contrário, aumentou a proporção de jovens com Ensino Médio completo, que, em 1993, correspondia a 19,1 % e chegou, em 2014, a alcançar 40,3% dos jovens com idade entre 25 e 29 anos (Gráfico 21).

Gráfico 21 — Distribuição dos jovens com idade entre 25 a 29 anos segundo escolaridades concluídas selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FORNE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdadosP OA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: 1. Dados em percentual.

2. O Ensino Fundamental incompleto inclui os alfabetizados sem escolarização.

O comportamento dos jovens entre 25 e 29 anos verificado no Gráfico 22 foi o mesmo observado entre os jovens com idade entre 18 e 24 anos (Gráfico 19), ou seja, ambas as faixas etárias apresentaram incrementos nos níveis de escolaridade de Ensino Médio e de Ensino Superior, independentemente de terem concluído ou não.

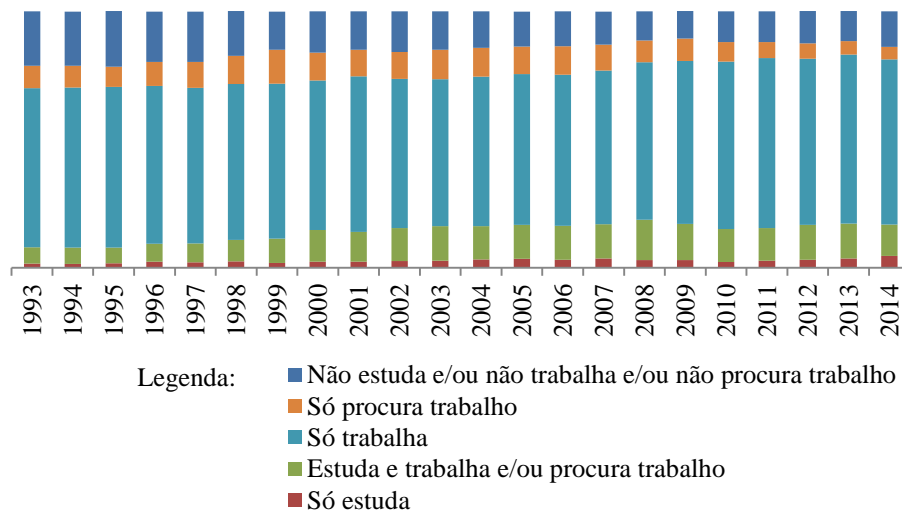
Nesse sentido, de que forma essa melhora na escolaridade dos jovens com idade entre 25 e 29 anos afetou as mudanças na composição da variável **situação de estudo e trabalho**?

No Gráfico 22, é possível ver que as mudanças na composição da variável **situação de estudo e trabalho**, apesar da melhora na escolaridade dos jovens com idade entre 25 e 29 anos, não foram tão expressivas quanto o que ocorreu com os jovens entre 15 e 17 anos e entre 18 e 24 anos.

Permaneceu a predominância dos jovens que somente trabalham, e elevou-se a proporção de jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho. Em 2014, a proporção de jovens que somente trabalham atingiu 64,3%. Já para aqueles que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho, a proporção passou de 6,3% em 1993 para 12,3% em 2014 (Gráfico 22 e Apêndice D).

É considerada elevada a proporção de jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho, apesar de sua significativa redução entre os anos de 1993 e 2014. No ano de 1993, 21,2% deles estavam na condição em questão, atingindo, em 2014, um percentual de 13,9%.

Gráfico 22 — Distribuição dos jovens com idade entre 25 e 29 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTES DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

Em resumo, o segmento etário entre 15 e 17 anos, quando se comparam os resultados da distribuição da variável **escolaridade** com os resultados da distribuição da variável **situação de estudo e trabalho**, no período 1993-2014, na Região Metropolitana de Porto Alegre, foi o que apresentou mudança expressiva na composição da situação de estudo e trabalho da população em questão, acarretando um aumento significativo para aqueles que somente estudam e, em sentido contrário, uma redução para os que somente trabalham ou procuram trabalho.

Para os jovens com idade entre 18 e 24 anos, apesar da melhora na escolaridade, é possível afirmar que as mudanças na composição da situação de estudo e trabalho da população em questão foram mais modestas, mas não menos importantes. Destaca-se o aumento da proporção de jovens que se encontram estudando e trabalhando.

Assim como ocorreu com os segmentos etários entre 15 e 17 anos e entre 18 e 24 anos de idade, para os jovens com idade entre 25 e 29 anos, houve mudanças significativas na distribuição da variável **escolaridade**. Entretanto essa melhora não se refletiu em grandes mudanças na composição da variável **situação de estudo e trabalho**. Ainda houve predomínio dos jovens que somente trabalham, e a proporção de jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho ampliou-se.

Permaneceu a elevada proporção de jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho nos três segmentos etários, apesar de ter havido redução ao longo do período. No ano de 2014, os jovens com idade entre 15 e 17 anos foram os que apresentaram a menor proporção nessa condição, 5,9%. Já aqueles com idade entre 18 e 24 anos e entre 25 a 29 anos que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho atingiram, aproximadamente, 14,0%. Uma possível explicação para essa realidade, especialmente para os segmentos etários de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, pode ser a presença, principalmente de mulheres, na condição de cuidar dos afazeres domésticos.

Ainda é importante destacar que, para todos os segmentos etários, as categorias que apresentam a condição de estudar, seja de forma isolada, seja compondo as situações de estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho, tiveram aumento nas suas proporções, refletindo que, possivelmente, isso ocorreu pela ampliação do acesso à escola em todos os seus níveis, que se expressa seja na universalização do Ensino Fundamental, seja na ampliação significativa do acesso ao Ensino Médio, seja na notável incorporação juvenil ao Ensino Superior.

No Capítulo 5, são apresentados os resultados da variável **situação de estudo e trabalho**, segundo o sexo, a cor e os grupos de renda familiar para os jovens com idade entre 15 e 29 anos, no período 1993-2014, na RMPA, com o objetivo de analisar as mudanças na composição da variável **situação de estudo e trabalho**.

5 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO DOS JOVENS ENTRE 15 E 29 ANOS: COR, SEXO E GRUPOS DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*

Nos Capítulos 3 e 4, foi possível verificar, nos dados apresentados, que ocorreram mudanças nas distribuições da frequência escolar e nos níveis de escolaridade dos jovens com idade entre 15 e 29 anos, no período 1993-2014, na Região Metropolitana de Porto Alegre, ao longo do tempo. Segundo tais informações, os jovens passaram a frequentar mais a escola e também elevaram sua escolaridade. Outro ponto de destaque é que essas elevações na frequência escolar e nos níveis de escolaridade se refletiram, em alguma medida, numa nova composição da variável **situação de estudo e trabalho** para os jovens no segmento em questão, em especial, para aqueles que se dedicam exclusivamente aos estudos ou conciliam estudo e trabalho e/ou procura por trabalho, acarretando uma maior participação dos jovens nessas categorias.

O segmento etário de 15 a 17 anos, quando se comparam os resultados da distribuição da variável **escolaridade** com os resultados da distribuição da variável **situação de estudo e trabalho** no período 1993-2014, na Região Metropolitana de Porto Alegre, foi o que apresentou mudança mais significativa na composição da variável de situação de estudo e trabalho da população em questão, exibindo um aumento daqueles que somente estudam e, em sentido contrário, uma redução dos que somente trabalham ou procuram trabalho.

Para os jovens com idade entre 18 e 24 anos, apesar da melhora na escolaridade, foi possível ver que as mudanças na composição da variável situação de estudo e trabalho foram mais modestas, mas não menos importantes, destacando-se o aumento da proporção de jovens que conciliam estudo e trabalho.

No caso dos jovens com idade entre 25 e 29 anos, também ocorreram mudanças expressivas na distribuição da variável **escolaridade**, verificando-se uma elevação do nível de escolaridade. Entretanto essa melhora não se refletiu significativamente em grandes mudanças na composição da variável **situação de estudo e trabalho**. Permanece a predominância de jovens que somente trabalham, e elevou-se a proporção daqueles que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho.

Nos três segmentos etários, continuam elevadas as proporções de jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho, ainda que tenha havido reduções ao longo do período.

Cabe ainda se destacar que, conforme já mencionado no final do Capítulo 4, em todos os segmentos etários, as categorias que apresentam a condição de estudar, seja isoladamente, seja compondo as situações de estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho, exibiram aumento nas suas proporções, indicando que, possivelmente, essas mudanças ocorreram pela ampliação do acesso à escola em todos os seus níveis, que se expressa seja na universalização do Ensino Fundamental, seja na ampliação significativa do acesso ao Ensino Médio, seja na notável incorporação juvenil ao Ensino Superior.

Sendo assim, neste capítulo, são apresentados os resultados para a variável **situação de estudo e trabalho**, segundo o sexo, a cor e os grupos de renda familiar, para os jovens com idade entre 15 e 29 anos, no período 1993-2014, na RMPA, com o objetivo de analisar as mudanças na composição da variável **situação de estudo e trabalho**.

Para uma melhor compreensão dos resultados, este capítulo está dividido em duas grandes partes. Na primeira, são apresentados os resultados dos cruzamentos das variáveis **situação de estudo e trabalho** e **sexo** e das variáveis **situação de estudo e trabalho** e **cor**. A segunda parte versa sobre os resultados do cruzamento das variáveis **situação de estudo e trabalho** e **grupos de renda familiar per capita**.

5.1 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO: SEXO E COR

A melhora nos indicadores de escolaridade refletiu-se na situação de estudo e trabalho dos jovens, principalmente daqueles entre 15 e 17 anos e entre 18 e 24 anos. No caso dos jovens entre 25 e 29 anos, nas categorias de situação de estudo e trabalho, continuou, ao longo do tempo, uma predominância deles na condição de somente trabalhar, e ocorreu uma expansão para aqueles que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho.

No caso da escolaridade, houve melhora tanto para os jovens homens quanto para as jovens mulheres, sendo que elas, conforme já visto em outros estudos (DIEESE, 2001, 2008, 2012, 2015b), apresentam escolaridade mais elevada do que a deles, isso ocorrendo independentemente da faixa etária.

No quesito cor, também foi possível perceber melhoras nos níveis de escolaridade, apesar de ainda haver diferenciais significativos entre negros e não negros, de acordo com outros estudos realizados (DIEESE, 2001, 2008, 2012).

Assim, o que se pretende verificar é de que forma comporta-se a variável situação de estudo e trabalho quando combinada com as variáveis sexo e cor. Em outras palavras, será

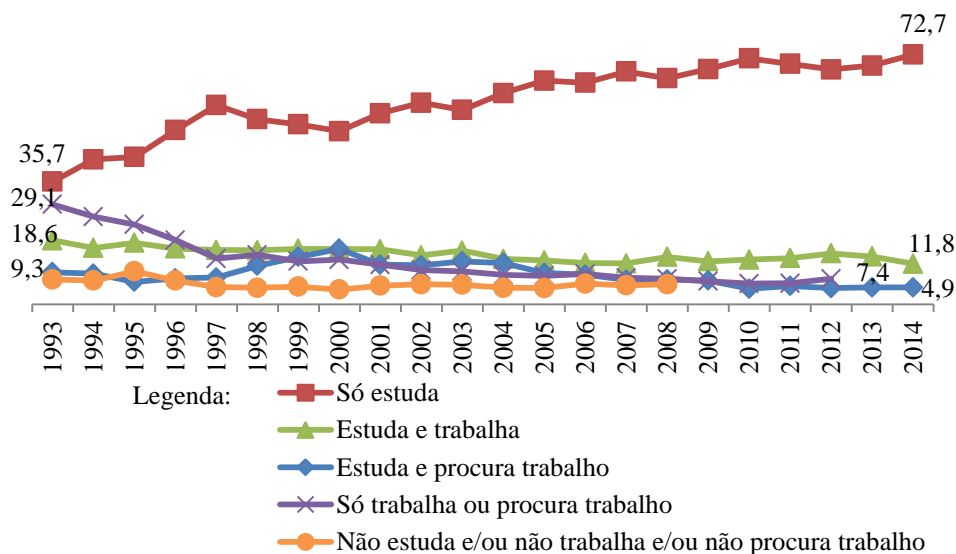
que se têm diferenças significativas entre as jovens e os jovens? E o que acontece com os negros e os não negros?

Para uma melhor compreensão, a análise dos dados é realizada para cada uma das faixas etárias até aqui trabalhadas, ou seja, 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 e 29 anos, considerando o recorte de sexo e, posteriormente, o recorte de cor.

5.1.1 Jovens entre 15 e 17 anos: situação de estudo e trabalho e sexo

No Gráfico 23, tem-se a distribuição dos jovens homens com idade entre 15 e 17 anos segundo a situação de estudo e trabalho, no período 1993-2014, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 23 — Distribuição dos jovens homens com idade entre 15 e 17 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

A ocorrência da situação de somente estudar aumentou significativamente ao longo do tempo, apesar de haver períodos de decréscimos, como o que ocorreu entre 1998 e 2000. No ano de 1993, 35,7% dos jovens homens do segmento etário em questão somente estudavam,

havendo um acréscimo de 37,0 p.p. até 2014, quando 72,7% deles se encontravam nessa condição.

Também é possível observar a pequena redução, mas não menos expressiva, daqueles que estudam e trabalham, passando de 18,6% em 1993 para 11,8% em 2014.

A condição de estudar e procurar trabalho também mostra redução; ainda que, no período entre 1996 e 2000, apresente acréscimos, chegando a atingir, no ano 2000, 16,1% dos jovens homens, finalizando a série com um percentual de 4,9%.

Para os jovens homens que só trabalham ou procuram trabalho, a redução foi bastante expressiva. No início da série, 1993, quase 30,0% dos jovens homens encontravam-se nessa condição. Ao longo dos anos, foi havendo uma migração para outras categorias, chegando, no ano de 2012, a uma proporção de 7,4%¹⁵ (Gráfico 23).

A categoria não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho, para o segmento em questão, apresentou patamares menores, quando comparados aos das demais categorias. Cabe ainda destacar-se que, ao longo do período, ela veio decrescendo, sendo possível sua observação até o ano de 2008.¹⁶

Em resumo, pouco mais de 70,0% dos jovens homens com idade entre 15 e 17 anos encontravam-se na condição de somente estudar, e, apesar da redução, é considerado elevado o percentual de jovens que estudam e trabalham ou procuram trabalho: agregando as duas categorias, verifica-se que pouco mais de 15,0% deles conciliavam estudo e trabalho e/ou procura por trabalho (Gráfico 23).

Assim como ocorre com os jovens homens com idade entre 15 e 17 anos, as jovens mulheres apresentaram acréscimos significativos na condição de somente estudar, passando de 47,1% em 1993 para 73,8% em 2014 (Gráfico 24).

A condição de estudar e trabalhar para as jovens mulheres, diferentemente do que ocorreu para os jovens homens, permaneceu com a mesma proporção, quando comparado os anos de 1993 e 2014: 10,8%.

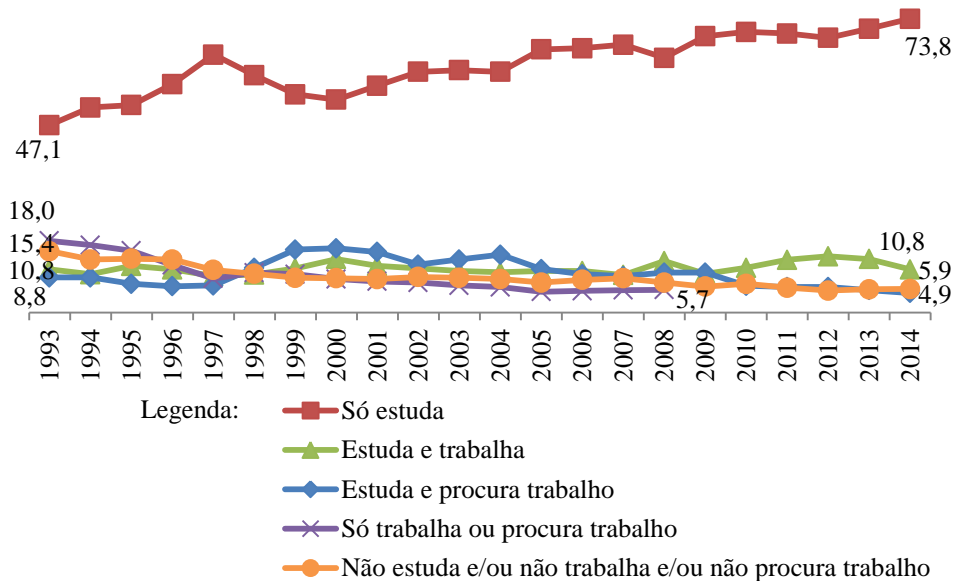
A condição de estudar e procurar trabalho também sofreu redução, ainda que, ao longo do período, tenha mostrado acréscimos, chegando a atingir seu maior pico no ano 2000 — 16,1% das jovens mulheres estavam nessa condição —, finalizando a série com um percentual de 4,9%. No ano de 2014, a categoria em questão, tanto para os homens jovens quanto para as mulheres jovens, apresentou a mesma proporção, ou seja, 4,9%.

¹⁵ Por problemas de amostra, não foi possível obter percentuais para os anos de 2013 e 2014. Para ter maiores detalhes sobre essa falta, ver o Capítulo 2.

¹⁶ Para os demais anos, não foi possível obter resultados, devido à pequena amostra para a categoria em questão. Para ter maiores detalhes sobre isso, ver o Capítulo 2.

Para as jovens mulheres que só trabalham ou procuram trabalho, a redução foi expressiva. No início da série, em 1993, aproximadamente, 15,0% das jovens mulheres encontravam-se nessa condição. Ao longo dos anos, foi havendo uma migração para outras categorias, chegando, no ano de 2008, a uma proporção de 5,7%.¹⁷

Gráfico 24 — Distribuição das jovens mulheres com idade entre 15 e 17 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FORNTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

Conforme pode ser visto no Gráfico 24, a categoria não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho apresentou redução ao longo da série. Entretanto, considerando todo o período, quando comparadas com os jovens homens, as jovens mulheres sempre obtiveram percentuais mais elevados. Em 1993, para as jovens, o patamar era de 15,4%, decrescendo para 5,9% em 2014. Salienta-se que a condição de somente cuidar dos afazeres domésticos foi agregada à categoria em análise e é ela que, provavelmente, fez com que a proporção de

¹⁷ Por problemas de amostra, não foi possível obter percentuais para os anos de 2013 e 2014. Para ter maiores detalhes, ver o Capítulo 2.

jovens mulheres que não estudam e/ou não trabalham e/ou não procuram trabalho tenha sido elevada.¹⁸

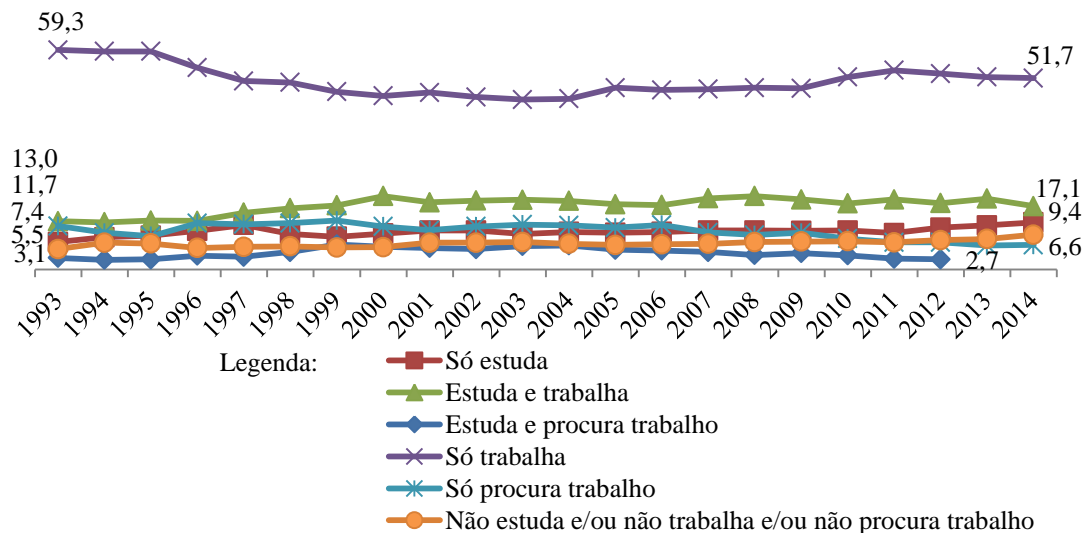
Em suma, assim como ocorreu com os jovens homens, entre as jovens mulheres houve uma predominância das que somente estudam. Entretanto, semelhantemente ao que ocorreu com eles, foi elevado o percentual de jovens mulheres que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho: pouco mais de 15,0% delas estavam nessa condição.

Cabe destacar-se que, assim como aconteceu com os indicadores frequência escolar, média de anos de estudo e níveis de escolaridade, onde as jovens mulheres estavam em condição mais favoráveis do que os jovens homens, elas apresentaram maior presença na condição de somente estudar do que eles para o segmento etário em questão.

5.1.2 Jovens entre 18 e 24 anos: situação de estudo e trabalho e sexo

O Gráfico 25 expõe a situação de estudo e trabalho dos jovens homens com idade entre 18 e 24 anos, no período 1993-2014, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 25 — Distribuição dos jovens homens com idade entre 18 a 24 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

¹⁸ Não foi possível analisar a categoria somente cuida dos afazeres domésticos, pois a amostra não permite a desagregação para a categoria em questão. Para obter maiores informações, ver o Capítulo 2.

Diferentemente do ocorrido com os jovens homens na faixa etária de 15 a 17 anos, onde houve predominância dos que somente estudam, no caso dos jovens homens na faixa etária de 18 a 24 anos, o que se verifica é a presença de pouco mais da metade deles na condição de somente trabalhar. No período em questão, é possível perceber que, até 1995, houve uma relativa estabilidade, atingindo patamares de, aproximadamente, 60,0% dos jovens dedicados ao trabalho. A partir de 1996, passaram a ocorrer decréscimos e pequenas oscilações, retomando o aumento novamente no ano de 2010 e encerrando a série com um percentual de 51,7%.

Como exceção das categorias estuda e procura trabalho e só procura trabalho, houve acréscimos para as demais categorias.

O maior acréscimo foi registrado para aqueles que somente estudam, cuja proporção era de 7,4% no início da série e atingiu, no ano de 2014, aproximadamente, 13,0% dos jovens homens com idade entre 18 e 24 anos.

É expressivo o crescimento daqueles que conciliam estudo e trabalho. Comparando-se os anos de 1993 e 2014, o acréscimo foi de 4,1 p.p., representando 17,1% dos jovens.

Já é possível afirmar que a dedicação ao estudo, trabalhando ou não, abarca uma proporção significativa dos jovens. Pouco mais de 30,0% deles estavam frequentando a escola. Com certeza, as políticas de acesso e de financiamento dos estudos contribuíram para essa condição, como o Prouni e o Fies.

Por outro lado, ainda é preocupante o percentual de jovens homens na faixa etária em análise que se encontram na condição de não estudar e/ou não trabalhar e/ou não procurar trabalho. Ainda que tenha havido pequenas oscilações ao longo do período, quando se compara 1993 com 2014, o período encerra com um acréscimo de 3,9 p.p., ou seja, no ano de 2014, aproximadamente, 10,0% dos jovens estavam nessa condição.

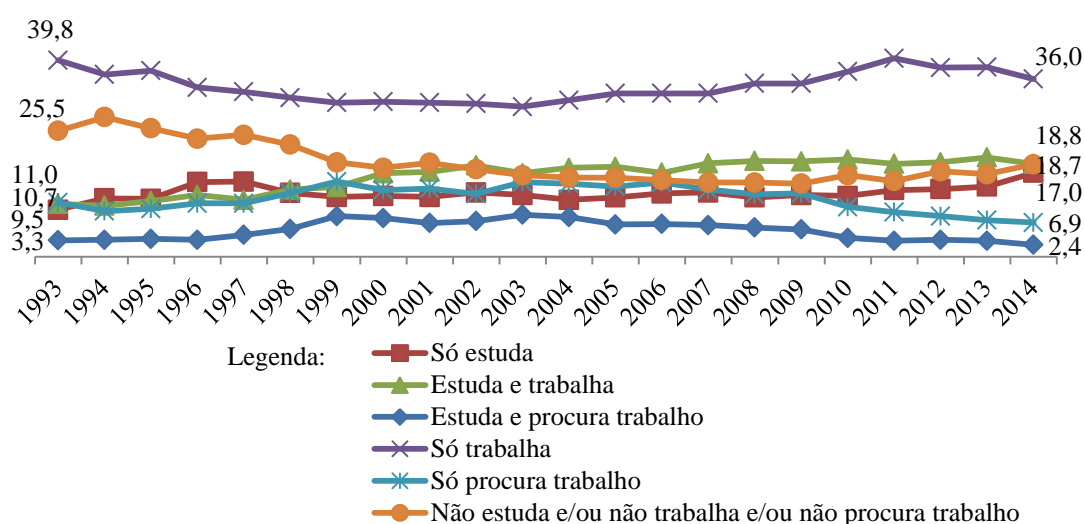
Para as jovens mulheres com idade entre 18 e 24 anos, assim como ocorreu com os homens, sua predominância recaiu na categoria das que somente trabalham. Entretanto sua presença foi inferior à verificada para os homens. Pouco mais de 35,0% das jovens mulheres dedicavam-se somente ao trabalho. Ao longo da série, houve uma pequena redução, com períodos de oscilações (Gráfico 26).

Ainda assim, para elas, a dedicação somente aos estudos cresceu ao longo dos anos e chegou, em 2014, a um patamar de 17,0%, percentual acima do verificado para os homens do mesmo segmento etário.

A condição de estudar e trabalhar teve presença marcante das mulheres e também se expandiu ao longo dos anos. Enquanto 17,1% dos homens se dedicavam aos estudos e ao trabalho, 18,8% das jovens mulheres estavam nessa categoria no ano de 2014.

A procura por trabalho mesmo estudando também é uma condição que vem perdendo representatividade entre as mulheres. Ao longo da série, é possível verificar proporções mais elevadas nessa condição, atingindo, em 2003, 8,5% delas. Porém, a partir de 2004, ocorreram reduções, restringindo-se, em 2014, a apenas 2,4% das jovens mulheres.

Gráfico 26 — Distribuição das jovens mulheres com idade entre 18 a 24 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

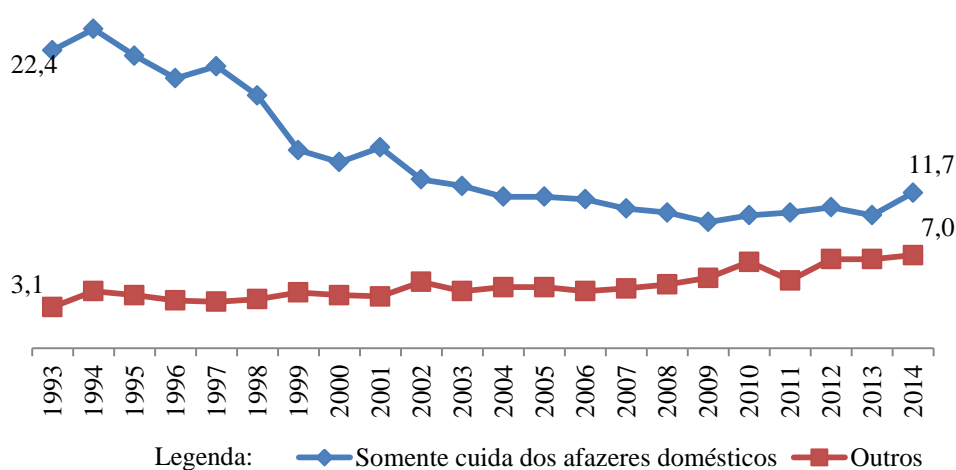
NOTA: Dados em percentual.

Se se considerar a condição de estudo, independentemente de somente estudar, estudar e trabalhar ou estudar e procurar trabalho, pode-se afirmar que, no ano de 2014, quase 40,0% das jovens mulheres estavam estudando. Esse percentual é superior ao encontrado para os jovens homens, o qual, no mesmo ano, atingiu pouco mais de 30,0%.

Apesar da redução da condição de não estudar e/ou não trabalhar e/ou não procurar trabalho para as jovens mulheres ao longo dos anos, era elevada a presença delas nessa condição: em 2014, aproximadamente, 20,0% das jovens mulheres nessa faixa etária não estudavam e/ou não trabalhavam e/ou não procuravam trabalho. Cabe destacar-se que, nessa categoria, está contida a condição de apenas cuidar dos afazeres domésticos. Sendo assim, no

Gráfico 27, é possível constatar a presença marcante de jovens mulheres com idade entre 18 e 24 anos que se dedicam a cuidar dos afazeres domésticos, mas não é permitido desprezar a proporção de jovens que se encontram em outras condições não classificadas pela pesquisa e que também apresentaram elevação em praticamente todo o período.

Gráfico 27 — Proporção de jovens mulheres com idade entre 18 e 24 anos segundo situações de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

5.1.3 Jovens entre 25 e 29 anos: situação de estudo e trabalho e sexo

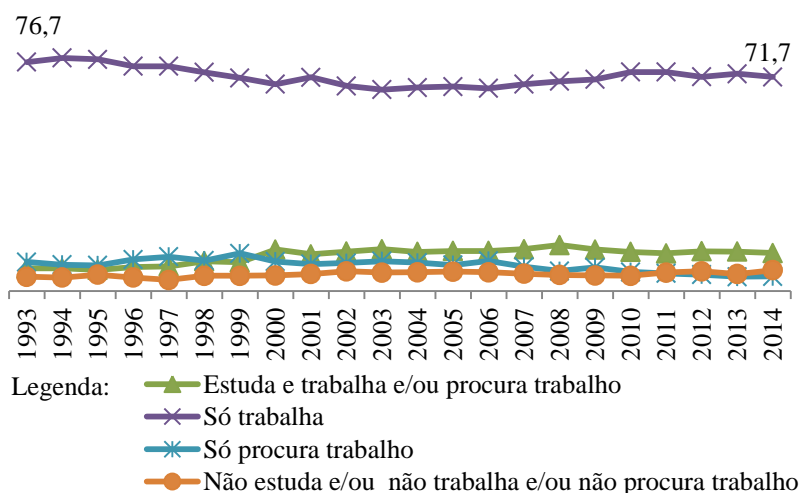
Através do Gráfico 28, vislumbra-se a situação de estudo e trabalho dos jovens homens com idade entre 25 e 29 anos, no período 1993-2014, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Entre os jovens homens com idade de 25 a 29 anos, houve presença expressiva na condição de somente trabalhar, apesar de a mesma ter apresentado redução, quando comparados os anos de 1993 e de 2014. Em 2014, pouco mais de 70,0% deles estavam dedicados a somente trabalhar.

A combinação de estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho atingiu, em 2014, aproximadamente, 13,0% dos jovens homens na faixa etária em questão, sendo essa proporção quase o dobro da verificada no primeiro ano da série, que foi de 7,6%.

A proporção de jovens homens que estão na situação de não estudar e/ou não trabalhar e/ou não procurar trabalho, apesar de não muito elevada, atingiu 7,0% no ano de 2014.

Gráfico 28 — Distribuição dos jovens homens com idade entre 25 e 29 anos segundo situações de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analise/ped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

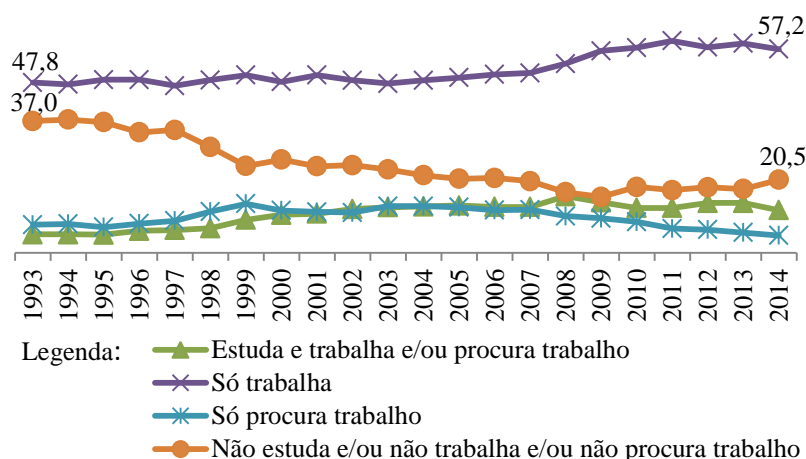
NOTA: Dados em percentual.

Diferentemente do que ocorreu com os jovens homens na faixa etária de 25 a 29 anos de idade, para as jovens mulheres, no mesmo segmento etário, a dedicação somente ao trabalho apresentou menor participação, ou seja, enquanto, aproximadamente, 70,0% dos jovens homens se dedicavam a trabalhar, as jovens mulheres, no ano de 2014, atingiram o percentual de 57,2% (Gráfico 29). É importante salientar que essa participação vem aumentando ao longo da série em estudo, apesar da pequena redução ocorrida nos últimos anos.

No ano de 2014, a combinação de estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho atingiu 12,0% das jovens mulheres na faixa etária em questão, sendo essa proporção mais que o dobro da verificada para o primeiro ano da série, que foi de 5,2%.

Foi elevada a participação delas na condição de não estudar e/ou não trabalhar e/ou não procurar trabalho, ainda que tenha havido significativa redução na sua proporção. Em 1993, quase 40,0% das jovens mulheres encontravam-se na condição em análise, atingindo, em 2014, 20,5%.

Gráfico 29 — Distribuição das jovens mulheres com idade entre 25 e 29 anos segundo situações de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



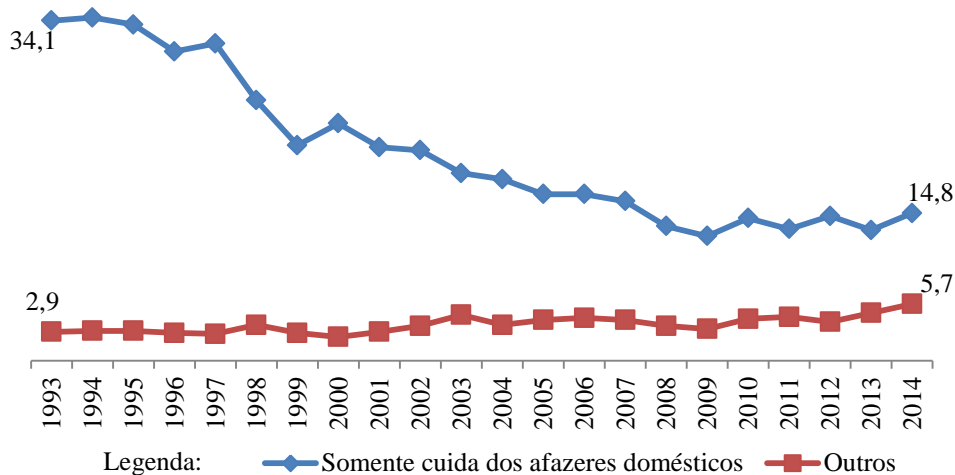
FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analise/ped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

Assim como aconteceu com as jovens mulheres de 18 a 24 anos, houve presença significativa de mulheres que apenas se dedicavam a cuidar dos afazeres domésticos. De acordo com o Gráfico 31, ainda que se verificasse redução ao longo dos anos, no início da série pouco mais 1/3 das mulheres dedicava-se apenas aos afazeres domésticos, enquanto, em 2014, as jovens nessa condição representavam quase 1/6 do total. Também como ocorreu com as jovens mulheres de 18 a 24 anos, não é desprezível a proporção das jovens com idade entre 25

e 29 anos que estavam classificadas como **outros**, categoria esta que abarcou, em 2014, quase 6,0% das jovens na faixa etária em questão.

Gráfico 30 — Proporção de jovens mulheres com idade entre 25 e 29 anos que não estudam e/ou não trabalham e/ou não procuram trabalho, segundo suas categorias, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

Nesta secção foi possível verificar uma predominância de jovens, tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino, para o segmento etário entre 15 e 17 anos, na condição de somente estudar, e, apesar da redução, é considerado elevado o percentual de jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho.

Para as jovens e os jovens com idade entre 18 e 24 anos, há uma predominância na condição de somente trabalhar, sendo mais expressiva entre os jovens homens – pouco mais da metade deles estavam nesta condição, contra pouco mais de 35,0% delas dedicando-se somente ao trabalho. A condição de estudar, independentemente de somente estudar, estudar e trabalhar ou procurar trabalho abarca pouco mais de 30,0% deles e quase 40,0% delas.

Entre as jovens e os jovens que estão na faixa etária de 25 a 29 anos há um predominância, assim como aqueles entre 18 e 24 anos, que estão dedicados a somente trabalhar. Entretanto, para elas, ainda que tenha havido aumento na participação ao longo do período analisado, sua presença atinge quase 60,0% contra pouco mais de 70,0% deles. A

combinação de estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho vem aumentando para ambos e atinge, aproximadamente, 13,0% para eles e 12,0% para elas.

A condição de não estudar e/ou não trabalhar e/ou não procurar trabalho é presença marcante entre as mulheres, apesar de ter havido redução ao longo do período analisado, sendo mais expressivas para as jovens entre 18 e 24 anos e 25 e 29 anos. Cabe ainda destacar que a elevada participação na categoria em questão é em decorrência da presença mais intensa a dedicação de apenas aos afazeres domésticos.

5.1.4 Jovens entre 15 e 17 anos: situação de estudo e trabalho e cor

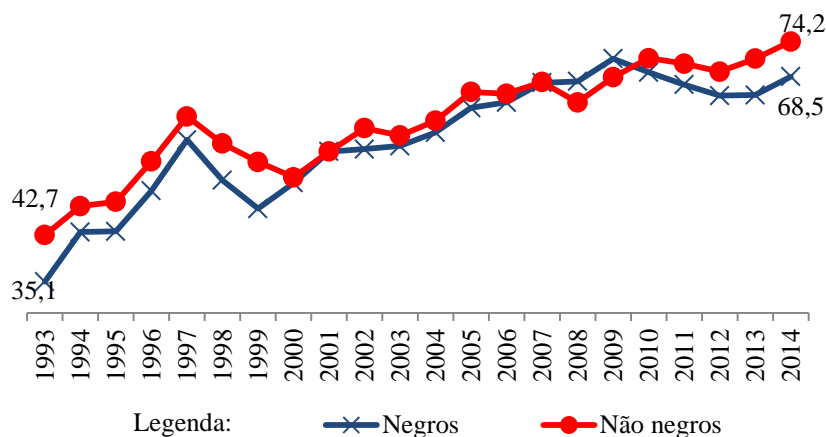
No Gráfico 31, é possível verificar que houve crescimento da proporção de jovens negros e não negros que se dedicam somente aos estudos. Na maior parte do período, os não negros estiveram mais dedicados à escola do que os negros. O que é importante destacar para os segmentos em questão é que o diferencial entre negros e não negros vem diminuindo ao longo dos anos. Em 1993, a diferença era de 7,6 p.p., chegando, em 2014, a 5,7 p.p..

Também é importante salientar-se que, para ambos, há um aumento expressivo de jovens somente estudando. Os jovens negros somente estudando, que, no início da série, apresentavam uma proporção de 35,1%, alcançaram, no ano de 2014, 68,5%, representando um acréscimo de 33,4 p.p..

Para os não negros, o acréscimo foi um pouco menor, mas não menos importante. Em 1993, a proporção de jovens não negros só estudando era de 42,7%, contra 74,2% em 2014. Conforme assinalado no Capítulo 3, não será possível analisar as outras categorias da variável situação de estudo e trabalho para negros e não negros por causa do tamanho da amostra.¹⁹

¹⁹ Para obter maiores informações, ver o Capítulo 2.

Gráfico 31 — Proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos que somente estudam segundo a cor, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analise-ped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

O que possível afirmar é que, ao longo dos anos, tanto os jovens negros como os jovens não negros com idade entre 15 e 17 anos ampliaram sua presença na escola.

5.1.5 Jovens entre 18 e 24 anos: situação de estudo e trabalho e cor

Para os jovens negros com idade entre 18 e 24 anos, é possível observar que existe uma predominância de indivíduos na condição de só trabalhar ou procurar trabalho, conforme pode ser visto no Gráfico 32.

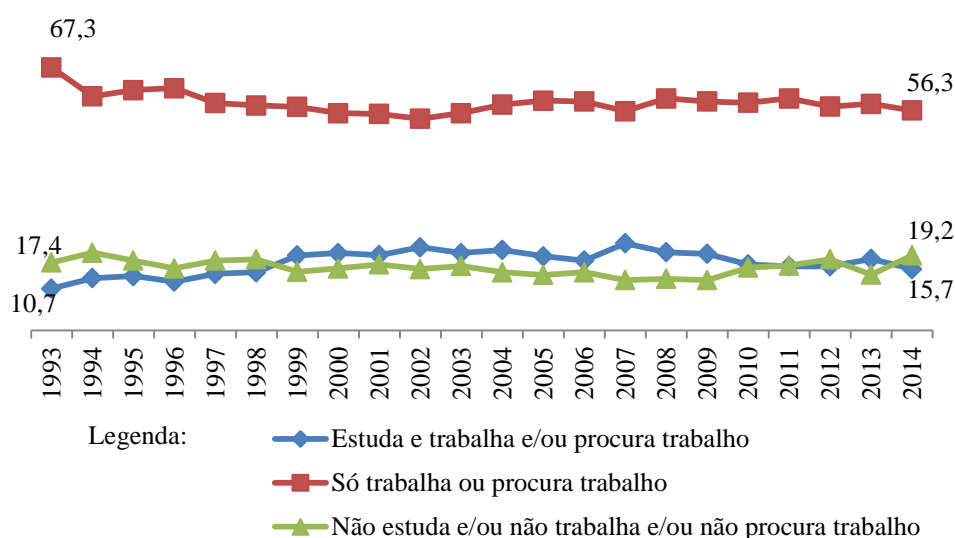
No ano de 1993, 67,3% dos jovens negros na idade em questão encontravam-se trabalhando ou procurando trabalho, percentual que alcançou, em 2014, 56,3%.

A condição de estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho ampliou-se em, praticamente, todo o período em análise, chegando, em 2014, a atingir, aproximadamente, 16,0% dos jovens negros.

Nessa faixa etária, o que mais chama atenção é a elevada proporção de jovens negros que não estudavam e/ou não trabalhavam e/ou não procuravam trabalho. Cerca de 20,0% deles estavam nessa condição no ano de 2014. Pelo alto percentual, uma das hipóteses

prováveis é a de que haja uma predominância de mulheres que apenas cuidam dos afazeres domésticos, já que, no item 5.1.2, foi possível verificar que, no ano de 2014, aproximadamente, 12,0% das jovens mulheres entre 18 e 24 anos se encontravam nessa condição.

Gráfico 32 — Distribuição dos jovens negros com idade entre 18 a 24 anos segundo situações de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTES DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

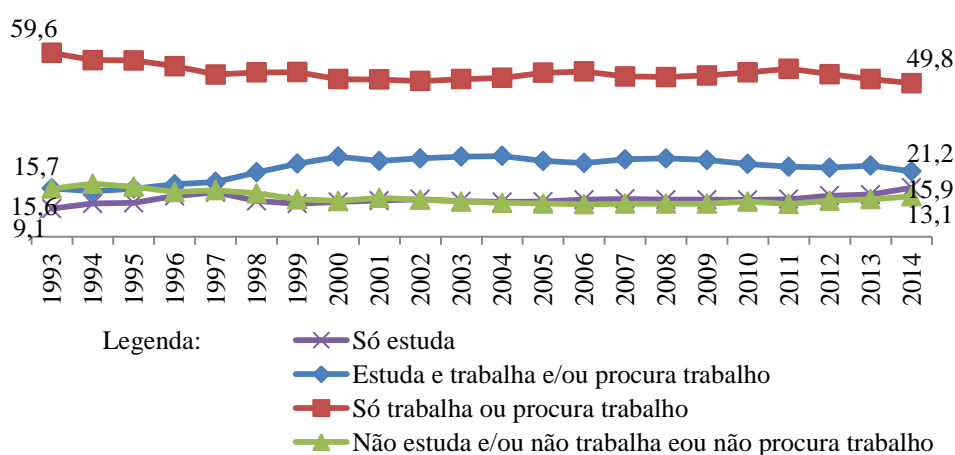
A condição dos jovens não negros é um pouco semelhante à dos jovens negros na faixa etária de 18 a 24 anos. Existe uma predominância de jovens não negros na condição só trabalha e/ou procura trabalho, assim como ocorreu com os jovens negros. Aproximadamente 50,0% deles estavam na condição em análise, no ano de 2014, apontando uma redução de quase 10 p.p., quando comparado com o percentual do ano de 1993 (Gráfico 33).

A dedicação aos estudos e trabalho e/ou procura por trabalho abarcava pouco mais de 20,0% dos jovens não negros no ano de 2014, percentual este inferior ao registrado para os jovens não negros, que foi de 16% no mesmo ano, sendo possível verificar uma trajetória de crescimento até o ano de 2000, passando a apresentar pequenas oscilações até o ano de 2014.

No caso da condição de não estudar e/ou não trabalhar e/ou não procurar trabalho, cabe dizer que seus percentuais foram menores para os não negros do que para os negros.

Enquanto o percentual dos negros nessa condição atingiu, em 2014, 19,2%, o dos não negros ficou em 13,1%. Para ambos os segmentos, essas proporções são consideráveis e, assim como se supõe estar acontecendo com os negros, uma possível hipótese é a de que pode haver uma predominância de mulheres não negras que apenas cuidam dos afazeres domésticos.

Gráfico 33 — Distribuição dos jovens não negros com idade entre 18 a 24 anos segundo situações de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTES DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

A condição de somente estudar, no início da série, atingia 9,1% dos jovens não negros com idade entre 18 e 24 anos, e, ao seu final, 15,9% deles estavam nessa condição.

Cabe chamar atenção de que a dedicação ao estudo, seja trabalhando, seja procurando trabalho, apresentou incrementos tanto para negros quanto para não negros. Entretanto, assim como ocorreu com os indicadores frequência escolar, média de anos de estudo e níveis de escolaridade, os jovens negros encontravam-se em condição menos favorável do que os jovens não negros. As proporções de jovens negros que somente trabalham ou procuram trabalho corroboram tal afirmação, pois a presença deles nessa condição foi maior do que a dos jovens não negros.

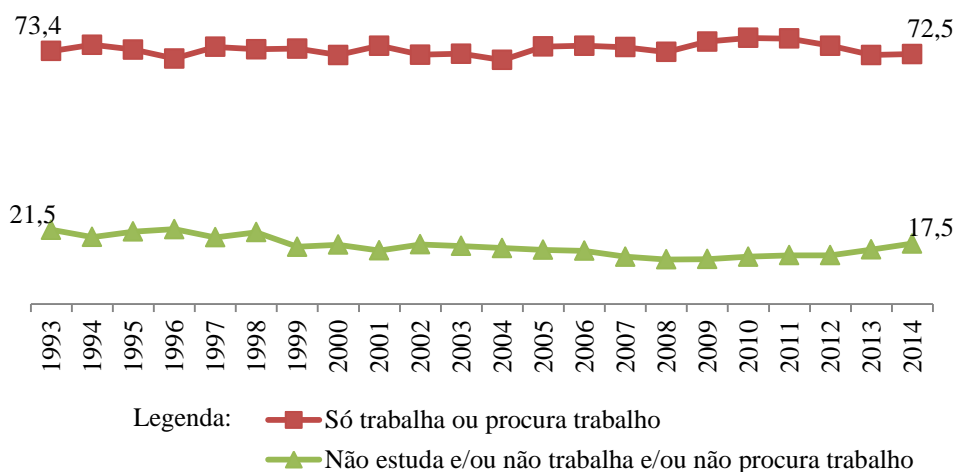
5. 1.6 Jovens entre 25 e 29 anos: situação de estudo e trabalho e cor

Os jovens com idade entre 25 e 29 anos encontravam-se mais expressivamente na condição de só trabalhar ou procurar trabalho tanto entre os negros como entre os não negros.

No caso dos jovens negros, pouco mais de 70,0% dedicavam-se apenas ao trabalho ou à sua procura, mesmo apresentando pequena redução, quando comparado o ano de 1993 com o de 2014.

Assim como ocorreu com os jovens negros com idade entre 18 e 24 anos, houve predominância de jovens negros entre 25 e 29 anos que não estudam, não trabalham ou não procuram trabalho, mesmo apresentando reduções ao longo do período analisado. Em 2014, 17,5% dos jovens em questão encontravam-se nessa condição (Gráfico 34), também podendo presumir-se que exista uma proporção de mulheres negras que se dedica aos afazeres domésticos (DIEESE, 2012).

Gráfico 34 — Distribuição dos jovens negros com idade entre 25 a 29 anos segundo categorias de situação de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014

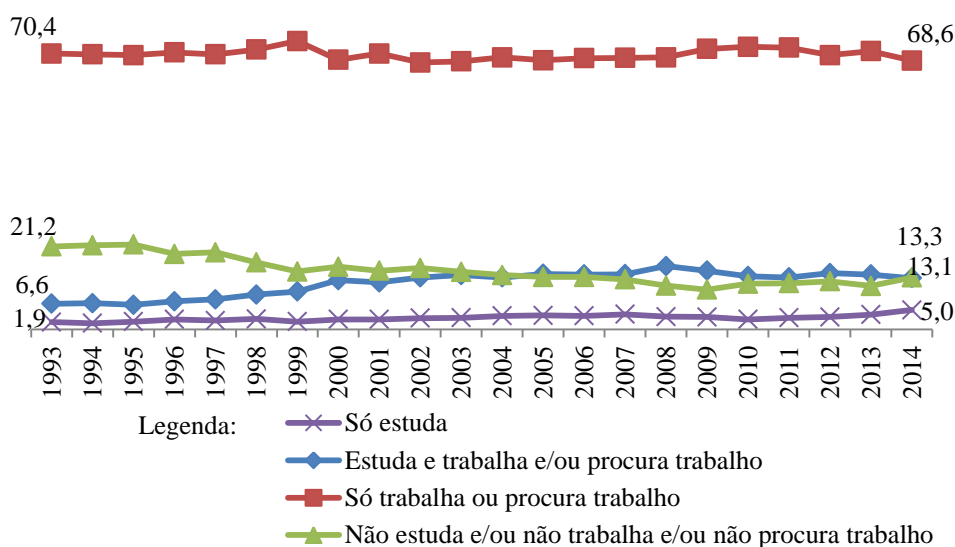


FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

O percentual de jovens não negros na faixa etária entre 25 e 29 anos na condição de só trabalhar ou procurar trabalho é um pouco inferior ao dos jovens negros com a mesma idade, mas não menos expressivo. No ano de 2014, 68,6% estavam nessa categoria (Gráfico 35).

Gráfico 35 — Distribuição dos jovens não negros com idade entre 25 a 29 anos segundo situações de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

Houve redução de tamanho da categoria não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho para os jovens não negros na faixa etária em questão. Mesmo assim, no ano de 2014, 13,3% deles estavam nessa condição, e ainda é possível perceber-se que, em comparação com o ano de 2013, ocorreu um pequeno acréscimo de 2,2 p.p.. Assim como aconteceu com os jovens negros com idade entre 25 e 29 anos, considerando os jovens não negros na mesma faixa etária, também é possível acreditar que haja predominância de mulheres, nessa categoria, que se dedicam aos afazeres domésticos.

A presença de jovens não negros com idade entre 25 e 29 anos estudando e trabalhando e/ou procurando trabalho é expressiva e, ainda que, no ano de 2009, apresente a maior proporção (16,2%), atingiu, no ano de 2014, 13,1% dos jovens não negros. Quando comparado o último ano com o primeiro ano da série, é possível afirmar que a participação praticamente dobrou.

No caso dos jovens não negros com idade entre 25 e 29 anos, é possível serem verificados não somente a presença, mas também o aumento da proporção daqueles que se dedicavam somente aos estudos. No ano de 2014, 5,0% deles somente estudavam.

Em síntese, é possível afirmar que tanto para os jovens negros quanto para os jovens não negros com idade entre 15 e 17 anos, ao longo do período analisado, houve ampliação na participação da categoria somente estudar.

No caso dos jovens com idade entre 18 e 24 anos, há uma predominância deles na condição de somente trabalhar ou procurar trabalho, sendo em maior proporção para os negros (56,3%) do que para os não negros (49,8%): para ambos houve decréscimos de quase 10 p.p. ao longo dos anos. Cabe destacar, que a categoria de estudar e trabalhar e/ou procurar por trabalho, entre os negros abarcou pouco mais de 15,0% e entre os não negros pouco mais de 20,0%. No caso da condição de não estudar e/ou não trabalhar e/ou não procurar por trabalho há uma sobre representação de jovens negros do que de jovens não negros.

No grupo etário entre 25 e 29 anos, tanto para os negros quanto para os não negros, estão majoritariamente na categoria de somente trabalhar ou procurar trabalho, apresentando a mesma condição dos jovens entre 18 e 24 anos. Ou seja, os negros estão em maior parcela do que os não negros se dedicando a trabalhar ou a procurar por trabalho. A condição de somente estudar e/ou trabalhar e/ou procurar por trabalho apresentou reduções tanto para os negros quanto para os não negros. O que é possível inferir é que haja uma predominância de mulheres na condição de cuidar dos afazeres domésticos, independentemente de sua cor.

5.2 SITUAÇÃO DE ESTUDO E TRABALHO: GRUPOS DE RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*

Até aqui, foi possível verificar que os jovens com idade entre 15 e 29 anos, residentes na RMPA, no período entre 1993 e 2014, apresentaram maior presença escolar, elevação nos anos de estudo e nos níveis de escolaridade, melhorando a defasagem entre idade e série. Além disso, o aumento na escolaridade dos jovens impactou as categorias de situação de estudo e trabalho tanto para os jovens homens como para as jovens mulheres, para os jovens negros e para os jovens não negros.

Especificamente nas categorias de situação de estudo e trabalho, verifica-se ampliação nas proporções da categoria somente estuda e estuda e trabalha e/ou procura trabalho, podendo ser inferido que o aumento do acesso à escola em todos os níveis, seja na universalização do Ensino Fundamental, seja na elevação significativa do ingresso no Ensino Médio, seja na entrada no Ensino Superior, pode ter influenciado positivamente o aumento da participação dos jovens nas categorias em questão.

Também é importante destacar-se que as mulheres, em relação aos homens, permaneceram mais presentes frequentando a escola, seja conciliando com o trabalho, seja na procura por um.

Considerando os negros e os não negros, as comparações foram prejudicadas pela falta de amostra para algumas categorias. Mesmo assim, é possível afirmar que, apesar dos avanços nos níveis de escolaridade, os jovens negros encontram-se em menor medida nas condições de somente estudar e estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho do que os jovens não negros.

Nesse sentido, a próxima sessão objetiva trazer informações para subsidiar a análise do que ocorre com a **situação de estudo e trabalho** da população jovem entre 15 e 29 anos em termos dos grupos de renda familiar *per capita*, na Região Metropolitana de Porto Alegre, nos anos de 1993 a 2014.

Primeiramente, são analisadas as médias de anos de estudo e a frequência escolar no ciclo adequado aos segmentos etários de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos dos jovens residentes na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 1993-2014, levando em consideração os grupos de renda familiar *per capita*. Posteriormente, o foco da análise são as mudanças ocorridas na composição da variável situação de estudo e trabalho, considerando os grupos de renda familiar *per capita*.

5.2.1 Diferenciais por grupos de renda *per capita*: anos de estudo e frequência escolar

De acordo com os resultados expostos no **Boletim Juventude Informa** (IPEA; SNJ, 2014) com o tema educação²⁰, os ricos apresentam indicadores educacionais mais favoráveis que os pobres. Cabe destacar-se que o **Boletim** adota as definições de ricos e pobres como sendo, respectivamente, o quinto superior e o quinto inferior da distribuição de renda *per capita*.

A base de dados do estudo é a PNAD do período de 1992 a 2012²¹, e seus resultados são para o Brasil. De qualquer forma, o que foi constatado é que, ao se considerarem os anos de estudo concluídos, o hiato entre ricos e pobres reduz para todos os segmentos etários: 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos.

Ao se analisar a proporção de jovens frequentando o ciclo correto para a sua idade, é possível verificar que o diferencial entre ricos e pobres se destaca. Entre aqueles na faixa etária de 15 a 17 anos, pouco mais de 70% dos ricos encontravam-se no Ensino Médio, e pouco mais de 40% dos pobres estavam na mesma situação. No caso do Ensino Fundamental, a proporção de jovens pobres entre 15 e 17 anos era de 35%, enquanto os ricos no mesmo nível de escolaridade atingiam apenas 10%.

No período analisado pelo Boletim, entre 1995 e 2012, houve redução do diferencial para os jovens de 15 a 17 anos na etapa correta, mas o diferencial entre ricos e pobres no Ensino Fundamental elevou-se. Uma possível justificativa para o que ocorreu consiste no aumento do acesso à escola para os jovens entre 15 e 17 anos, com destaque para os mais pobres.

No caso dos jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos, houve elevação significativa do diferencial entre os ricos e os pobres que frequentam o Ensino Superior.

A proporção dos jovens ricos entre 18 e 24 anos frequentando o Ensino Médio foi maior do que a dos pobres no ano de 1995. Entretanto, ao longo dos anos, houve redução da proporção dos ricos e aumento da dos pobres. Conforme consta no **Boletim Juventude Informa** (IPEA; SNJ, 2014, p. 27), “Mais uma vez esse fenômeno parece condizente com a expansão educacional que, ao favorecer principalmente os mais pobres, significou a inclusão de jovens com defasagem idade/série”.

²⁰ O **Boletim Juventude Informa** é uma publicação do Participatório-Observatório Participativo da Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. O **Boletim** com o tema educação foi lançado em agosto de 2014.

²¹ Nos anos de 2000 e 2010, não há informações da PNAD, uma vez que, nesses anos, houve Censo Demográfico, não ocorrendo a coleta de informações da Pesquisa.

Para os jovens entre 25 e 29 anos, foram observadas as mesmas tendências que as verificadas para os jovens entre 18 e 24 anos. No caso da proporção de jovens de 25 a 29 anos que frequentavam o Ensino Superior, ocorreu aumento do diferencial entre ricos e pobres ao longo do período analisado, indicando que os mais ricos atingiram mais o Ensino Superior do que os mais pobres.

Nesse sentido, com o objetivo de subsidiar a análise do que ocorreu com a **situação de estudo e trabalho** da população jovem entre 15 e 29 anos, em termos dos grupos de renda familiar *per capita*, na Região Metropolitana de Porto Alegre, nos anos de 1993 a 2014, são analisadas as médias de anos de estudo e a frequência escolar no ciclo adequado para os segmentos etários de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, levando em consideração os grupos de renda familiar *per capita*.

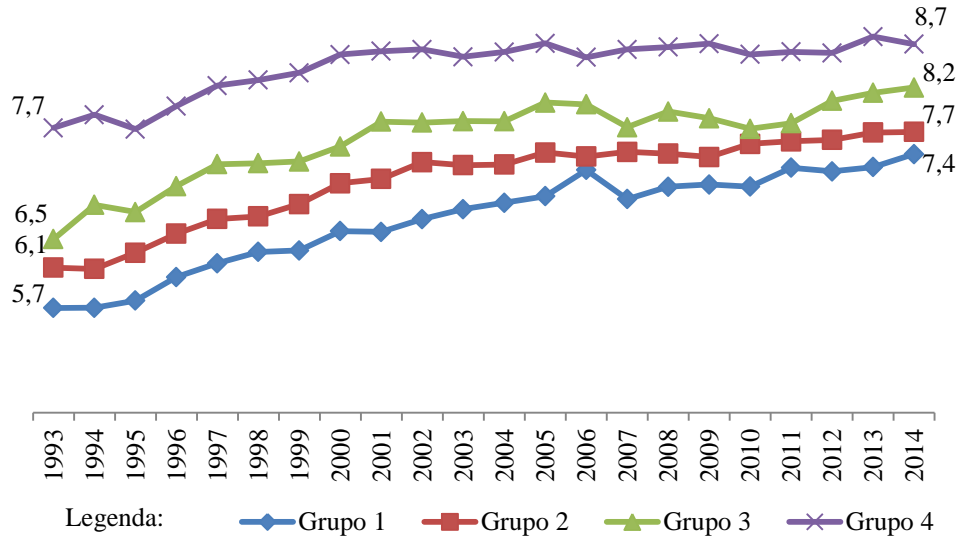
Assim como verificado na publicação **Boletim Juventude Informa** (IPEA; SNJ, 2014), na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período entre 1993 e 2014, os jovens, independentemente da faixa etária e do grupo de renda a que pertencem, apresentaram indicadores educacionais mais favoráveis ao longo dos anos. No que diz respeito aos anos de estudo, é possível verificar que os jovens entre 15 e 17 anos foram os que mais reduziram os diferenciais, quando se consideram os grupos de renda. Assim, para os quatro grupos de renda familiar *per capita*, as médias de anos de estudo, no ano de 2014, aproximaram-se e atingiram os seguintes patamares: 7,4 (Grupo 1), 7,7 (Grupo 2), 8,2 (Grupo 3) e 8,7 (Grupo 4) ²² (Gráfico 36).

Quando se comparam os dados de 1993 com os de 2014, em cada um dos grupos de renda familiar *per capita*, é possível verificar que as médias de anos de estudo se ampliaram mais intensamente para os Grupos 1, 2 e 3, apresentando um incremento de pouco mais de 1,5 ano, sendo que a média de anos de estudo do Grupo 4 se ampliou apenas 0,8 ano.

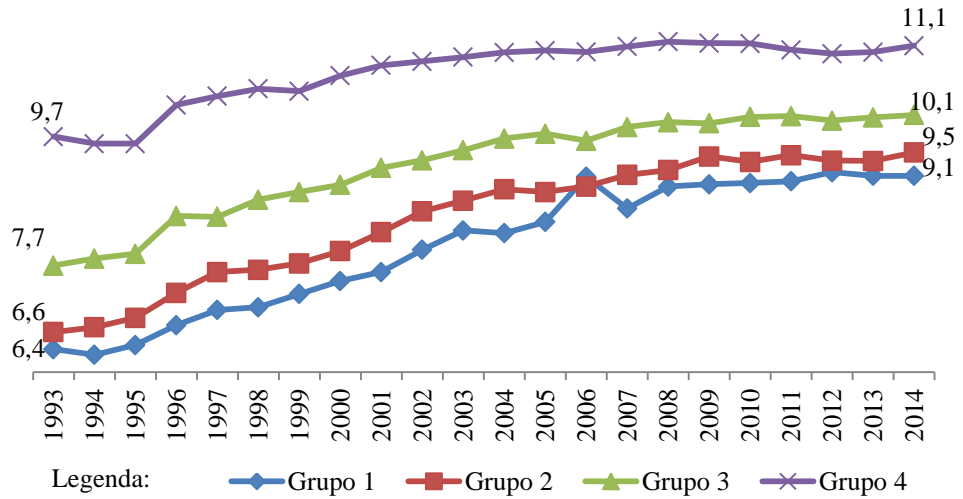
²² Os grupos de renda familiar *per capita* considerados nesta dissertação são: (a) Grupo 1 - 25% das pessoas com menor renda familiar *per capita*; (b) Grupo 2 - 25% das pessoas com renda familiar *per capita* imediatamente superior à do Grupo 1; (c) Grupo 3 - 25% das pessoas com renda familiar *per capita* imediatamente superior à do Grupo 2; (d) Grupo 4 - 25% das pessoas com maior renda familiar *per capita*. Cabe destacar que os beneficiários do programa Bolsa Família encontram-se majoritariamente no Grupo 1 - 25% das pessoas com menor renda familiar *per capita*. Para obter maiores esclarecimentos, ver o Capítulo 2.

Gráfico 36 — Anos de estudo dos jovens, segundo grupos de renda familiar *per capita*, por faixas etárias selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014

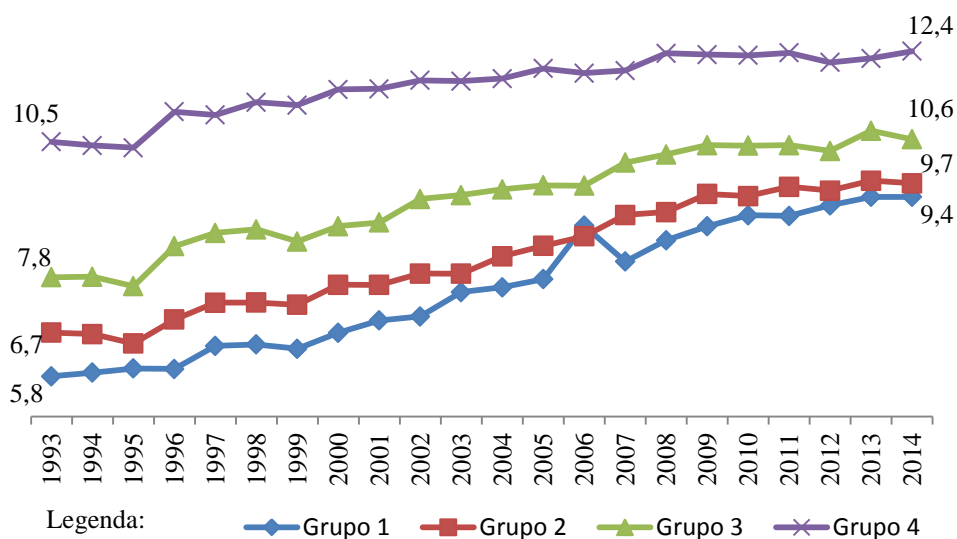
a) 15 a 17 anos de idade



b) 18 a 24 anos de idade



c) 25 a 29 anos de idade



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

Com relação aos jovens com idade entre 18 e 24 anos, também ocorreu aumento dos anos de estudo para os quatro grupos de renda familiar. Entretanto, diferentemente do que aconteceu com os jovens de 15 e 17 anos, não houve aproximação dos anos de estudo entre os quatro grupos de renda. É possível verificar que o Grupo 4, considerado o grupo com maior renda familiar *per capita*, permaneceu apresentando mais anos de estudo e, ainda, diferenciais bem expressivos em relação aos demais grupos, conforme é possível verificar no Gráfico 36.

Assim como o observado para os jovens entre 15 e 17 anos, a ampliação dos anos de estudo ocorreu de forma mais expressiva entre os três primeiros grupos e menos intensamente no Grupo 4. Sendo assim, quando comparados os anos de 1993 e 2014, é possível verificar acréscimos de 2,7 anos (Grupo 1), 2,8 anos (Grupo 2), 2,4 anos (Grupo 3) e de 1,4 ano (Grupo 4) (Gráfico 36).

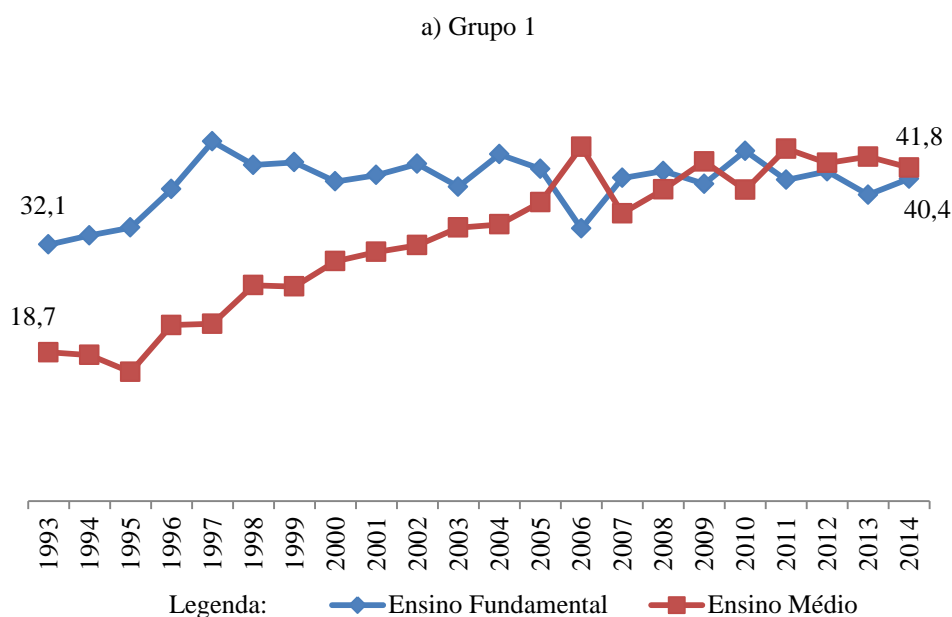
Os anos de estudo dos jovens com idade entre 25 e 29 anos apresentaram comportamentos semelhantes aos dos anos de estudo dos jovens de 18 a 24 anos, ou seja, houve acréscimos nos anos de estudo para os quatro grupos de renda, mantendo-se os diferenciais entre os grupos, sendo que o Grupo 4 exibiu mais anos de estudo ao longo de todo o período e se manteve distante dos demais grupos de renda familiar.

A ampliação dos anos de estudo foi mais expressiva para o jovens pertencentes ao Grupo 1. No ano de 1993, esses jovens apresentavam 5,8 anos de estudo, atingindo, em 2014, 9,4 anos de estudo, correspondendo a um acréscimo de 3,6 anos. No Grupo 4, a média de anos de estudo passou de 10,5 anos em 1993 para 12,4 anos em 2014, obtendo um acréscimo de 1,8 ano (Gráfico 36).

Quando se analisa a proporção de jovens frequentando o ciclo correto para a sua idade, assim como consta no **Boletim Juventude Informa** (IPEA; SNJ, 2014), o diferencial entre os grupos de renda destaca-se.²³

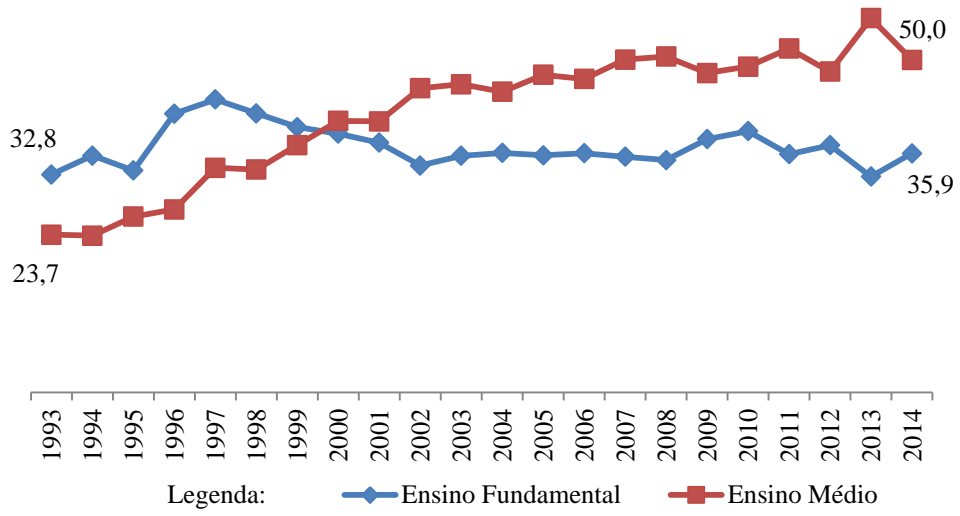
O Gráfico 37 apresenta a proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos cursando o Ensino Fundamental e o Ensino Médio de acordo com o grupo de renda familiar a que pertencem.

Gráfico 37 — Proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos em etapas de ensino frequentadas, segundo grupos de renda familiar *per capita*, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014

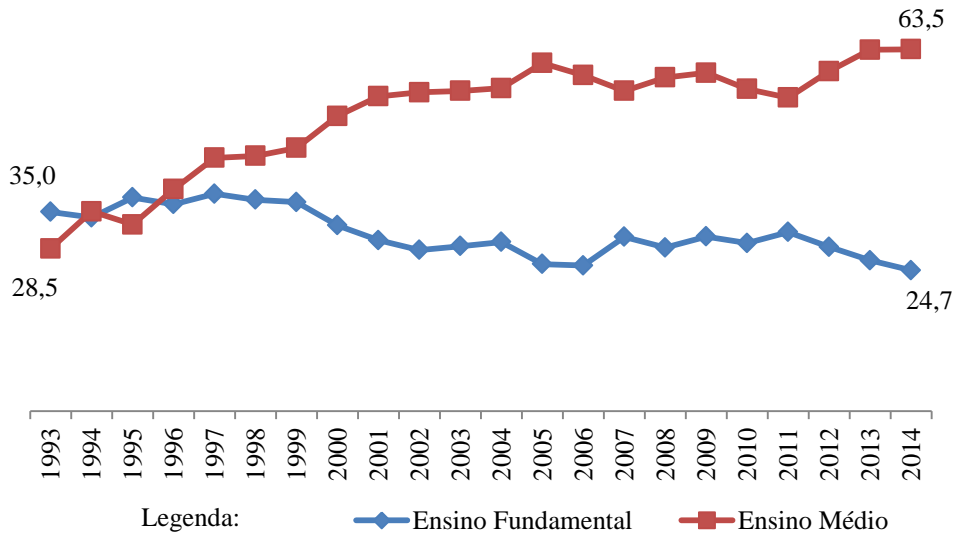


²³ Não será possível apresentar os resultados para os jovens entre 25 e 29 anos, pois a amostra não comporta a desagregação dos níveis de escolaridade entre os grupos de renda. Para ter maiores detalhes, ver o Capítulo 2.

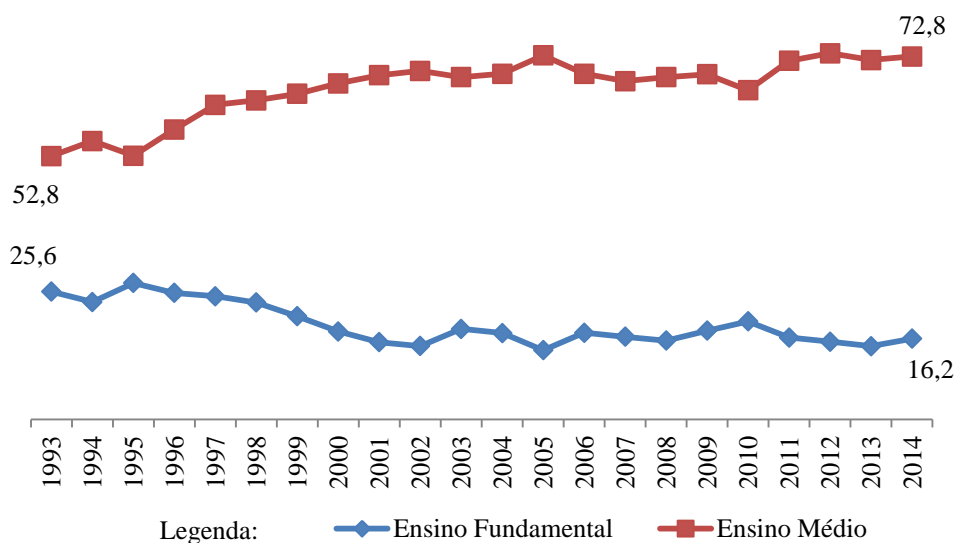
b) Grupo 2



c) Grupo 3



d) Grupo 4



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

Os dados indicam que a proporção de jovens frequentando o Ensino Médio se elevou para os quatro grupos de renda ao longo do período analisado. Porém, somente no Grupo 4, grupo considerado daqueles com rendimentos mais altos, é possível verificar que, em toda a série, a frequência ao Ensino Médio se manteve acima da frequência ao Ensino Fundamental, diferentemente do que ocorreu nos demais grupos, onde, em diferentes períodos de tempo, houve uma inflexão entre a proporção de jovens frequentando o Ensino Fundamental e a proporção de jovens frequentando o Ensino Médio.

As proporções do Grupo 1, conceituado como o grupo com os menores rendimentos familiares, a partir de 2006, aproximaram-se, finalizando a série com 40,4% dos jovens frequentando o Ensino Fundamental e 41,8% frequentando o Ensino Médio.

Ainda, em 2014, entre aqueles na idade entre 15 e 17 anos pertencentes ao Grupo 4, aproximadamente 73,0% encontravam-se no Ensino Médio, e apenas 41,8% dos jovens na mesma idade pertencentes ao Grupo 1 estavam na mesma situação. Além disso, enquanto 40,4% dos jovens entre 15 e 17 anos do Grupo 1 frequentavam o Ensino Fundamental, essa era a situação de apenas 16,2% dos jovens entre 15 e 17 anos do Grupo 4.

Entre 1993 e 2014, pode-se afirmar que houve redução do diferencial entre os Grupos 4 e 1 na etapa correta de ensino relativamente à idade dos jovens, porém o diferencial entre os

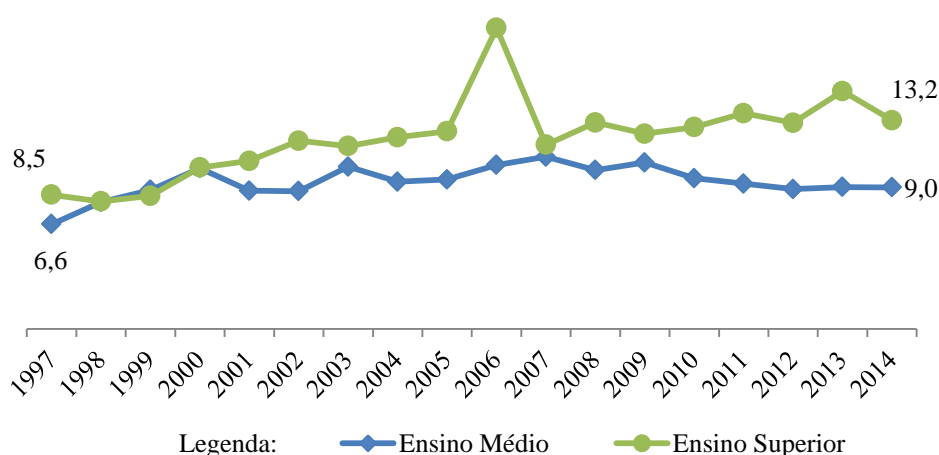
grupos no Ensino Fundamental elevou-se. Os movimentos aqui apresentados, assim como foi sugerido na publicação **Boletim Juventude Informa** (IPEA; SNJ, 2014), consistem no aumento do acesso à escola para os jovens entre 15 e 17 anos, principalmente para o Grupo 1, no período em questão.

Para a faixa etária entre 18 e 24 anos, não foi possível apresentar a proporção deles frequentando o Ensino Fundamental segundo os grupos de renda, por não haver amostra suficiente. Sendo assim, serão apresentadas as proporções de frequência escolar no Ensino Médio e no Ensino Superior, no período de 1997 a 2014²⁴.

No Gráfico 38, verifica-se, para a faixa etária entre 18 e 24 anos, no ano de 2014, que 40,1% dos jovens pertencentes ao Grupo 4 e 13,2% dos jovens pertencentes ao Grupo 1 frequentavam o Ensino Superior, ou seja, a diferença entre os grupos é de pouco mais de 25 p.p.. Além disso, comparando os anos de 1997 e de 2014, o hiato entre os jovens pertencentes ao Grupo 1, de menor renda, e os jovens pertencentes ao Grupo 4, de maior renda, aumentou. No ano de 1997, o diferencial foi de 22,2 p.p., e, em 2014, foi de 26,9 p.p.. Esses resultados estão de acordo com os apresentados no **Boletim Juventude Informa** (IPEA; SNJ, 2014), ou seja, apesar da maior presença de jovens pobres no Ensino Superior, o diferencial entre ricos e pobres elevou-se.

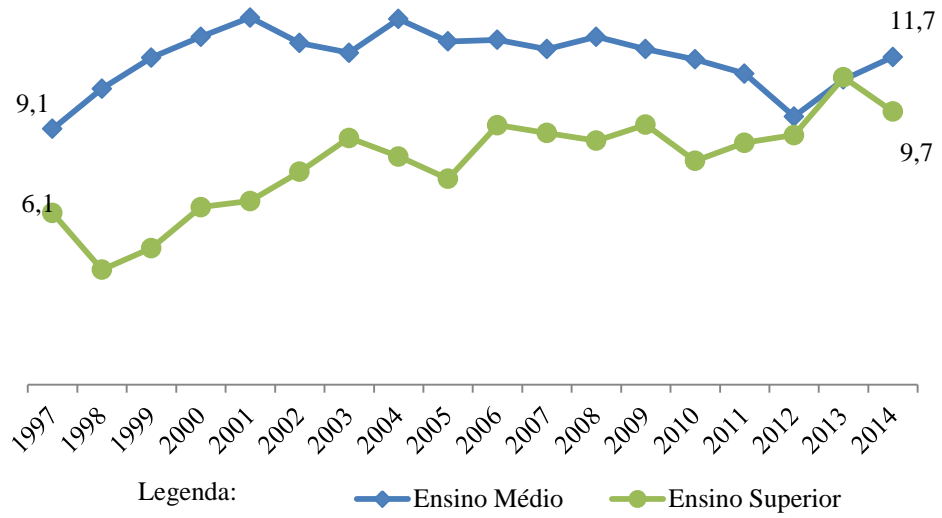
Gráfico 38 — Proporção de jovens com idade entre 18 e 24 anos em etapas de ensino frequentadas, segundo grupos de renda familiar *per capita*, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1997-2014

a) Grupo 1

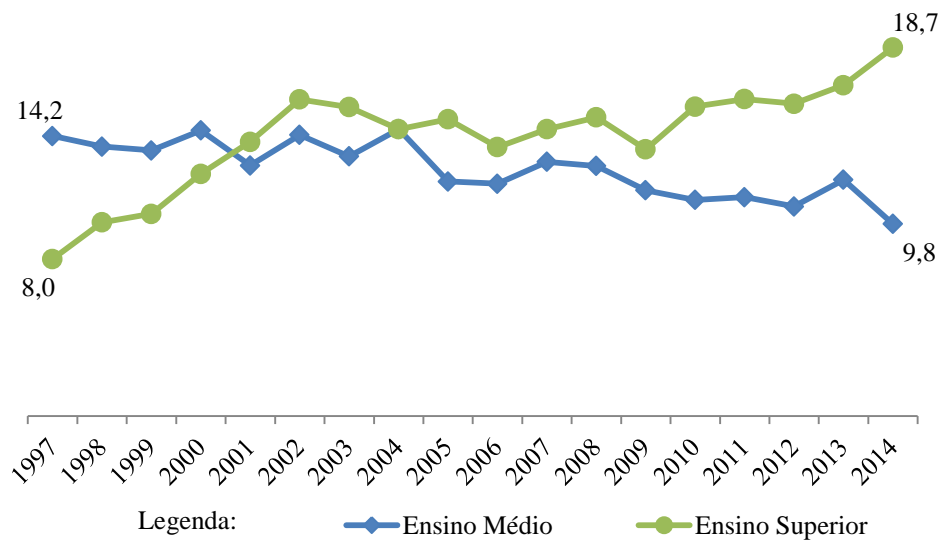


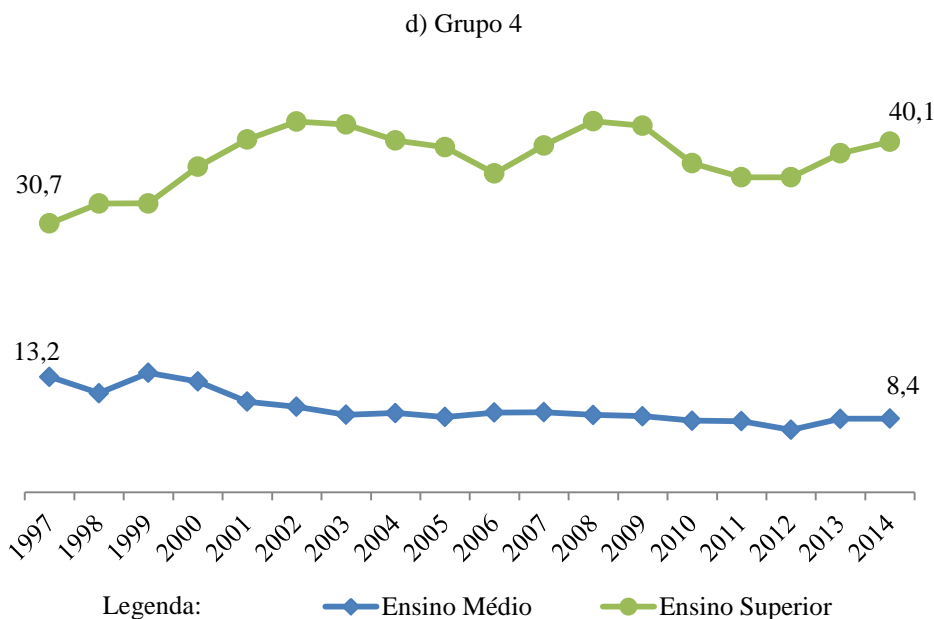
²⁴ Por problemas de amostra, não foi possível obter as proporções para os anos de 1993 a 1996. Para obter mais informações, ver o Capítulo 2.

b) Grupo 2



c) Grupo 3





FORNE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

No caso da frequência ao Ensino Médio, analisando ainda o que ocorreu com os jovens entre o Grupo 1 e o Grupo 4, há um descenso da proporção para os jovens do Grupo 4 e uma tendência de crescimento para os jovens do Grupo 1. Mais uma vez, esse fenômeno parece condizente com a expansão educacional, que, ao favorecer principalmente os jovens pertencentes ao grupo de renda mais pobre, significou a inclusão de jovens com defasagem entre idade e série.

Um destaque deve ser feito para o Grupo 2, onde é possível verificar que, apesar de, nos anos de 2012 e 2013, a frequência ao Ensino Médio e a ao Ensino Superior terem atingido praticamente as mesmas proporções e de, ainda, em 2014, haver um distanciamento, com redução de jovens frequentando o Ensino Superior, ocorreu uma tendência de os jovens atingirem o Ensino Superior, reduzindo a presença no Ensino Médio.

No Grupo 3, houve uma inflexão entre a proporção de jovens que frequentavam o Ensino Médio e aqueles que frequentavam o Ensino Superior. Enquanto, no ano de 1997, apenas 8,0% dos jovens pertencentes ao Grupo 3 frequentavam o Ensino Superior, no ano de 2014, essa proporção atingiu quase 20,0% dos jovens. No caso do Ensino Médio, a redução foi menor, mas não menos importante: 4,4 p.p.. Esse resultado também pode ser atribuído às políticas de acesso ao Ensino Superior, como, por exemplo, o Fies e o Prouni.

5.2.2 Situação de estudo e trabalho e grupos de renda familiar

No item anterior, foi possível constatar que os indicadores educacionais média de anos de estudo e escolaridade frequentada apresentaram comportamentos favoráveis para os segmentos etários de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos nos quatro grupos de renda familiar *per capita*, indicando que as políticas de acesso e de expansão, de alguma forma, impactaram a melhora dos indicadores de frequência escolar e níveis de escolaridade (frequentada ou concluída).

Com o objetivo de verificar o que aconteceu com a **situação de estudo e trabalho** da população jovem entre 15 e 29 anos, em termos dos grupos de renda familiar *per capita*, na Região Metropolitana de Porto Alegre, nos anos de 1993 a 2014, são apresentados os dados, separadamente, para os segmentos etários de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos.

Dessa forma, quer-se verificar quais mudanças na composição da variável **situação de estudo e trabalho** ocorreram ao longo dos anos, quando se consideram os grupos de renda familiar *per capita*.

Cabe destacar-se que a análise é feita para cada um dos grupos de renda familiar, com o objetivo de examinar a evolução das categorias de **situação de estudo e trabalho** de acordo com o grupo de renda a que o jovem pertence. Por exemplo, os jovens com idade entre 15 e 17 anos que pertencem ao Grupo 1 estão distribuídos nas categorias de **situação de estudo e trabalho** em um dado ano, e será verificado como a distribuição nessas categorias evoluiu ao longo do tempo.

5.2.2.1 Jovens de 15 a 17 anos: situação de estudo e trabalho e grupos de renda familiar *per capita*

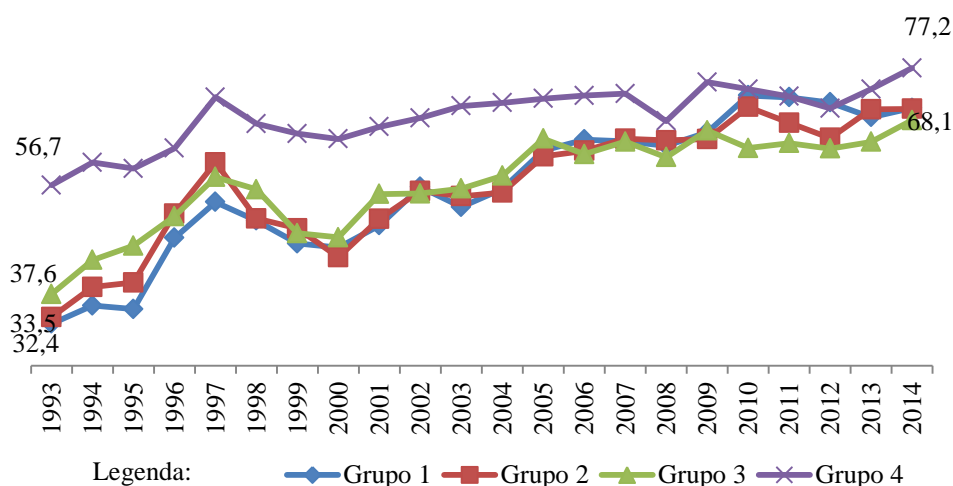
Quanto aos jovens entre 15 e 17 anos de idade residentes na Região Metropolitana de Porto Alegre, será possível analisar apenas a evolução daqueles que somente estudavam no período 1993-2014, pois foi a única categoria que apresentou amostra para desagregação, considerando os quatro grupos de renda *per capita*, para todos os anos da pesquisa.²⁵

No Gráfico 39, é possível verificar que a participação de jovens com idade entre 15 e 17 anos que **somente estudam** aumentou, ao longo do período em análise, para os quatro

²⁵ Para se obterem mais informações sobre essa restrição, ver o Capítulo 2.

grupos, sendo que o Grupo 1 obteve o maior crescimento, ao passar de 31,4% (1993) para 70,2% (2014).

Gráfico 39 — Proporção de jovens com idade entre 15 e 17 anos que somente estudam, segundo grupos de renda familiar *per capita*, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

Esse resultado é positivo, uma vez que demonstra o acréscimo de jovens pertencentes a famílias com menor renda familiar *per capita* que **somente estudam**, ainda que também seja possível verificar acréscimos para os jovens nos demais grupos de renda familiar.

É importante destacar-se que o Grupo 4 (grupo de maior renda familiar *per capita*) foi o que apresentou, em, praticamente, todo o período, as maiores proporções de jovens de 15 a 17 anos que se encontravam na condição de **somente estudar**, chegando, em 2014, a representarem 77,2%. De qualquer forma, nota-se que, ao longo dos anos, o hiato entre os grupos vem-se reduzindo em termos da proporção de jovens que **somente estudam**.

Os resultados aqui apresentados corroboram a elevação dos anos de estudo e da frequência escolar de todos os grupos de renda, ou seja, o crescimento de jovens ingressando na escola refletiu-se no aumento dos anos médios de estudo e no ingresso nas etapas de Ensino Fundamental, para os jovens pertencentes ao grupo de renda mais baixo, e de Ensino Médio, para os demais grupos de renda.

5.2.2.2 Jovens de 18 a 24 anos: situação de estudo e trabalho e grupos de renda familiar *per capita*

A análise dos resultados dos jovens com 18 a 24 anos de idade é realizada, separadamente, para cada um dos grupos de renda familiar *per capita*. Posteriormente, será feito um comparativo entre as categorias mais expressivas e seus respectivos grupos de renda familiar *per capita*.

Jovens de 18 a 24 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 1

O Grupo 1 apresenta a menor renda familiar *per capita*. Nesse grupo, é possível analisar a categoria **somente estuda** e as categorias agregadas **estuda e trabalha e/ou procura trabalho, só trabalha ou procura trabalho e não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho**. Esta última categoria, por conta de sua representação e por abarcar aqueles que se dedicam aos afazeres domésticos, será posteriormente desagregada.

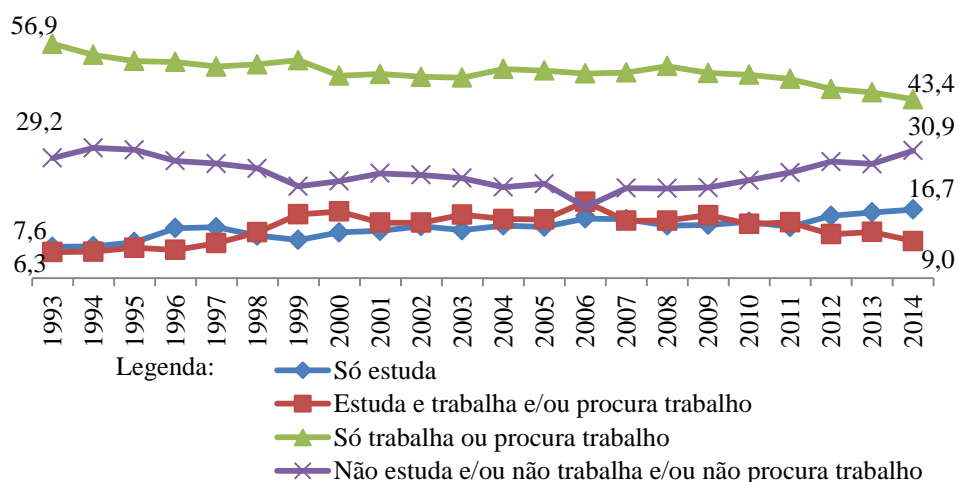
No Gráfico 40, tem-se a distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 1 de acordo com as categorias selecionadas para análise. Consta-se uma predominância daqueles que **somente trabalham e/ou procuram trabalho**, ainda que apresentem tendência de redução. Quando comparado os anos de 1993 e de 2014, observa-se redução de 12,9 p.p., atingindo 43,4% no último ano da série.

A categoria **estuda e trabalha e/ou procura trabalho** apresentou acréscimos ao longo do período; porém, a partir de 2006, mostrou uma tendência de redução, atingindo 9,0% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos em 2014.

A categoria **somente estuda** obteve resultado positivo para os jovens de 18 a 24 anos. Ainda que, entre 1997 e 1999, tenha havido redução dessa proporção, a partir do ano 2000, a trajetória foi de elevação, sendo que o percentual de jovens dessa categoria passou de 7,6% (1993) para cerca de 17,0% (2014).

Outra categoria expressiva é a daqueles que **não estudam e/ou não trabalham e/ou não procuram trabalho**. O interessante, nessa categoria, é que, comparando-se o primeiro ano da série com o último, os percentuais são praticamente os mesmos: 29,9% (1993) e 30,9% (2014), apresentando uma diferença de 1,0 p.p..

Gráfico 40 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 1 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

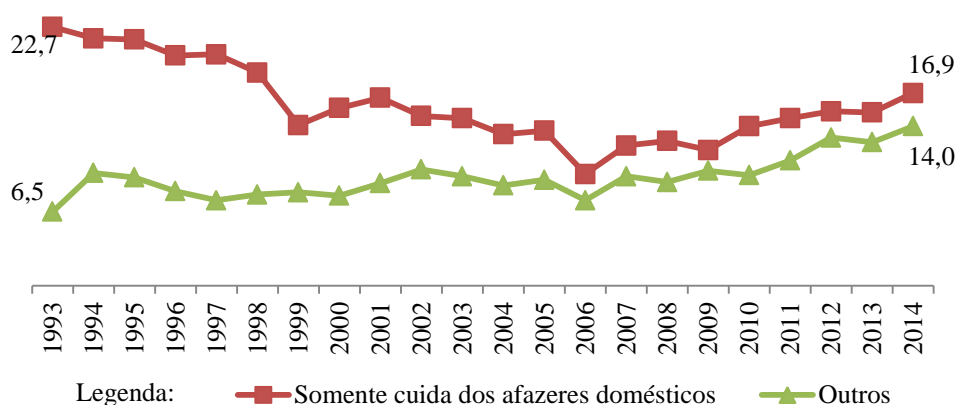
Por ter sido considerada uma categoria com grande presença de jovens de 18 a 24 anos de idade do Grupo 1, é importante desagregar a categoria **não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho**, com o objetivo de verificar o que está contribuindo para esse acréscimo.

No Gráfico 41, têm-se a proporção de jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 1 que se encontram **apenas cuidando dos afazeres domésticos** e a dos que estão em **outras situações** não possíveis de serem classificadas pela pesquisa.

É possível afirmar-se que, ao longo dos anos, a proporção de jovens que apenas cuidavam dos afazeres domésticos vem perdendo presença, ainda que, a partir de 2007, tenha havido uma interrupção da redução, passando a aumentar, mas sem atingir o mesmo nível registrado no início da série. Por outro lado, observa-se um crescimento da categoria **outros**, que representava pouco mais de 6,0% dos jovens em 1993 e alcançou 14,0% em 2014.

Para a categoria **outros**, uma hipótese possível é a de se tratar de um grupo menos favorável, em que parte de seus jovens componentes pode estar envolvida em situações ilícitas, não sendo permitida dedicação aos estudos, ao trabalho ou a procura de trabalho.

Gráfico 41 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 1 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

Jovens de 18 a 24 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 2

O Grupo 2 corresponde ao grupo com renda familiar *per capita* imediatamente superior à do Grupo 1. Para esse grupo, não será possível apresentar os resultados da categoria **somente estuda**,²⁶ pois não houve amostra suficiente para desagregação da categoria em alguns anos da série em análise, prejudicando as possíveis conclusões para o referido grupo.

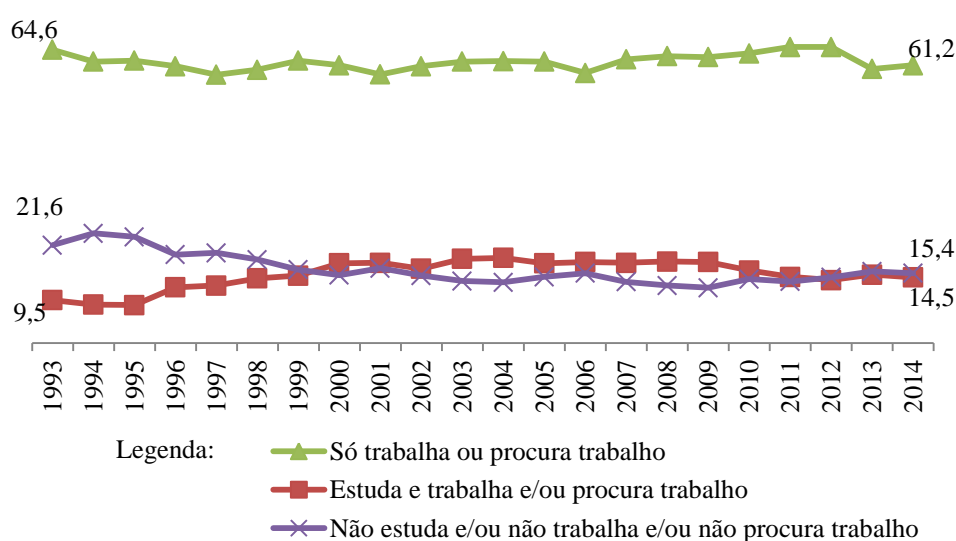
Devido ao que ocorreu com as informações para os jovens de 18 a 24 anos pertencentes ao Grupo 1, foi necessário agregar as categorias **estuda e trabalha e/ou procura trabalho, só trabalha ou procura trabalho e não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho**²⁷.

²⁶ Cabe destacar-se que, no ano de 2014, a proporção de jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 2 que somente estudavam foi de 8,9% (Apêndice E).

²⁷ No caso da categoria **não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho**, não será possível a desagregação, pois a categoria **somente cuida dos afazeres domésticos** não possibilita a divulgação dos resultados para alguns anos da série. Para ter maiores informações, ver o Capítulo 2.

No Gráfico 42, tem-se a distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 2 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período de 1993-2014. Nota-se que existe uma predominância de jovens que se dedicam a **trabalhar ou procurar trabalho**, mesmo que tenha havido leve redução dessa proporção no período em análise (passou de 65,7% em 1993 para 61,2% em 2014).

Gráfico 42 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 2 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FORNE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

A participação na condição de **estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho** teve acréscimos ao longo dos anos. Ainda que tenha havido pequena redução a partir de 2010, pode-se verificar que, no ano de 2014, aproximadamente, 15,0% dos jovens pertencentes ao Grupo 2 estavam nessa condição.

No início da série, pouco mais de 20% dos jovens estavam classificados como **não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho**, e essa proporção atingiu 15,4% no ano de 2014. Apesar da redução ocorrida, ainda é um percentual elevado e que, muito

provavelmente, deve abarcar predominantemente jovens na condição de **somente cuidar dos afazeres domésticos**.

Jovens de 18 a 24 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 3

O Grupo 3 corresponde ao grupo com renda familiar *per capita* imediatamente superior à do Grupo 2. Nesse grupo, diferentemente do que ocorreu com o Grupo 2, será possível apresentar os resultados para a categoria **somente estuda**.

Assim como aconteceu com os jovens de 18 a 24 anos pertencentes ao Grupo 1 e ao Grupo 2, foi necessário agregar as categorias estuda e trabalha e estuda e procura trabalho, passando a ser denominada estuda e trabalha e/ou procura trabalho, e o mesmo ocorreu com as categorias só trabalha e só procura trabalho, passando a ser chamada de só trabalha ou procura trabalho. Já no caso da categoria não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho, como sucedeu com o Grupo 2, não será possível a sua desagregação.

No Gráfico 43, tem-se a distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencente ao Grupo 3 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, entre 1993 e 2014.

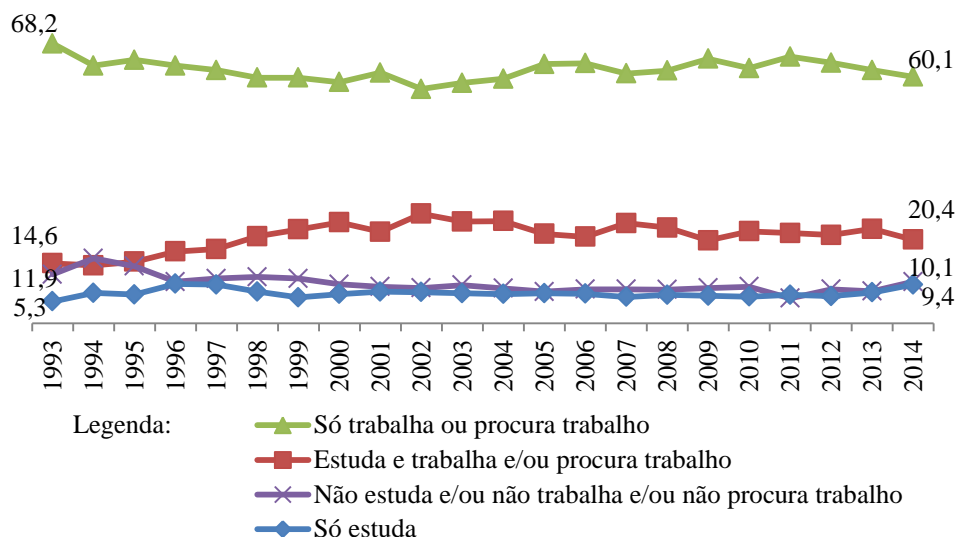
A presença de jovens entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 3 na condição de somente estudar cresceu ao longo da série, atingindo, em 2014, quase o dobro da proporção apresentada no ano de 1993, ou seja, no ano de 2014, quase 10% dos jovens se encontravam somente estudando.

Assim como ocorreu com os jovens do mesmo segmento etário pertencentes ao Grupo 2, houve predominância daqueles que somente trabalham ou procuram trabalho, mesmo que, quando comparado o ano de 1993 com o de 2014, tenha havido redução na proporção, de 67,5% para 60,1% respectivamente.

Para esse grupo, a proporção de jovens que conseguem conciliar estudo e trabalho e/ou procura de trabalho atingiu, em 2014, 20,4%, ou seja, há uma presença maior de jovens nessa condição pertencentes ao Grupo 3 do que no Grupo 2.

A participação dos jovens que não estudam e/ou não trabalham e/ou não procuram trabalho teve uma redução de 2 p.p., quando comparado o ano de 1993 com o de 2014, sendo que eles representavam 10,1% dos jovens de 18 a 24 anos que fazem parte do Grupo 3 no último ano da série.

Gráfico 43 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 3 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

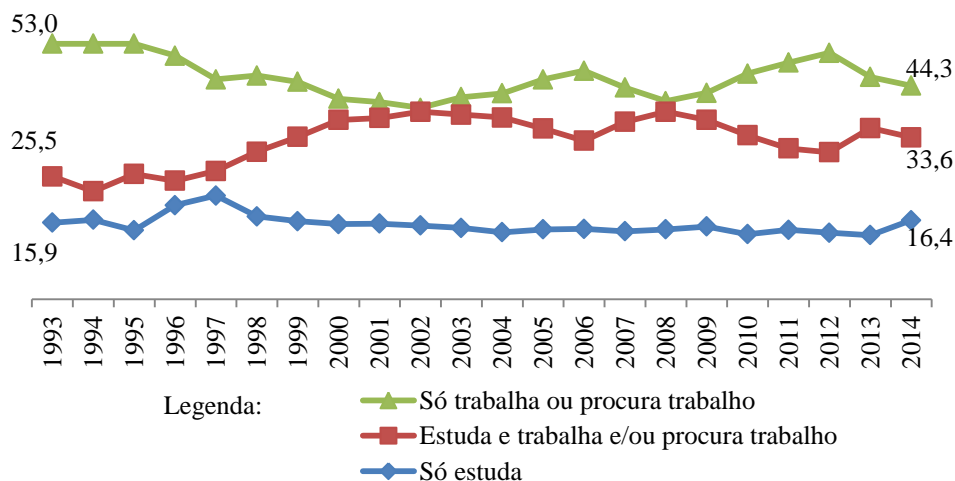
NOTA: Dados em percentual.

Jovens de 18 a 24 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 4

O Grupo 4 corresponde ao grupo com maior renda familiar *per capita*. Para esse grupo, é possível apresentar os resultados para a categoria somente estuda, e, assim como ocorreu com os jovens de 18 a 24 anos pertencentes aos demais grupos, houve a necessidade de agregar as categorias estuda e trabalha e estuda e procura trabalho, passando a ser denominada estuda e trabalha e/ou procura trabalho, o mesmo ocorrendo com as categorias só trabalha e só procura trabalho, passando a ser chamada de só trabalha ou procura trabalho. Já no caso da categoria não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho, não foi permitido desagregá-la, além de não ser possível analisar seus dados.

No Gráfico 44, tem-se a distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 4 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período de 1993 a 2014.

Gráfico 44 — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos pertencentes ao Grupo 4 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTES DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

Esse grupo, que é considerado como composto pelos 25,0% com maior renda familiar *per capita*, apresentou comportamento diferente do verificado para os demais grupos para a variável situação de estudo e trabalho.

Ainda que haja uma predominância de jovens que se dedicam somente a trabalhar ou a procurar trabalho — aproximadamente, 45,0% estavam nessa condição no ano de 2014 —, percebe-se uma redução dessa participação de 8,8 p.p., quando comparados os valores do início e do fim do período.

No caso da condição de estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho, assim como ocorreu com os outros grupos, também é possível verificar um acréscimo de jovens que estão inseridos nessa categoria, entretanto com uma proporção mais elevada, ou seja, 33,6% estavam nessa situação no ano de 2014.

Apesar de não ter sido possível tratar da condição de não estudar e/ou não trabalhar e/ou não procurar trabalho, no Grupo 4, foi possível verificar a presença de jovens que se dedicam apenas aos estudos. No caso da dedicação somente aos estudos, 16,4% estavam nessa condição no ano de 2014, e, mesmo não sendo o maior percentual verificado para a

série, pois, em 1997, 21,5% deles se dedicavam somente ao estudo, pode-se considerar uma presença expressiva entre os jovens pertencentes ao Grupo 4.

A condição de não estudar e/ou não trabalhar e/ou não procurar trabalho, que não apresentou amostra para divulgação no grupo em análise, contrapõe-se aos resultados apurados para os jovens de 18 a 24 anos pertencentes ao Grupo 1 nessa condição, a qual, além de atingir quase 1/3 dos jovens (30,9%) (Gráfico 40), ainda pode ser desagregada nas categorias **cuida apenas dos afazeres domésticos** e **outros**. Sendo assim, uma hipótese possível é a de que os jovens que pertencem ao grupo de renda com rendimentos mais baixos estariam mais propensos a ficarem fora da escola do que os jovens pertencentes ao grupo de renda com rendimentos mais altos, onde a dedicação ao estudo atinge, aproximadamente, 1/6 deles.

Para o segmento etário de 18 a 24 anos, independentemente do grupo de renda, é possível afirmar a predominância de jovens na condição de só trabalhar ou procurar trabalho, chamando atenção para o fato de que as menores proporções foram verificadas no Grupo 1, que apresenta os menores rendimentos familiares, e no Grupo 4, que detém os maiores rendimentos familiares. No caso dos Grupos 2 e 3, que podem ser considerados grupos intermediários de renda familiar, a presença de jovens na condição de somente trabalhar ou procurar trabalho é praticamente de 60,0% em ambos os grupos. Cabe ainda comentar que, ao longo do período analisado, houve reduções das participações dos jovens dedicados a somente trabalhar ou procurar trabalho.

Quanto à condição de somente estudar, os Grupos 1 e 4 apresentaram praticamente a mesma participação: aproximadamente, 1/6 dos jovens estavam presentes nessa categoria, no ano de 2014. Entretanto, na comparação entre os dois grupos, constata-se que, para os jovens pertencentes a famílias com rendimento mais baixo, ao longo do período, o aumento da proporção dos que se dedicam aos estudos foi muito mais intenso do que a verificada para os jovens pertencentes às famílias com rendimentos mais elevados, ou seja, enquanto os jovens do Grupo 1, quando comparados os dados dos anos de 1993 e 2014, aumentaram pouco mais de duas vezes a sua presença, passando de 7,6% para 16,7% respectivamente, os jovens do Grupo 4 praticamente mantiveram a mesma participação: 15,9% em 1993 e 16,4% em 2014.

Relativamente à conciliação de estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho, o que se pode dizer é que a proporção de jovens nessa condição aumentou à medida que se eleva a renda familiar *per capita*, ou seja, há uma participação menor de jovens dedicando-se a estudar e trabalhar e/ou a procurar trabalho no Grupo 1 do que no Grupo 2, e assim

sucessivamente. Enquanto, no Grupo 1, quase 10,0% dos jovens se encontravam nessa condição no ano de 2014, no Grupo 4, no mesmo ano, pouco mais de 30,0% dedicavam-se a estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho. Cabe salientar que, para todos os grupos, há um indicativo de maior presença de jovens dedicando-se a estudar e trabalhar e/ou dedicando-se ao trabalho, em especial quando se comparam os dados dos anos extremos da série.

A presença de jovens na condição de não estudar e/ou não trabalhar e/ou não procurar trabalho é maior no Grupo 1 e vai diminuindo, a medida que há um aumento da renda familiar. No ano de 2014, 30,9% dos jovens do Grupo 1 estavam nessa condição, contra 10,1% pertencentes ao Grupo 3. Esses resultados preocupam, pois são percentuais elevados de jovens que não estão dedicados a estudar, nem a trabalhar, nem a procurar trabalho. Sendo assim, no caso do Grupo 1, ainda que se tenha verificado maior presença de jovens estudando, ainda persiste a presença deles fora da escola.

5.2.2.3 Jovens de 25 a 29 anos: situação de estudo e trabalho e grupos de renda familiar *per capita*

A análise dos resultados para os jovens com 25 a 29 anos de idade é feita de maneira similar à realizada para os jovens de 18 a 24 anos de idade, ou seja, foca-se, inicialmente, cada um dos grupos de renda familiar *per capita* separadamente, e, posteriormente, faz-se um comparativo entre as categorias mais expressivas e seus respectivos grupos de renda familiar *per capita*.

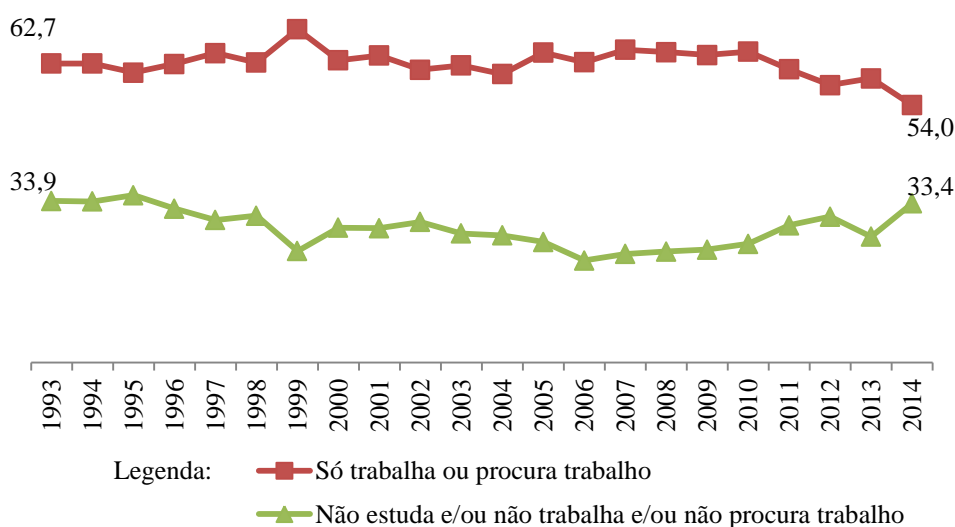
Jovens de 25 a 29 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 1

O Grupo 1 corresponde aos 25% dos jovens de 25 a 29 anos de idade com menor renda familiar *per capita*. Nesse grupo, foi necessário agregar as categorias só trabalha e só procura trabalho, passando a ser chamada de só trabalha ou procura trabalho. No caso da categoria não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho, foi possível sua análise, bem como desagregar e analisar aqueles que somente se dedicam aos afazeres domésticos. Porém não houve divulgação de dados para aqueles que foram considerados **outros**.²⁸

²⁸ Não foi possível analisar as categorias somente estuda, estuda e trabalha e estuda e procura trabalho, pois, na maioria dos anos, as amostras não comportavam desagregação. Para obter maiores esclarecimentos, ver o Capítulo 2.

No Gráfico 45, está a distribuição dos jovens com idade entre 25 e 29 anos pertencentes ao Grupo 1 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período de 1993 a 2014.

Gráfico 45 — Distribuição dos jovens com idade entre 25 a 29 anos pertencentes ao Grupo 1 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



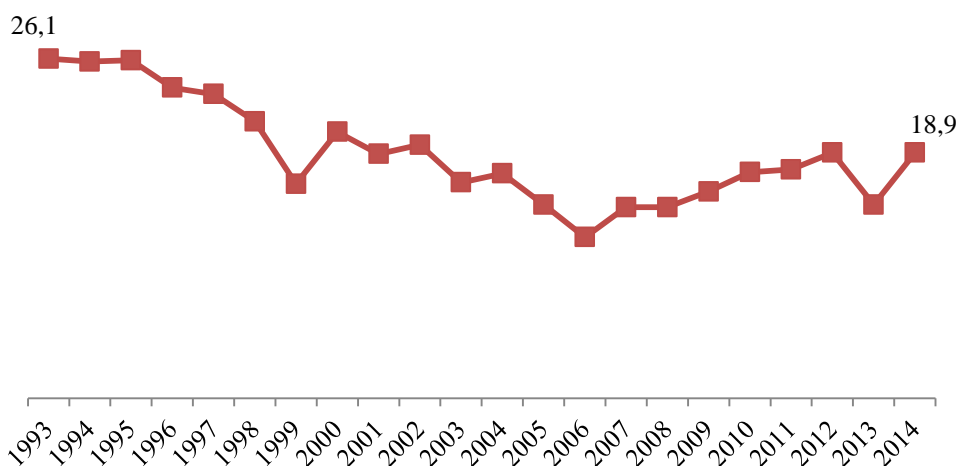
FORNE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

Para essa parte da população, pode-se verificar a predominância da categoria só trabalha ou só procura trabalho, ainda que se verifique redução, quando se compara o dado do ano de 1993 com o de 2014, 62,5% e 54,0% respectivamente.

Cerca de 1/3 dos jovens que pertencem ao Grupo 1 estão inseridos na categoria não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho. Nesse sentido, foi possível obterem-se os dados relativos à categoria que cuida dos afazeres domésticos e observar-se que, no início da série, pouco mais de 1/4 dos jovens com idade entre 25 e 29 anos estavam inseridos nessa condição, bem como constatar-se que, mesmo havendo reduções ao longo do tempo, ainda houve presença expressiva de jovens nessa condição, atingindo quase 1/5 deles (Gráfico 46).

Gráfico 46 — Proporção dos jovens com idade entre 25 a 29 anos pertencentes ao Grupo 1 que somente cuidam dos afazeres domésticos, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

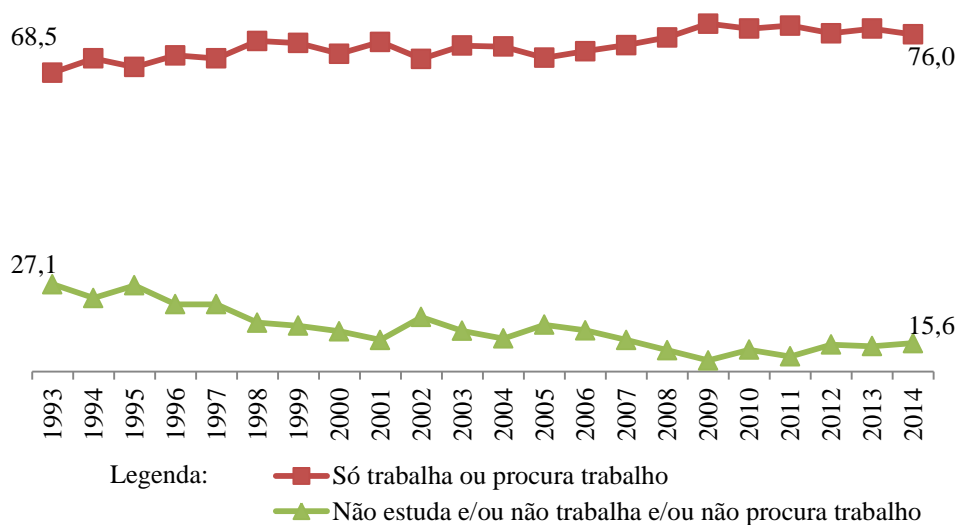
Jovens de 25 a 29 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 2

O Grupo 2 corresponde aos 25% dos jovens de 25 a 29 anos de idade com renda familiar *per capita* imediatamente superior à do Grupo 1. Assim como ocorreu com o Grupo 1, foi necessário agregar as categorias só trabalha e só procura trabalho, passando a ser chamada de só trabalha ou procura trabalho. No caso da categoria não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho, somente foi permitido analisá-la sem desagregar aqueles que somente se dedicam aos afazeres domésticos.²⁹

O Gráfico 47 expõe a distribuição dos jovens com idade entre 25 e 29 anos pertencentes ao Grupo 2 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período de 1993 a 2014.

²⁹ No Grupo 2, não será possível apresentar os resultados para a categoria somente estuda, pois não houve amostras para desagregação relativas a alguns anos da série em análise, prejudicando as possíveis conclusões para o referido grupo, situação semelhante foi encontrada para aqueles que estudam e/ou procuram trabalho. Para ter maiores detalhes, ver o Capítulo 2.

Gráfico 47 — Distribuição dos jovens com idade entre 25 a 29 anos pertencentes ao Grupo 2 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

No Grupo 2, assim como ocorreu com o Grupo 1, a presença de jovens entre 25 e 29 anos que se encontram na situação de somente trabalhar ou procurar trabalho foi a que apresentou maior proporção. Entretanto, diferentemente do que ocorreu com aqueles que fazem parte do Grupo 1, os jovens do Grupo 2 exibiram proporções mais elevadas ao longo dos anos, as quais saíram de um patamar de 68,5% em 1993 para 76,0% em 2014.

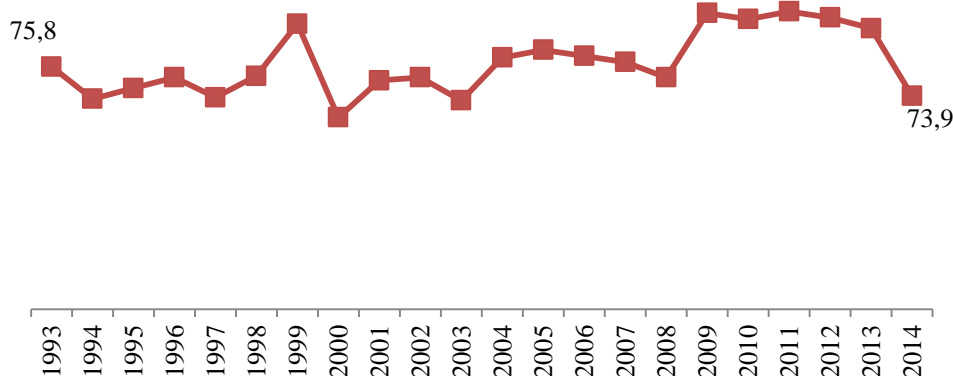
Para aqueles que se encontram na condição de não estudar e/ou não trabalhar e/ou não procurar trabalho, ainda que tenham apresentado reduções ao longo dos anos, atingiram em, 2014, a proporção de 15,9%. Comparando-se os dados do ano de 1993 com os de 2014, é uma redução de quase 10 p.p..

Jovens de 25 a 29 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 3

O Grupo 3 corresponde aos 25% dos jovens de 25 a 29 anos de idade com renda familiar *per capita* imediatamente superior à do Grupo 2. Para esse Grupo, é possível analisar as categorias só trabalha e só procura trabalho conjuntamente.³⁰

No Gráfico 48, está proporção dos jovens com idade entre 25 e 29 anos pertencentes ao Grupo 3 que somente trabalham ou procuram trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período de 1993 a 2014.

Gráfico 48 — Proporção dos jovens com idade entre 25 a 29 anos pertencentes ao Grupo 3 que somente trabalham ou procuram trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

O que é possível dizer sobre os jovens pertencentes ao Grupo 3 é que quase 3/4 deles se dedicam a trabalhar ou a procurar trabalho.

³⁰ No Grupo 3, para as categorias somente estuda, estuda e trabalha e/ou procura trabalho e não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho, não será possível apresentar os resultados, pois para boa parte dos anos não há amostra para desagregação. Para ter mais informações sobre essa restrição, ver o Capítulo 2.

Jovens de 25 a 29 anos: situação de estudo e trabalho do Grupo 4

O Grupo 4 corresponde aos 25% dos jovens de 25 a 29 anos de idade com maior renda familiar *per capita*. Nesse grupo, assim como ocorreu com os jovens de 25 a 29 anos pertencentes aos Grupos 1, 2 e 3, houve a necessidade de agregar as categorias só trabalha e só procura trabalho, passando a ser chamada de só trabalha ou procura trabalho³¹ e, diferentemente do que aconteceu nos outros grupos de renda familiar, foi possível analisar as categorias agregadas de estuda e trabalha e estuda e procura trabalho, passando a ser denominada estuda e trabalha e/ou procura trabalho.

No Gráfico 49, está a distribuição dos jovens com idade entre 25 e 29 anos pertencentes ao Grupo 4 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no período de 1993 a 2014.

Assim como ocorreu com os demais grupos de renda familiar *per capita*, existe, no Grupo 4, uma predominância de jovens com idade entre 25 e 29 anos que se dedicam a somente trabalhar ou a procurar trabalho. E, mesmo que tenha havido redução ao longo dos anos, aproximadamente, 70,0% deles estavam inseridos nessa condição em 2014.

Diferentemente do que aconteceu nos demais grupos, a presença de jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho é expressiva. No ano de 2014, cerca de 1/5 dos jovens que pertencem ao Grupo 4 encontrava-se nessa condição.

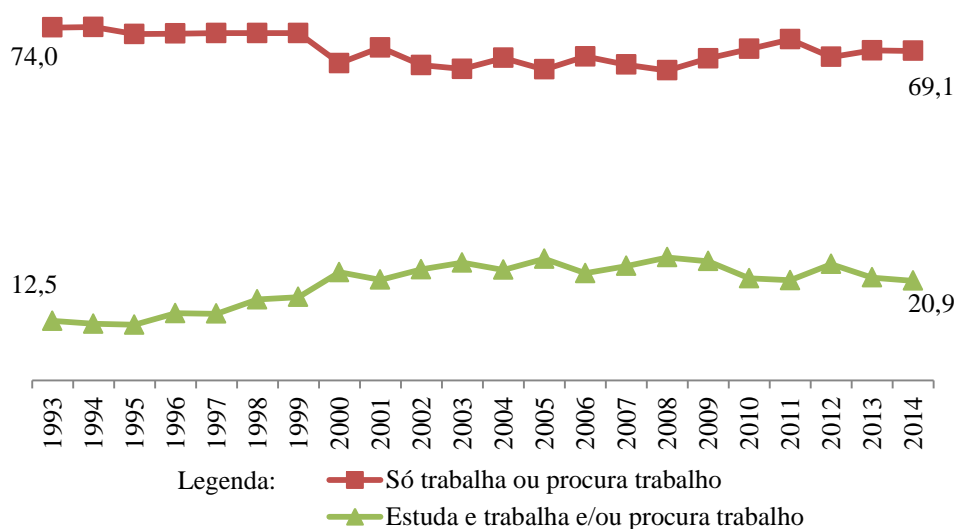
Entre os jovens com idade entre 25 e 29 anos, há uma predominância dos que se encontram na condição de somente trabalhar ou procurar trabalho, sendo que, no Grupo 1, correspondente ao menores rendimentos, esses apresentaram a menor participação, atingindo pouco mais de 50,0% dos jovens pertencentes a este último grupo no ano de 2014. No caso dos demais grupos, para o mesmo ano, pode-se afirmar que praticamente 3/4 se encontravam trabalhando ou procurando trabalho. Não foi possível verificar um padrão de descenso ou de elevação para os quatro grupos de renda familiar. O que se pode afirmar é que o Grupo 1 reduziu de forma mais significativa a presença nessa categoria.

Quanto à categoria não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho, apenas nos Grupos 1 e 2, foi possível verificar a presença de jovens nessa situação. Para aqueles pertencentes ao Grupo 1, é alta participação: no ano de 2014, 33,4% estavam nessa categoria.

³¹ No Grupo 4, para as categorias somente estuda e não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho, não será possível apresentar os resultados, pois, para boa parte dos anos, a amostra não comportou desagregação para a categoria. Para obter maiores detalhes, ver o Capítulo 2.

No caso dos jovens do Grupo 2, sua proporção é a metade da verificada para o Grupo 1, ou seja, 15,6% dos jovens não estudavam e/ou não trabalhavam e/ou não procuravam trabalho.

Gráfico 49 — Proporção dos jovens com idade entre 25 e 29 anos pertencentes ao Grupo 4 por categorias de estudo e trabalho selecionadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MICRODADOS PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE, Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdados/POA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

NOTA: Dados em percentual.

Verifica-se que conciliar estudo e trabalho e/ou procura por trabalho foi possível apenas para os jovens pertencentes ao Grupo 4, grupo este de maior renda familiar *per capita*. Ampliou-se a presença desses jovens ao longo do período, atingindo em 1/5 deles nessa condição, em 2014.

CONCLUSÃO

O tema de pesquisa desta dissertação, **os avanços da escolaridade e a situação de estudo e trabalho dos jovens entre 15 e 29 anos na Região Metropolitana de Porto Alegre**, foi escolhido a partir das minhas experiências profissionais, bem como de estudos elaborados por mim, os quais culminaram na proposta de analisar a evolução de indicadores de escolaridade (frequência escolar, média de anos de estudo, níveis de escolaridade, concluída ou frequentada) e a variável **situação de estudo e trabalho** dos jovens. Para tanto, foram estabelecidas quatro categorias de análise: I - jovens que só estudam; II - jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho; III - jovens que só trabalham e/ou buscam trabalho; e IV - jovens que não estudam e/ou não trabalham e/ou não procuram trabalho. Especialmente para as Categorias I e II, foi possível observar um aumento da participação dos jovens e, por conseguinte, uma melhora nos índices de escolaridade vis-à-vis às políticas de ampliação de acesso, seja na universalização do Ensino Fundamental, seja na ampliação significativa do ingresso no Ensino Médio, seja na inserção no Ensino Superior, através de programas como Prouni, Fies, Reuni e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). Analogamente, para as Categorias III e IV, viu-se que houve redução na participação, em razão das ações de ampliação da oferta.

Ademais, investigou-se a situação de estudo e trabalho dos jovens de acordo com três aspectos: sexo, cor e grupos de renda familiar *per capita*. Semelhantemente aos resultados anteriores, o recorte por esses aspectos indicou a ocorrência de avanços positivos. Entretanto, para o sexo, permanecem os diferenciais de acesso e escolaridade entre as jovens mulheres e os jovens homens, ou seja, elas são mais escolarizadas do que eles. No caso da cor, apesar das limitações estatísticas, os avanços foram percebidos para negros e não negros, mas ainda persiste o comportamento de desigualdades entre os jovens negros e os jovens não negros. No aspecto dos grupos de renda familiar *per capita*, houve impactos das políticas para todos os extratos, em especial para as Categorias I (jovens que só estudam) e II (jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho). Mas, mesmo assim, os jovens pertencentes ao Grupo 1, grupo este considerado com os menores rendimentos familiares, ainda enfrentam dificuldades de ingresso e permanência na escola, em comparação com os demais grupos de renda familiar *per capita*.

Cabe também se destacar que esta dissertação não é uma discussão teórica, limitando-se a determinadas fontes, ela explora essencialmente uma base de microdados, da qual tenho

pleno domínio e conhecimento das possibilidades por conta da minha trajetória profissional e da minha formação acadêmica, e traz resultados que possibilitam a outros pesquisadores delinear outras pesquisas de caráter teórico e analítico.

Assim, partindo da detecção de percentuais elevados de jovens fora da escola e de baixa escolaridade no início dos anos 90 do século XX, viu-se melhoria considerável no acesso, na permanência, na retomada dos estudos e, por consequência, na elevação da escolaridade para os segmentos etários de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos pertencentes à Região Metropolitana de Porto Alegre.

A melhoria do acesso e a da permanência dos jovens na escola resultaram na redução do analfabetismo e no aumento dos anos de estudo adquiridos por eles, bem como em uma readequação entre idade e série. É notório que a maior presença dos jovens na escola ocorreu via universalização do Ensino Fundamental e expansão do ingresso tanto no Ensino Médio como no Ensino Superior.

Os indicadores relacionados à educação revelaram-se mais favoráveis às mulheres. Analisando-se as médias de anos de estudo de jovens homens e mulheres, houve incremento ao longo dos anos, persistindo o diferencial entre eles, ou seja, os indicadores femininos são superiores aos masculinos para os três grupos etários em análise. Ainda pode-se afirmar que a elevação da quantidade de anos de estudo adquiridos indica que a expansão da educação atingiu homens e mulheres de forma similar, independentemente da faixa etária.

No quesito etapa defasada, há menor proporção de mulheres em etapa defasada, assim como há uma proporção maior de mulheres no Ensino Superior.

Com relação a cada um dos segmentos etários, considerando os jovens com idade entre 15 e 17 anos, as mulheres mostraram-se em menor proporção no Ensino Fundamental do que os homens. No grupo etário de 18 a 24 anos, as mulheres estavam em maior proporção do que os homens no Ensino Superior, mesmo que a proporção para ambos tenha aumentando no período em análise. Já para os jovens com 25 a 29 anos de idade e que frequentam o Ensino Superior, o diferencial entre homens e mulheres foi o menor verificado em comparação com os outros segmentos, mesmo assim, as jovens mulheres encontravam-se à frente dos homens.

No quesito cor, ao se considerar o indicador média de anos de estudo, constatou-se a redução do hiato educacional, que foi maior entre os jovens de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos. Para os jovens com idade entre 25 e 29 anos, a redução foi menos intensa. Essa redução do hiato educacional entre negros e não negros para os segmentos etários em estudo, ainda que tenha sido importante, manteve a manutenção da desigualdade para os jovens negros. Para os

jovens de 15 a 17 anos, verificaram-se redução da frequência ao Ensino Fundamental e aumento da frequência ao Ensino Médio. Porém houve predominância de negros no Ensino Fundamental, e, em contrapartida, a presença de não negros no Ensino Médio é expressiva. O hiato entre negros e não negros frequentando o Ensino Médio reduziu muito pouco, quando comparados os dados dos anos de 1993 e de 2014.

Apesar das limitações estatísticas para analisar os resultados dos jovens negros e não negros nos segmentos etários de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, havendo a necessidade de agregar as faixas etárias e analisar os anos de 2004 a 2014, viu-se que o diferencial entre os percentuais de jovens desses dois grupos frequentando ou que concluíram o Ensino Superior aumentou, indicando que a expansão da oferta e a do acesso ao Ensino Superior não foram suficientes para atingir os jovens negros.

Relativamente à adequação entre idade e série dos jovens que frequentam a escola, enquanto pouco mais de 3/5 dos jovens não negros cursavam o Ensino Médio com idade adequada, isto é, de 15 a 17 anos, pouco mais de 1/2 dos negros estava na mesma situação. Entre os jovens de 18 a 29 anos, mais da metade dos não negros e pouco mais de 30% dos negros estão no Ensino Superior.

Cabe destacar-se que os resultados revelam o que já havia sido dito no **Boletim Juventude Informa** sobre educação (IPEA; SNJ, 2014), onde o diferencial por sexo se mostrou menos relevante que as desigualdades observadas por cor, por apresentar grandeza inferior.

No que diz respeito à comparação entre os resultados da distribuição referentes à variável **escolaridade concluída** e à variável **situação de estudo e trabalho** para o período de 1993 a 2014, na Região Metropolitana de Porto Alegre, no grupo de jovens com idade entre 15 e 17 anos, verificou-se a mudança expressiva na composição da situação de estudo e trabalho, acarretada por um aumento significativo daqueles que somente estudam e, em sentido contrário, por uma redução dos que somente trabalham ou procuram trabalho.

Para os jovens com idade entre 18 e 24 anos, apesar da melhora na escolaridade, é possível afirmar que as mudanças na composição da situação de estudo e trabalho da população em questão foram mais modestas, mas não menos importantes. Destaca-se o aumento na proporção de jovens que se encontram na condição de estudar e trabalhar.

Assim como ocorreu com os segmentos etários de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos de idade, para os jovens com idade entre 25 e 29 anos, houve mudanças significativas na

distribuição da variável **situação de estudo e trabalho**, em especial, para os jovens que conciliam estudo e trabalho e/ou procuram trabalho, aumentando sua presença nessa condição.

Permaneceu a elevada proporção de jovens que não estudam, não trabalham e não procuram por trabalho nos três segmentos etários, apesar de ter havido redução ao longo do período. No ano de 2014, os jovens com idade entre 15 e 17 anos foram os que apresentaram a menor proporção. Já aqueles com idade entre 18 e 24 anos e entre 25 e 29 anos exibiram maior participação. Uma possível explicação, principalmente para os segmentos etários de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, pode ser a presença, principalmente de mulheres, de jovens na condição de cuidar dos afazeres domésticos.

Ainda é importante destacar-se que, em todos os segmentos etários, as categorias que apresentam a condição de estudar, seja numa condição isolada, seja compondo as situações de estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho, mostraram aumento nas suas proporções, indicando que, possivelmente, tal fato ocorreu pela ampliação do acesso à escola em todos os seus níveis, que se expressa tanto na universalização do Ensino Fundamental, como no aumento significativo do acesso ao Ensino Médio, como na notável incorporação juvenil ao Ensino Superior.

Cabe salientar-se que não foi apenas a melhora dos indicadores de escolaridade — frequência escolar, média de anos de estudo e escolaridade, frequentada ou concluída — que influenciou a mudança da composição da variável **situação de estudo e trabalho**. Fatores econômicos, sociais e culturais influenciaram-na também, podendo restringir ou potencializar o ingresso ao mercado de trabalho dos jovens diante de outras alternativas disponíveis. Nesse sentido, parte do período analisado foi de estabilidade e crescimento econômicos, que possibilitaram maior renda para as famílias pobres, permitindo que parte dos jovens pudesse investir mais fortemente em sua formação.

Mesmo podendo ser uma relação causal, pode-se afirmar que o aumento da escolaridade dos jovens impactou as categorias de situação de estudo e trabalho, tanto para os jovens homens, como para as jovens mulheres, os jovens negros e os jovens não negros.

Nas categorias de situação de estudo e trabalho, especificamente na categoria somente estuda ou estuda e trabalha e/ou procura trabalho, verificou-se um aumento de suas proporções, podendo ser inferido que a ampliação do acesso à escola em todos os níveis, quer na universalização do Ensino Fundamental, quer na ampliação significativa do acesso ao Ensino Médio, quer ainda na incorporação ao Ensino Superior, impactou positivamente a ampliação da participação dos jovens nas categorias em questão.

Também é importante destacar-se que as mulheres, em relação aos homens, permaneceram mais presentes frequentando a escola, seja conciliando com o trabalho, seja na procura por um. Já no caso dos negros e não negros, as comparações foram prejudicadas pela falta de amostra para algumas categorias. Mesmo assim, é possível afirmar-se que, apesar dos avanços nos níveis de escolaridade, os jovens negros se encontram em menor medida nas condições de somente estudar e estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho do que os jovens não negros.

Na questão dos impactos das políticas nos quatro estratos de renda familiar *per capita*, foi possível verificar que, mesmo num contexto de estabilidade e crescimento econômicos, bem como com impactos positivos das políticas de Salário Mínimo Nacional, Piso Regional e Bolsa-Família, que permitiram uma melhora da renda das famílias, em especial, da renda das mais pobres, as desigualdades de renda permanecem estruturantes no acesso e na permanência dos jovens na escola.

Através da análise dos indicadores educacionais média de anos de estudo e escolaridade frequentada, verificaram-se comportamentos favoráveis para os segmentos etários de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, para os quatro grupos de renda familiar *per capita*, indicando que as políticas de acesso e de expansão, de alguma forma, influenciaram a melhora dos indicadores de frequência escolar e níveis de escolaridade (frequentada ou concluída). No caso do indicador média de anos de estudo, a maior aproximação entre os grupos de renda foi verificada para os jovens com idade entre 15 e 17 anos. Para os jovens de 18 a 24 anos, ainda que tenha havido aumento na média de anos de estudo para os quatro grupos, não houve uma aproximação entre eles, ou seja, o grupo de maior renda permaneceu apresentando mais anos de estudo e, ainda, com diferenciais bem expressivos, principalmente, em relação aos Grupos 1 e 2. O mesmo comportamento foi verificado para os jovens entre 25 e 29 anos, sendo que o diferencial em relação aos Grupos 1 e 2 foram maiores do que os verificados para os jovens entre 18 e 24 anos.

Com relação à etapa de ensino frequentada, para os jovens com idade entre 15 e 17 anos, elevou-se a presença deles no Ensino Médio nos quatro grupos. Entretanto, no Grupo 1, também se ampliou a proporção de jovens no Ensino Fundamental, indicando um aumento no acesso à escola.

Através da comparação entre os Grupos 1 e 4, pode-se afirmar que houve uma redução do diferencial entre eles na etapa correta, ou seja, no Ensino Médio. Porém ocorreu uma ampliação do diferencial entre os grupos no Ensino Fundamental, movimento este que

consiste no aumento do acesso à escola para os jovens de 15 a 17 anos pertencentes ao Grupo 1.

Para o segmento etário de 18 a 24 anos, houve um descenso da proporção de jovens frequentando o Ensino Médio no Grupo 4 e uma tendência de crescimento no Grupo 1. No caso dos jovens do Grupo 2, pode-se afirmar que ocorreu redução do ingresso no Ensino Médio, com uma tendência de maior acesso ao Ensino Superior. No caso do Grupo 3, houve uma inflexão entre a proporção de jovens que frequentavam o Ensino Médio e aqueles que frequentavam o Ensino Superior, resultado que pode ser atribuído às políticas educacionais. Com relação ao ingresso no Ensino Superior, apesar dos avanços verificados nos quatro grupos, comparando-se os resultados do Grupo 1 com os do Grupo 4, constata-se um aumento no diferencial, ou seja, apesar da maior presença de jovens pobres no Ensino Superior, a desigualdade entre ricos e pobres além de persistir, aumentou.

No que diz respeito à tendência da variável situação de estudo e trabalho segundo grupos de renda familiar *per capita*, conclui-se que, para todos os grupos de renda, aumentou a proporção de jovens entre 15 e 17 anos que passaram a se dedicar a somente estudar. Essa ampliação resultou, inclusive, numa redução expressiva do diferencial entre os grupos, em especial para aqueles jovens pertencentes aos Grupos 1 e 4. Esses resultados corroboram a ampliação dos anos de estudo e a elevação da frequência escolar verificadas em todos os grupos de renda. Isso quer dizer que o crescimento do número de jovens ingressando na escola refletiu-se no aumento da média de anos de estudo e no ingresso no Ensino Fundamental, para os jovens pertencentes ao grupo de renda mais baixo, e no Ensino Médio, para os demais grupos de renda.

Para o segmento etário de 18 a 24 anos, independentemente do grupo de renda, é possível afirmar a predominância de jovens na condição de só trabalhar ou procurar trabalho, chamando-se atenção para o fato de que as menores proporções foram verificadas no Grupo 1, que apresenta os menores rendimentos familiares, e no Grupo 4, que reúne os maiores rendimentos familiares. No caso dos Grupos 2 e 3, considerados grupos intermediários de renda familiar, a presença de jovens na condição de somente trabalhar ou procurar trabalho é praticamente de 60,0% em ambos os grupos. Cabe ainda ser comentado que, ao longo do período analisado, houve reduções nas participações dos jovens dedicados a somente trabalhar ou procurar trabalho.

Quanto à condição de somente estudar, houve aumento da participação de jovens em todos os grupos. Essa elevação foi mais expressiva para os jovens do Grupo 1. Na

comparação entre os Grupos 1 e 4, constata-se que, ao longo do período, o aumento da proporção dos jovens pertencentes a famílias com rendimentos mais baixos dedicando-se aos estudos foi muito mais intenso do que o verificado para os jovens pertencentes às famílias com rendimentos mais elevados, chegando ao final do período analisado com praticamente as mesmas participações.

Relativamente à conciliação de estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho, o que se pode dizer é que a proporção de jovens nessa condição é maior no Grupo 4 do que no Grupo 3, é maior no Grupo 3 do que no Grupo 2 e é maior no Grupo 2 do que no Grupo 1, ou seja, amplia-se à medida que aumenta a renda familiar *per capita*. Em outras palavras, há uma participação menor de jovens dedicando-se a estudar e trabalhar e/ou a procurar trabalho no Grupo 1 do que no Grupo 2, e assim sucessivamente. Cabe salientar-se que, para todos os grupos, há um indicativo de maior presença de jovens dedicando-se a estudar e trabalhar e/ou dedicando-se ao trabalho, em especial quando se comparam os primeiros anos da série com o ano final.

A presença de jovens na condição de não estudar e/ou não trabalhar e/ou não procurar trabalho é maior no Grupo 1 e diminuiu, à medida que aumenta a renda familiar *per capita*. Esses resultados preocupam, pois são percentuais elevados de jovens que não estão dedicados a estudar nem a trabalhar nem a procurar trabalho. Sendo assim, no caso do Grupo 1, ainda que se tenha verificado maior presença de jovens estudando, ainda persiste a presença deles fora da escola.

Há predominância dos jovens com idade entre 25 e 29 anos na condição de somente trabalhar ou procurar trabalho para todos os grupos de renda familiar. O Grupo 1 foi o que apresentou menor participação, atingindo pouco mais da metade dos jovens. No caso dos demais grupos, no final do período analisado, pode-se afirmar que, praticamente, 3/4 se encontravam trabalhando ou procurando trabalho. Não foi possível verificar um padrão de descenso ou elevação para os quatro grupos de renda familiar. O que se pode afirmar é que o Grupo 1 reduziu de forma mais significativa a presença nessa categoria.

Quanto à presença de jovens na categoria não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho, apenas nos Grupos 1 e 2, foi possível verificar a presença de jovens nessa situação. Cerca de 1/3 dos jovens pertencentes ao Grupo 1 estavam nessa condição. No caso dos jovens do Grupo 2, sua participação é a metade da verificada para o Grupo 1.

A situação de conciliar estudo e trabalho e/ou procura por trabalho foi possível verificar apenas para os jovens pertencentes ao Grupo 4, grupo este de maior renda familiar

per capita, onde se ampliou a presença nessa condição ao longo do período, atingindo em 1/5 dos jovens em 2014.

Deve-se considerar que ainda há o importante desafio de se alcançar o acesso pleno aos níveis de ensino, com a permanência dos jovens na escola, bem como a conclusão dos estudos, especialmente para os jovens homens, os jovens negros e para os jovens pertencentes ao grupo de menor rendimento familiar *per capita* (Grupo 1), onde foi possível verificar avanços, mas ainda persistem as desigualdades de acesso e permanência escolar.

Diante do exposto, constataram-se significativa ampliação do acesso à escola, elevação da escolaridade e redução das desigualdades educacionais para os jovens com idade entre 15 e 29 anos pertencentes à Região Metropolitana de Porto Alegre, no período de 1993 a 2014.

Além disso, confirmou-se que, efetivamente, ocorreram aumento da participação dos jovens nas categorias **jovens que somente estudam e jovens que estudam e/ou trabalham** e, por conseguinte, melhora nos índices de escolaridade vis-à-vis às políticas de ampliação de acesso, seja na universalização do Ensino Fundamental, seja na ampliação significativa do acesso ao Ensino Médio, seja na inserção no Ensino Superior, através de programas como o Preوني, o Fies e o Reuni e a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012).

Cabe ainda afirmar que o alcance das políticas de acesso ainda está muito aquém de acabar com os diferenciais de acesso e escolaridade das jovens mulheres e dos jovens homens e pouco contribuiu com a igualdade entre jovens negros e jovens não negros. Por fim, no aspecto renda familiar *per capita*, o impacto das políticas, em todos os extratos de renda, foi importante, especialmente para as Categorias I (jovens que só estudam) e II (jovens que estudam e trabalham e/ou procuram trabalho), uma vez que, pela universalização, os jovens pertencentes aos grupos com menores rendimentos familiares *per capita* passaram a ter mais presença na escola, melhorando o seu fluxo escolar, em especial, os jovens com idade entre 15 e 17 anos. Mesmo para os jovens com idade entre 18 e 24 anos, que estão mais inseridos na condição de somente trabalhar ou procurar trabalho, na conciliação de estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho, a presença de jovens nessas condições é maior, à medida que aumenta a renda familiar *per capita*, ou seja, há uma participação menor de jovens dedicando-se a estudar e trabalhar e/ou a procurar trabalho no Grupo 1 do que no Grupo 2, e assim sucessivamente. De qualquer forma, para todos os grupos, há um indicativo de maior presença de jovens dedicando-se a estudar e trabalhar e/ou dedicando-se ao trabalho, em especial quando se comparam os dados dos primeiros anos da série com os do final.

Considerando os jovens de 25 e 29 anos, a situação de conciliar estudo e trabalho e/ou procurar por trabalho foi verificada apenas para os jovens pertencentes ao Grupo 4, grupo este de maior renda familiar *per capita*, ou seja, mesmo os jovens pertencentes aos grupos de renda considerados intermediários, a conciliação de estudar e trabalhar e/ou procurar trabalho não foi possível de ser mensurada. Isso pode indicar que a permanência em estudo só é viável para os jovens pertencentes ao grupo considerado com maior rendimento familiar *per capita*.

Conforme mencionado na **Introdução**, esta dissertação, através dos resultados apresentados para os indicadores de escolaridade e de situação de estudo e trabalho, pode contribuir para possíveis discussões sobre a temática da juventude e, além disso, subsidiá-las com estatísticas que possibilitem seu uso para a construção de políticas públicas voltadas para os diversos segmentos juvenis. Ademais, por tratar-se de uma pesquisa de caráter exploratório, pode auxiliar outros pesquisadores no delineamento de outras pesquisas de caráter teórico e analítico.

Diante do que foi exposto, sugere-se, para uma agenda futura de investigação, uma análise mais detalhada dos jovens que se encontram na categoria **não estuda e/ou não trabalha e/ou não procura trabalho**, pertencentes, principalmente, aos grupos com menor rendimento familiar *per capita*. Igualmente, nessa categoria, valeria um enfoque mais pormenorizado para o caso das mulheres, negras e não negras, e para sua possível ocupação nas atividades de afazeres domésticos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, R. L. A. A inserção dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: uma experiência marcada pela elevada incidência do desemprego. In: BASTOS, R. L. A. (Coord.). **Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. 1. ed. Porto Alegre: FEE, 2007. p. 153-192.

BASTOS, R. L. A. O segmento juvenil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo com ênfase na escolaridade. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, Número Especial, p. 271-298, 2005.

BASTOS, R. L. A.; MATOS, J. D. Uma análise exploratória dos fatores que condicionam a participação dos jovens nas atividades de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, Número Especial, p. 853-876, 2008.

BRASIL. **Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)**. 2015a. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>>. Acesso em: 23 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013a. 542 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria do MEC nº 10, 23 de maio de 2012**. Dispõe sobre certificação de conclusão do ensino médio ou declaração de proficiência com base no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 maio 2012a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2012/portaria-MEC10-certificacao.pdf>. Acesso em: 23 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Artigo 208 da Constituição da República Federativa do Brasil Federal de 1988**. 1988a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Artigo 214 da Constituição da República Federativa do Brasil Federal de 1988**. 1988b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Artigo 403 da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10097.htm>. Acesso em: 24 set. 2015

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. 2012b Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm>. Acesso em: 4 abr. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010**. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu artigo 227, para cuidar dos interesses da juventude. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm>. Acesso em: 27 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Assuntos Estratégicos. **Juventude Levada (em) Conta: demografia**. 2013b. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Juventude-Levada-em-Conta.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 27 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e a base da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio, e a nº 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm>. Acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 4 abr. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve). 2013c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 21 jul. 2015.

BRASIL. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. 2015b. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 23 set. 2015.

BRASIL. **Programa Universidade Para Todos (Prouni)**. 2015c. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 23 set. 2015.

BRASIL. **Sistema de Seleção Unificada (SISU)**. 2015d. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 set. 2015.

CARRANO, P. C. R. O Ensino Médio na transição da juventude para a vida adulta. In: FERREIRA, Cristina A. et al. (Org.). **Juventude e iniciação científica: políticas públicas para o Ensino Médio**. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/Juventude-IniciacaoCientifica.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

CARRANO, P. C. R.; DAYRELL, Juarez (Org.). **Formação de professores do Ensino Médio: o jovem como sujeito do Ensino Médio**. Curitiba: UFPR, 2013.

CLOGG, C. C.; SHOCKEY, J. Mismatch between occupation and schooling: a prevalence measure, recent trends and demographic analysis. **Demography, Population Association of America**, v. 21, n. 2, p. 235-257, May 1984.

CORROCHANO, Maria Carla et al. **Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa; Instituto Ibi, 2008.

COSTA, J. S.; OLIVEIRA, L. B. de. Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. In: CORSEUIL, C. H.; BOTELHO, R. U. **Perfil educacional dos jovens: atraso e fluxo escolar**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa DIEESE: Emprego e desemprego na Grande São Paulo – conceitos, metodologia e principais resultados (1981-1983)**. São Paulo: DIEESE, 1984.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A inserção dos negros no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2014**. 2015a. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/negros.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Documentação da Base**. 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 1º abr. 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Microdados**. 2017a. Disponível: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED): conceitos, metodologia e operacionalização**. São Paulo: DIEESE, 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Qualificação e mercado de trabalho:** apontamentos para política pública em regiões metropolitanas. São Paulo: DIEESE, 2011.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Resultados anuais até 2016.** 2017b. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/anualPOA.html>>. Acesso em: 1º abr. 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A situação do trabalho no Brasil.** São Paulo: DIEESE, 2001.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000.** São Paulo: DIEESE, 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE), **Subsídios para a construção de indicadores de educação profissional:** juventude, escolaridade e mercado de trabalho. Salvador: DIEESE, 2015b.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Trajetórias da juventude nos mercados de trabalho metropolitanos:** mudanças na inserção entre 1998 e 2007. São Paulo: DIEESE, 2008.

DOURADO, L. F. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009:** questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/educacao/78>>. Acesso em: 29 set. 2015.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; MARTELETO, Leticia; ALVES DE BRITO, Murillo Marschner. Transições e trajetórias juvenis no mercado brasileiro de trabalho: padrões e determinantes. In: SEMINÁRIO TRAJETÓRIAS DA JUVENTUDE BRASILEIRA NO MUNDO DO TRABALHO: NOVAS PERSPECTIVAS E PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE, 2016, São Paulo, **Anais...** São Paulo: OIT-Brasil, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agregados por setor censitário dos resultados de universo. 2017 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/defaulttab_agregado.shtm>. Acesso em: 13 abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Mensal de Emprego. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default_micro.shtm>. Acesso em: 20 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA); PARTICIPATÓRIO-OBSERVATÓRIO PARTICIPATIVO DA JUVENTUDE DA SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ). **Boletim Juventude Informa**. 2014. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/5052/Boletim_Juventude_Informa_Educacao_-_n1.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Legislação e documentos**. 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>>. Acesso em: 23 set. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Portaria INEP nº 179, de 28 de abril de 2014. Dispõe sobre o processo de certificação, as competências das Instituições Certificadoras e do INEP e os requisitos necessários à obtenção de certificado de conclusão do Ensino Médio e declaração parcial de proficiência com a utilização dos resultados de desempenho obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 abr. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2014/portaria_n179_dispoe_sobre_processo_certificacao_competencias.pdf>. Acesso em: 23 set. 2015.

NIELSEN, C. P. **Immigrant overeducation: evidence from Denmark**. Copenhagen: World Bank, 2007. 54p. (World Bank Policy Research Working Paper n. 4234).

PARENZA, Cidriana Teresa. **Mobilidade ocupacional: um estudo com trabalhadores da Região Metropolitana de Porto Alegre**. 2012. Tese (Doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

SCHNEIDER, E. M. **Análise das necessidades de qualificação profissional na Região Metropolitana de Porto Alegre a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego**. 2010. 158p. Dissertação (Mestrado)-Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, PUCRS, Porto Alegre, 2010.

TILLMANN, E. A. **Escolaridade, rendimentos e desigualdade de gênero entre os jovens no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas)-Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2013.

TOMÁS, M. C. O. **Ingresso dos jovens no mercado de trabalho:** uma análise das regiões metropolitanas brasileiras nas últimas décadas. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas)-Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

VENTURI, Gustavo; TORINI, Danilo. **Transições do mercado de trabalho de mulheres e homens jovens no Brasil.** Genebra: OIT, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A — Estimativa da população total e estimativa e
proporção da população jovem com idade entre 15 e 29 anos
na Região Metropolitana de Porto
Alegre — 1993-2014

ANOS	ESTIMATIVAS (1.000 pessoas)		PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 A 29 ANOS (%)
	População Total (1)	População de 15 a 29 Anos	
1993	3.096	812	26,2
1994	3.140	817	26,0
1995	3.184	830	26,1
1996	3.227	834	25,9
1997	3.288	857	26,1
1998	3.354	895	26,7
1999	3.422	904	26,4
2000	3.536	928	26,2
2001	3.565	929	26,1
2002	3.602	946	26,2
2003	3.639	960	26,4
2004	3.674	986	26,8
2005	3.707	991	26,7
2006	3.737	989	26,5
2007	3.766	983	26,1
2008	3.794	985	25,9
2009	3.821	964	25,2
2010	3.847	961	25,0
2011	3.871	945	24,4
2012	3.896	944	24,2
2013	3.918	918	23,4
2014	3.938	881	22,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE — Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

(1) Estimativa elaborada pelo Núcleo de Indicadores Sociais da FEE.

APÊNDICE B — Distribuição dos jovens com idade entre 15 e 17 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014

(%)

ANOS	TOTAL	SITUAÇÕES DE ESTUDO E TRABALHO				
		Só Estuda	Estuda e Trabalha	Estuda e Procura Trabalho	Só Trabalha ou Procura Trabalho	Não Estuda e/ou Não Trabalha e/ou Não Procura Trabalho
1993	100,0	41,5	14,7	9,1	23,4	11,3
1994	100,0	46,8	13,0	8,8	21,3	10,1
1995	100,0	47,4	14,8	6,8	19,4	11,6
1996	100,0	54,0	13,5	7,0	15,4	10,0
1997	100,0	61,4	12,5	7,3	11,0	7,8
1998	100,0	56,7	12,6	11,2	12,2	7,2
1999	100,0	53,6	13,6	14,8	11,1	7,0
2000	100,0	52,0	14,7	16,1	10,7	6,5
2001	100,0	56,3	13,9	13,3	9,6	6,9
2002	100,0	59,6	12,7	11,7	8,8	7,3
2003	100,0	58,7	13,0	12,9	8,2	7,2
2004	100,0	61,0	11,7	13,2	7,5	6,6
2005	100,0	65,6	11,5	10,0	6,8	6,1
2006	100,0	65,4	11,2	9,1	7,1	7,1
2007	100,0	67,5	10,7	8,1	6,6	7,0
2008	100,0	64,9	13,3	8,5	6,6	6,6
2009	100,0	68,9	11,1	8,4	5,7	6,0
2010	100,0	71,0	12,1	5,6	5,3	5,9
2011	100,0	70,0	13,3	5,8	5,2	5,7
2012	100,0	68,7	14,4	5,5	6,2	5,1
2013	100,0	70,4	13,6	5,3	5,1	5,6
2014	100,0	73,2	11,3	4,9	4,7	5,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados PED-RMPA — Convênio FEE, FGTS, PMPA, Seade e DIEESE — Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisedped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

APÊNDICE C — Distribuição dos jovens com idade entre 18 e 24 anos
segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de
Porto Alegre — 1993-2014

(%)

ANOS	TOTAL	SITUAÇÕES DE ESTUDO E TRABALHO					
		Só Estuda	Estuda e Trabalha	Estuda e Procura Trabalho	Só Trabalha	Só Procura Trabalho	Não Estuda e/ou Não Trabalha e/ou Não Procura Trabalho
1993	100,0	8,5	11,8	3,2	49,3	11,3	15,8
1994	100,0	10,2	11,5	3,0	48,1	9,6	17,6
1995	100,0	10,4	12,3	3,2	48,4	9,3	16,4
1996	100,0	12,7	12,8	3,6	44,5	11,7	14,7
1997	100,0	13,6	13,4	3,9	42,0	11,5	15,5
1998	100,0	11,3	15,0	5,1	41,2	12,7	14,6
1999	100,0	10,4	15,7	7,4	39,6	14,2	12,5
2000	100,0	11,0	18,4	7,0	39,1	12,5	12,1
2001	100,0	11,3	17,6	6,3	39,5	12,2	13,1
2002	100,0	11,7	18,6	6,3	38,8	12,1	12,5
2003	100,0	11,0	17,9	7,4	38,1	13,6	12,0
2004	100,0	10,8	18,3	7,2	39,0	13,3	11,4
2005	100,0	11,0	17,9	5,9	41,2	12,8	11,3
2006	100,0	11,5	17,2	5,9	40,8	13,5	11,1
2007	100,0	11,8	19,0	5,6	40,7	11,8	11,0
2008	100,0	11,2	19,6	4,9	42,2	10,9	11,2
2009	100,0	11,4	19,1	4,9	42,0	11,4	11,1
2010	100,0	11,4	18,7	3,8	44,8	9,2	12,1
2011	100,0	11,7	18,8	3,1	47,0	8,1	11,3
2012	100,0	12,5	18,5	3,1	45,6	7,7	12,6
2013	100,0	13,1	19,6	2,8	45,1	6,9	12,5
2014	100,0	14,8	18,0	2,4	44,0	6,7	14,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE — Apoio MTb/FAT. Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

APÊNDICE D — Distribuição dos jovens com idade entre 25 e 29 anos segundo a situação de estudo e trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2014

(%)

ANOS	TOTAL	SITUAÇÕES DE ESTUDO E TRABALHO				
		Só Estuda	Estuda e Trabalha e/ou Procura Trabalho	Só Trabalha	Só Procura Trabalho	Não Estuda e/ou Não Trabalha e/ou Não Procura Trabalho
1993	100,0	1,7	6,3	62,0	8,8	21,2
1994	100,0	1,5	6,4	62,4	8,4	21,2
1995	100,0	1,8	6,1	62,6	7,9	21,7
1996	100,0	2,4	7,0	61,5	9,4	19,6
1997	100,0	2,2	7,3	60,6	10,2	19,6
1998	100,0	2,5	8,4	60,8	10,9	17,5
1999	100,0	1,9	9,5	60,4	13,2	14,9
2000	100,0	2,4	12,3	58,3	10,9	16,1
2001	100,0	2,4	11,6	60,7	10,3	15,0
2002	100,0	2,7	12,8	58,2	10,4	15,9
2003	100,0	2,8	13,4	57,3	11,5	15,0
2004	100,0	3,3	13,0	58,2	11,3	14,2
2005	100,0	3,5	13,3	58,7	10,7	13,7
2006	100,0	3,2	13,2	58,9	11,1	13,6
2007	100,0	3,6	13,4	59,9	10,1	12,9
2008	100,0	3,0	15,7	61,4	8,5	11,4
2009	100,0	3,0	14,1	63,5	8,8	10,7
2010	100,0	2,3	12,8	65,3	7,6	12,0
2011	100,0	2,8	12,7	66,2	6,3	12,0
2012	100,0	3,1	13,7	64,7	6,0	12,6
2013	100,0	3,6	13,6	65,9	5,3	11,7
2014	100,0	4,6	12,3	64,3	4,9	13,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS, PMPA, Seade e DIEESE — Apoio MTb/FAT. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>. Acesso em: 4 jan. 2016.

APÊNDICE E — Distribuição dos jovens com idade
entre 18 a 24 anos pertencentes ao Grupo 2 por
categorias de estudo e trabalho selecionadas,
na Região Metropolitana de Porto
Alegre — 1993-2014

(%)			
ANOS	ESTUDA E TRABALHA E/OU PROCURA TRABALHO	SÓ TRABALHA OU PROCURA TRABALHO	NÃO ESTUDA E/OU NÃO TRABALHA E/OU NÃO PROCURA TRABALHO
1993	9,5	64,6	21,6
1994	8,5	62,0	24,2
1995	8,4	62,2	23,4
1996	12,3	61,0	19,5
1997	12,7	59,1	19,9
1998	14,3	60,2	18,4
1999	14,9	62,2	16,2
2000	17,6	61,2	15,0
2001	17,7	59,2	16,5
2002	16,4	61,0	14,9
2003	18,6	62,0	13,7
2004	18,8	62,1	13,4
2005	17,6	62,0	14,6
2006	17,9	59,5	15,4
2007	17,7	62,5	13,5
2008	18,0	63,2	12,7
2009	17,9	63,0	12,2
2010	16,0	63,8	14,1
2011	14,6	65,2	13,6
2012	13,9	65,2	14,5
2013	15,1	60,4	15,8
2014	14,5	61,2	15,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Microdados PED-RMPA — Convênio FEE, FGTS, PMPA, Seade e DIEESE — Apoio MTb/FAT. Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/analiseped/microdadosPOA.html>>.
Acesso em: 4 jan. 2016.